

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DIÔGO RODRIGUES DA SILVA

**...E SE A MELANCIA ACABAR? DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS
DOS TRABALHADORES DA MELANCIA EM URUANA-GO**

**JATAÍ
2025**

DIÔGO RODRIGUES DA SILVA

**...E SE A MELANCIA ACABAR? DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS
DOS TRABALHADORES DA MELANCIA EM URUANA-GO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Jataí como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço nos domínios do Cerrado Brasileiro.

Linha de Pesquisa: Organização e gestão do espaço urbano e rural do Cerrado brasileiro.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

**JATAÍ
2025**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFJ.

Silva, Diôgo Rodrigues da

...E se a melancia acabar? Desafios socioeconômicos dos trabalhadores da melancia em Uruana-GO / Diôgo Rodrigues da Silva. - 2025.

152 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Jataí, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Jataí, 2025.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas, ilustrações, bibliografia, anexos, apêndice.

1. trabalho rural. 2. produção agrícola. 3. mobilidade do trabalho. 4. agronegócio. 5. Uruana-GO. I. Chaveiro, Eguimar Felício, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 22/2025 da sessão de Defesa de Tese de **Diôgo Rodrigues da Silva**, que confere o título de Doutor em **Geografia**, na área de concentração em **Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado Brasileiro**.

Aos **22/04/2025** (**vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco**), a partir das **09** horas, de forma presencial e remota através do link <https://meet.google.com/wws-fnsq-dwt>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**...E SE A MELANCIA ACABAR? DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS DOS TRABALHADORES DA MELANCIA EM URUANA-GO**”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Eguimar Felício Chaveiro** (IESA/UFJ) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Evandro César Clemente** (PPGGeo/UFJ), membro titular interno; Professora Doutora **Maria José Rodrigues** (PPGGeo/UFJ), membro titular interno; Professora Doutora **Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano** (IFG), membro titular externo; Professor Doutor **Fernando Uhlmann Soares** (IFGoiano), membro titular externo. Durante a arguição, os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Eguimar Felício Chaveiro** (IESA/UFJ), Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **22/04/2025** (**vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco**).

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **EGUIMAR FELICIO CHAVEIRO, Orientador**, em 24/04/2025, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO CESAR CLEMENTE, Professor do Magistério Superior**, em 21/05/2025, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano, Usuário Externo**, em 21/05/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JOSE RODRIGUES, Professora do Magistério Superior**, em 21/05/2025, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Uhlmann Soares, Usuário Externo**, em 21/05/2025, às 20:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufj.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0421302** e o código CRC **AFC1C561**.

RESUMO

A presente tese analisa os desafios socioeconômicos enfrentados pelos trabalhadores da melancia no município de Uruana-GO, considerando as transformações territoriais e laborais decorrentes da expansão do agronegócio sucroenergético na microrregião de Ceres. Uruana, conhecida como a “Capital da Melancia”, construiu sua identidade e economia em torno da produção da fruta, que historicamente gerou emprego e renda para diversas famílias. No entanto, a intensificação do cultivo da cana-de-açúcar tem modificado essa realidade, impactando a dinâmica do trabalho, a organização produtiva e a permanência dos agricultores na atividade. A pesquisa tem como objetivo compreender os efeitos socioeconômicos da perda da produção de melancia como principal fonte de renda dos trabalhadores, analisando as condições de trabalho, a mobilidade territorial da mão de obra e o papel do Estado nesse contexto. Para isso, foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos, incluindo a história oral de vida, entrevistas com trabalhadores, análise documental e revisão bibliográfica. A abordagem metodológica permitiu captar as narrativas dos próprios trabalhadores, suas percepções sobre as mudanças no setor e as dificuldades enfrentadas diante da reestruturação produtiva imposta pelo agronegócio sucroenergético. Os resultados indicam que a modernização agrícola e a ampliação da cana-de-açúcar reduziram as oportunidades de emprego para os trabalhadores da melancia, intensificando processos de precarização e migração sazonal. Muitos desses trabalhadores, historicamente ligados à produção de melancia, passaram a se deslocar para outros estados em busca de trabalho, refletindo uma nova dinâmica de mobilidade do trabalho rural. Além disso, observa-se a ausência de políticas públicas eficazes que garantam a manutenção da cultura da melancia como alternativa viável de produção e desenvolvimento local. A análise das relações de trabalho evidencia um cenário de vulnerabilidade social, onde os trabalhadores enfrentam condições precárias, baixa remuneração e ausência de direitos trabalhistas formalizados. A territorialização do agronegócio e a concentração fundiária emergem como fatores determinantes na reconfiguração das atividades produtivas de Uruana, promovendo um cenário de exclusão socioeconômica para aqueles que dependem da cultura da melancia. Diante desse panorama, a tese destaca a necessidade de políticas públicas voltadas para a diversificação econômica da região, valorização da agricultura familiar e garantia de direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo. Além disso, reforça a importância de compreender as transformações do território a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores, cujas vozes muitas vezes são silenciadas nos debates sobre desenvolvimento e modernização agrícola. Os efeitos da expansão do agronegócio sucroenergético em Uruana exemplificam um fenômeno recorrente em diversas regiões do Brasil, onde a lógica do capital redefine as relações de produção e trabalho, colocando em xeque a sustentabilidade socioeconômica de comunidades rurais. Assim, esta pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas do trabalho rural e das estratégias de resistência dos trabalhadores da melancia diante das transformações em curso.

Palavras-chave: Trabalho rural; produção agrícola; mobilidade do trabalho; agronegócio; Uruana-GO.

ABSTRACT

This thesis analyzes the socioeconomic challenges faced by watermelon workers in the municipality of Uruana-GO, considering the territorial and labor transformations resulting from the expansion of the sugar-energy agribusiness in the Ceres microregion. Uruana, known as the "Watermelon Capital," has built its identity and economy around watermelon production, which has historically generated employment and income for many families. However, the intensification of sugarcane cultivation has altered this reality, impacting labor dynamics, productive organization, and the permanence of farmers in this activity. The research aims to understand the socioeconomic impacts of losing watermelon production as the primary source of income for workers, analyzing working conditions, labor mobility, and the role of the State in this context. To achieve this, qualitative and quantitative methods were employed, including life history interviews, documentary analysis, and literature review. This methodological approach enabled the capture of workers' narratives, their perceptions of sectoral changes, and the challenges faced amid the productive restructuring imposed by the sugar-energy agribusiness. The findings indicate that agricultural modernization and the expansion of sugarcane have reduced employment opportunities for watermelon workers, intensifying precarization and seasonal migration. Many of these workers, historically linked to watermelon farming, have been forced to migrate to other states in search of employment, reflecting a new dynamic of rural labor mobility. Additionally, there is a notable absence of effective public policies ensuring the maintenance of watermelon farming as a viable alternative for local production and development. An analysis of labor relations reveals a scenario of social vulnerability, where workers face precarious conditions, low wages, and a lack of formal labor rights. The territorialization of agribusiness and land concentration emerge as key factors reshaping productive activities in Uruana, fostering socioeconomic exclusion for those dependent on watermelon cultivation. Given this scenario, the thesis highlights the need for public policies aimed at economic diversification in the region, valuing family farming, and ensuring labor rights for rural workers. Moreover, it underscores the importance of understanding territorial transformations from the perspective of the workers themselves, whose voices are often silenced in discussions about agricultural modernization and development. The impacts of the expansion of sugar-energy agribusiness in Uruana exemplify a recurring phenomenon in various regions of Brazil, where capitalist logic redefines production and labor relations, jeopardizing the socioeconomic sustainability of rural communities. Thus, this research contributes to the understanding of rural labor dynamics and the resistance strategies employed by watermelon workers amid ongoing transformations.

KEYWORDS: Rural labor; agricultural production; labor mobility; agribusiness; Uruana-GO.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, pelo carinho e por nunca permitirem que eu desistisse dos meus sonhos.

À memória da minha avó Lourdes, exemplo de luta e perseverança, que partiu durante a construção deste trabalho.

Aos trabalhadores da melancia do município de Uruana-GO, pelo esforço e dedicação que inspiram esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A construção e concretização deste trabalho representam um percurso de amadurecimento pessoal e profissional, marcado por desafios, aprendizados e superações. Como meu orientador Eguimar sempre ressalta, o doutorado não se resume à tese, mas a toda a trajetória percorrida.

Ao longo dessa jornada, contei com o apoio, a ajuda e a sensibilidade de muitas pessoas, cujas contribuições foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Iniciei o doutorado no início da pandemia, um período desafiador em que precisei me adaptar às aulas remotas e lidar com todas as incertezas daquele momento. Na etapa final, enfrentei o paradoxo de pesquisar sobre a temática do trabalho enquanto cumpria uma carga exaustiva de 60 horas semanais como professor, dividindo meu tempo entre as escolas e o doutorado. Ainda assim, estive sempre cercado por aqueles que acreditaram no meu potencial e me incentivaram a seguir em frente.

Ao meu pai, Divino, trabalhador da melancia, que mesmo com pouca escolaridade sempre me apoiou em todas as minhas decisões. Ele dizia que eu precisava estudar para não trabalhar na melancia, e agora pode me ver como doutor no trabalho da melancia. Sua força e ensinamentos foram minha maior inspiração.

À minha mãe, Ana, pelo apoio incondicional e por sempre confiar nas minhas decisões, acreditando que seriam as melhores. Sua convicção de que os estudos podem mudar vidas e suas palavras — que o conhecimento é algo que ninguém pode tirar de mim — foram lições que levarei para sempre.

Ao professor Eguimar Felício Chaveiro, agradeço pela orientação exímia, por acreditar no meu potencial, pela paciência, pelas oportunidades e pela amizade. Sua orientação tornou todo esse processo mais leve e enriquecedor.

À professora Maria José Rodrigues, pela oportunidade de realizar o estágio em suas disciplinas no curso de Geografia da Universidade Federal de Jataí. Sua orientação no estágio foi uma valiosa troca de aprendizados que marcou minha formação acadêmica.

Ao Grupo de Pesquisa Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira), agradeço pelo espaço de debate, aprendizado e, principalmente, pela generosidade, que foram fundamentais para a construção deste trabalho. Meu agradecimento especial

ao Fernando Uhlmann, Ana Carolina, Juliane, Dayse, João Staciarine, Thiago Melo e Adão Francisco.

À Prefeitura de Uruana, pela licença concedida de um ano que permitiu meu avanço acadêmico no doutorado.

Aos amigos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer de Uruana, sou grato pelo apoio, pela torcida e por segurarem a barra nos períodos em que precisei conciliar as aulas do doutorado com minhas responsabilidades enquanto Secretário Municipal de Educação.

Agradeço aos professores Ana Cristina, Dimas Peixinho, Denis Castilho e João Cleps pelas valiosas contribuições nos seminários das disciplinas de Seminário de Pesquisa I e II. Seus apontamentos foram fundamentais para o aprimoramento do meu projeto e trabalho.

Expresso também minha gratidão aos professores Ricardo Assis, Márcia Pelá e Evandro Clemente pelas contribuições durante a qualificação deste trabalho. Suas observações foram essenciais para que eu pudesse identificar e implementar melhorias significativas.

Agradeço ao professor Guilherme Marini Perpétua pela oportunidade de cursar a disciplina “Território e Saúde do Trabalhador” na Universidade Estadual Paulista Campus de Presidente Prudente. Os debates e reflexões proporcionados ao longo da disciplina foram fundamentais para ampliar minha compreensão sobre a geografia do trabalho, permitindo-me ressignificar minha percepção sobre os trabalhadores da melancia e aprofundar minha análise sobre as relações de trabalho.

À professora Dulce Portilho (in memoriam), dedico um agradecimento especial. Dulce foi minha orientadora no mestrado e, mais que isso, uma visionária que me fez acreditar no meu potencial. Foi ela quem me apresentou à história oral de vida e, com orgulho, afirmava que, no futuro, eu seria um "doutor em melancia". Tive a honra de ser seu último orientando de mestrado e de concretizar essa conquista, embora com o pesar de não poder compartilhar com ela este momento tão significativo

Agradeço ao professor Glauber Lopes Xavier, meu coorientador no mestrado, pelo incentivo constante para que eu ingressasse no doutorado. Também expresso minha gratidão à Universidade Estadual de Goiás, que teve um papel fundamental na maior parte da minha trajetória acadêmica.

À Universidade Federal de Jataí e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, expresso minha gratidão pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Agradeço aos professores, colegas e, em especial, a Franciane, Rosiane, Belarmino e Marcelo, pelo apoio e pelas trocas enriquecedoras ao longo dessa jornada acadêmica.

Agradeço às secretárias do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí, Micaele e Maria Aparecida, pela atenção, auxílio e orientação nas questões burocráticas. Mesmo à distância, sempre me fizeram sentir próximo, tornando o processo mais leve e acessível.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território, da Universidade Estadual do Ceará, e ao Grupo de Trabalho Geografia e Covid-19, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tive o privilégio de participar desses grupos durante a pandemia de Covid-19, e as reflexões e leituras proporcionadas foram essenciais para a construção deste trabalho.

Agradeço à Ana Márcia Santana Lima, do CEDOC da Organização Jaime Câmara, por disponibilizar a reportagem do Jornal O Popular de 1942 sobre Uruana. Esse material foi fundamental para que eu pudesse compreender melhor o processo de formação de Uruana.

A todos os colegas professores e alunos da Escola Municipal Odilon Santos, da Escola Municipal Jardim Imperial e do Colégio Estadual Professora Maria Luiza dos Santos Silva, meu agradecimento pelo apoio e pela inspiração diária.

Aos amigos Maria Dolores, Letícia, Maria Erilande, Beigna e Jorge, minha profunda gratidão pelo apoio, força e motivação ao longo deste processo. Seja pelo incentivo constante, pelas conversas, pelos desabafos ou pelos sonhos sobre o futuro, cada um de vocês teve um papel essencial.

Por fim, e não menos importante, expresso minha profunda gratidão aos verdadeiros protagonistas deste trabalho: os trabalhadores da melancia de Uruana. Agradeço por confiarem seus relatos a mim, compartilhando suas histórias e experiências. Sem eles, a concretização desta pesquisa não seria possível.

A todas e todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa, meu sincero agradecimento.

*Na oração, que desaterra – aterra,
Quer Deus, que, a quem está o cuidado – dado
Pregue, que a vida é emprestado – estado
Mistérios mil, que desenterra – enterra.*

*Quem não cuida de si, que é terra – erra
Que o alto Rei por afamado – amado,
É quem lhe assiste ao desvelado – lado
Da morte ao ar não desaferra – aferra.*

*Quem do mundo a mortal loucura – cura,
A vontade de Deus sagrada – agrada,
Firmar-lhe a vida em atadura – dura
Ó voz zelosa, que dobrada – brada
Já sei, que a flor da formosura – usura
Será no fim dessa jornada – nada.*

Gregório De Mato

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização do município de Uruana, Goiás	34
Figura 2 - Goiás: Exportações de melancia	37
Figura 3 - Goiás: destaques municipais em produção de melancia - 2021	41
Figura 4 - Um avião da VASP sobrevoou Uruana	46
Figura 5 - Rio Uru, Uruana, Goiás	47
Figura 6 - Igreja Matriz de São Sebastião	48
Figura 7 - monumento a José Alves Toledo	50
Figura 8 - Participação dos principais destinos das exportações	55
Figura 9 - Desfile da rainha e princesas da melancia	58
Figura 10 - Uruana, a Capital da Melancia	59
Figura 11 - Brasão de Uruana	60
Figura 12 - Trabalho árduo e a precarização na colheita da melancia em Uruana ...	82
Figura 13 - Trabalho árduo na colheita: o repasse manual das melancias	95
Figura 14 - Organização manual da carga de melancias	98
Figura 15 - Amarração da carga de melancia	99
Figura 16 - Retorno dos Trabalhadores Após a Colheita	119
Figura 17 - Desafios do Escoamento da Produção em Dias Chuvosos	120
Figura 18 - Trabalhadores em atividade na lavoura	121
Figura 19 - Preparação do Solo: O Início do Ciclo Produtivo da Melancia	127
Figura 20 - Lavoura de Melancia e a Logística da Produção	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais municípios do Estado de Goiás produtores de melancia - 2010	40
Tabela 2- Evolução na população no município de Uruana-GO (1970 -2022)	53
Tabela 3 - Produtos da lavoura temporária de Uruana: quantidade produzida (toneladas) e área plantada (hectares) 1974-2010	55
Tabela 4 - Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de melancia no Brasil, em Goiás e em Uruana (2010-2023)	85

LISTA DE SIGLAS

CANG Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CEDOC Centro de Documentação

EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FGV Fundação Getúlio Vargas

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMB Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

PUCGO Pontifícia Universidade Católica de Goiás

SEAPA Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás

SEPLAN Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento

SEGPLAN Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

SIEG Sistema Estadual de Geoinformação

UCG Universidade Católica de Goiás

UEG Universidade Estadual de Goiás

UFG Universidade Federal de Goiás

UFJ Universidade Federal de Jataí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
METODOLOGIA E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	22
1 TERRITÓRIO, PRODUÇÃO E HISTÓRIA DA MELANCIA EM URUANA	33
1.1 A PRODUÇÃO DE MELANCIA COMO ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO	33
1.2 A IMPORTÂNCIA DA MELANCIA PARA A ECONOMIA E IDENTIDADE DE URUANA.....	44
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA A PRODUÇÃO DE MELANCIA EM URUANA.....	61
2.1 O PAPEL DO PODER PÚBLICO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE URUANA	61
2.2 A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E A RESISTÊNCIA DA PRODUÇÃO DE MELANCIA EM URUANA:	73
3 CAPITAL E TRABALHO: UM OLHAR SOBRE OS TRABALHADORES DA MELANCIA DE URUANA-GO	76
3.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O ESTADO CAPITALISTA E A FORÇA DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	76
3.2 A AGRICULTURA CAMPONESA E O SURGIMENTO DO TRABALHADOR RURAL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE OS TRABALHADORES DA MELANCIA.	80
3.3 O PERFIL DO TRABALHADOR DA MELANCIA	88
3.4 PROCESSO DE PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E COTIDIANO NA LAVOURA DE MELANCIA.....	96
4 VOZES DO TRABALHO: O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DA MELANCIA A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL DE VIDA.....	105
4.1 O VALOR E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE MELANCIA.....	105
4.2 A MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE MELANCIA.....	112
4.3 CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES NA PRODUÇÃO DE MELANCIA.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131

REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICE.....	141
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES DA MELANCIA DE URUANA-GO	141
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	144
APÊNDICE C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	148
ANEXOS.....	150
ANEXO 1 - JORNAL O POPULAR DE 29 DE NOVEMBRO DE 1942.....	150

INTRODUÇÃO

O surgimento da cultura da melancia nas terras de Uruana-GO impulsionou mudanças significativas no cenário socioeconômico do município. Inicialmente, o aumento da geração de empregos foi o resultado mais evidente. Posteriormente, houve um aumento na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A introdução de novas tecnologias na produção agrícola, ao longo do tempo, resultou no aumento da produção e da produtividade, aquecendo a economia do município.

Quando a cultura da melancia foi introduzida em Uruana, muitos migrantes, principalmente oriundos de São Paulo, se mudaram para a região com o objetivo de explorar as terras férteis disponíveis. De acordo com Macedo (2001, p.122), "é relevante destacar a presença dos paulistas em Uruana, já que eles foram importantes na organização da região produtiva que se desenvolveu neste município". Com a chegada de migrantes de diferentes estados, a produção de melancia cresceu consideravelmente, a ponto de Uruana se tornar em 2010 o maior produtor do estado de Goiás.

Além disso, a introdução do agronegócio da melancia em Uruana-GO colocou o município nos trilhos do capital globalizado e, somando-se à divisão internacional do trabalho, fez emergir novas formas de trabalhadores, principalmente na cidade.

Em relação às atividades econômicas de Uruana, destaca-se a agricultura como um importante setor, tendo a produção de melancia como um de seus principais destaques. Tanto pequenos como grandes produtores, incluindo a agricultura familiar, têm contribuído para o sucesso da produção de melancia na região, que se consolidou rapidamente como a líder nacional em sua produção. Apesar disso, outras culturas agrícolas como arroz, feijão e milho, assim como a produção de cana-de-açúcar, também têm sido cultivadas ao longo do tempo. Além disso, a pecuária tem sua presença marcante na economia local, com o gado de corte e de leite sendo destaque. Adicionalmente, o comércio e o setor de serviços também contribuem para impulsionar a economia de Uruana.

A partir desta pesquisa, buscaremos identificar as necessidades e os desafios enfrentados pelos trabalhadores da produção de melancia em Uruana, que muitas vezes possuem baixa escolaridade e são submetidos a condições precárias de trabalho. É notável que há poucas pesquisas disponíveis que abordam esses

trabalhadores, o que motivou a inclusão deles como personagens principais deste estudo. Adicionalmente, percebe-se que muitos trabalhadores da melancia migram para outros estados durante a entressafra em Uruana, o que pode ser atribuído ao desemprego na cidade, causado pela modernização agrícola e pelo crescimento do agronegócio sucroenergético na microrregião de Ceres.

Ao considerarmos a complexidade envolvida na produção da melancia é evidente que há uma ampla gama de tópicos que ainda precisam ser abordados em pesquisas futuras. Há muito a ser explorado acerca desses trabalhadores, incluindo a questão das migrações forçadas em busca de trabalho para outros estados, bem como a saúde e as condições de trabalho nas plantações de melancia.

Observa-se que a expansão do agronegócio sucroenergético segue provocando a redução do emprego em determinadas funções no agronegócio da melancia, principalmente no período de entressafra, o que tem influenciado nas migrações de trabalhadores da melancia para outros Estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Ao tratar de Uruana, o consumo da cana-de-açúcar e da melancia não se limita apenas à comunidade local. Esses produtos são exportados para grandes centros, outros Estados e países. Além disso, a localização de Uruana, favorecida por fatores climáticos e de solo, tem contribuído para o crescimento e instalação do cultivo de melancia no município e na região do Vale do São Patrício.

Diante da problemática encontrada no agronegócio da melancia em Uruana, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os efeitos socioeconômicos da perda da produção de melancia como principal fonte de renda dos trabalhadores em Uruana - Goiás, com ênfase nas dinâmicas territoriais e socioespaciais decorrentes da expansão do agronegócio sucroenergético na microrregião de Ceres. Para alcançar esse objetivo, serão estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar as similaridades e diferenças entre o processo de modernização do cultivo de melancia e a expansão do agronegócio sucroenergético no município de Uruana, com ênfase nas mudanças socioeconômicas decorrentes desses processos; Investigar o papel desempenhado pelo Estado nas intervenções realizadas em territórios do Cerrado, em especial na microrregião de Ceres e no município de Uruana, que possam afetar a produção de melancia e o trabalho dos trabalhadores do setor; Analisar as condições de trabalho e de reprodução da força de trabalho empregada no cultivo da melancia, bem como as possíveis consequências para os

trabalhadores em caso de perda da principal fonte de renda e compreender as dinâmicas migratórias dos trabalhadores do agronegócio da melancia do município de Uruana para outros Estados em decorrência da expansão do agronegócio sucroenergético, e as implicações socioeconômicas desses movimentos migratórios para a população local e para os trabalhadores migrantes.

As teses desta pesquisa partem da premissa de que a expansão do agronegócio sucroenergético em Uruana tem provocado profundas mudanças socioeconômicas no município, principalmente no que se refere à perda da produção de melancia como fonte de renda para os trabalhadores. A seguir, são apresentadas as teses específicas que norteiam a investigação: 1. A expansão do setor sucroenergético na microrregião de Ceres tem provocado uma reestruturação produtiva no agronegócio, inclusive nas áreas onde a produção de melancia é economicamente importante, como no município de Uruana. 2. A baixa geração de renda para os trabalhadores da produção de melancia em Uruana, aliada à percepção de trabalho exaustivo no setor sucroenergético, tem promovido a precarização do trabalho e a mobilidade espacial dos trabalhadores para outros Estados. 3. O Estado, por meio de suas intervenções em territórios do Cerrado, tem um papel importante na regulação e organização do agronegócio na microrregião de Ceres e no município de Uruana. 4. As dinâmicas migratórias dos trabalhadores do agronegócio da melancia de Uruana para outros Estados estão relacionadas à expansão do setor sucroenergético na região e às precárias condições de trabalho no cultivo da melancia.

A presente tese justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas socioespaciais e territoriais decorrentes do processo de expansão do agronegócio sucroenergético na microrregião de Ceres, com destaque para a territorialização da cana-de-açúcar sobre as áreas antes ocupadas pela produção de melancia no município de Uruana, em Goiás. É importante analisar as consequências dessa mudança na produção agrícola, especialmente a diminuição da produção de melancia na região estudada. A pesquisa justifica-se pela relevância em entender como esse processo de expansão impacta as condições de trabalho e reprodução da força de trabalho empregada no cultivo da melancia, além de compreender as dinâmicas migratórias dos trabalhadores do agronegócio da melancia do município de Uruana para outros Estados em decorrência da expansão do agronegócio sucroenergético.

A pesquisa se justifica, ainda, pela importância de investigar o papel das intervenções realizadas em territórios do Cerrado, especialmente no contexto da expansão do agronegócio sucroenergético e da territorialização da cana-de-açúcar sobre as áreas antes ocupadas pela produção de melancia, na microrregião de Ceres e no município de Uruana. É importante compreender como essas intervenções têm impactado a dinâmica socioespacial e territorial da região, incluindo as relações de trabalho na produção de melancia e como a diminuição dessa produção tem afetado a vida das pessoas que dependem dessa atividade econômica para sobreviver. Espera-se, assim, contribuir para o debate sobre o desenvolvimento territorial, a precarização do trabalho e a migração de trabalhadores no contexto do agronegócio no Estado de Goiás e no Brasil.

A análise proposta nesta tese será fundamentada a partir de três categorias centrais da Geografia, que permitem compreender as dinâmicas socioespaciais presentes na microrregião de Ceres e no município de Uruana. Uma dessas categorias é o território, que é fundamental para entender as mudanças decorrentes da expansão do agronegócio sucroenergético na região, bem como a territorialização da cana-de-açúcar sobre áreas antes ocupadas pela produção de melancia em Uruana. Além disso, a análise do espaço permite compreender as dinâmicas e transformações ao longo do tempo, auxiliando na compreensão das transformações territoriais em curso.

Outra categoria relevante para a análise proposta é a noção de território. Esta categoria pode ser utilizada para analisar as diferentes formas de apropriação e controle dos espaços pelos agentes envolvidos na produção da melancia e na expansão do agronegócio sucroenergético, incluindo o papel do Estado na regulação e intervenção nos territórios, conforme destaca Haesbaert (2009, p. 37):

Território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque no território, em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade, em suas múltiplas dimensões... a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder... a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto força produtiva); a Antropologia destaca a sua dimensão simbólica... a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (Haesbaert, 2009, p. 37).

Por meio da análise territorial, será possível compreender as relações de poder que envolvem a produção agrícola em Uruana e na região de Ceres, e como essas relações influenciam as dinâmicas socioespaciais em curso.

Por fim, a categoria do trabalho também será utilizada nesta análise, a fim de compreender as condições de trabalho e a precarização do trabalho na produção da melancia e no agronegócio sucroenergético, assim como as dinâmicas migratórias dos trabalhadores do município de Uruana para outros Estados. Dessa forma, será possível analisar as implicações socioeconômicas da perda da principal fonte de renda dos trabalhadores da melancia em Uruana e entender as dinâmicas migratórias decorrentes da expansão do agronegócio sucroenergético na região.

O recorte temporal será delimitado entre os anos de 2000 e 2020, período em que a produção sucroenergética começou a se expandir e ultrapassar a produção de melancia em importância econômica na região. A pesquisa terá como base estudos voltados para as consequências da modernização da agricultura no Cerrado, no Estado de Goiás e na Microrregião de Ceres, onde se localiza o município de Uruana.

Para desenvolver a reflexão proposta dividimos a tese em quatro capítulos. No capítulo 1 será discutida a importância histórica da melancia como cultura agrícola em Uruana e como sua produção foi uma estratégia adotada pelos agricultores locais para ocupação e diversificação do território. No capítulo 2 abordaremos as políticas públicas de desenvolvimento territorial para a produção de melancia em Uruana, bem como analisar o papel da melancia na economia e identidade da cidade, e a resistência da produção de melancia frente à expansão da cana-de-açúcar. No capítulo 3 abordará a relação entre capital e trabalho na produção de melancia em Uruana-GO. Serão discutidos os processos de modernização do cultivo da melancia, com a introdução de tecnologias e a organização do trabalho. Também será explorado o contexto histórico da expansão da cana-de-açúcar na região e a resistência da produção de melancia. O capítulo abordará o perfil do trabalhador da melancia, suas condições de trabalho, remuneração e inserção no mercado de trabalho. Será analisada a relação entre a produção de melancia e a economia local, assim como o efeito ambiental da atividade. Por fim, serão apresentadas reflexões sobre a relação entre capitalismo, trabalho e exploração na produção de melancia em Uruana-GO. O capítulo 4 irá

abordar o cotidiano dos trabalhadores da melancia a partir da história oral de vida, buscando trazer as vozes desses trabalhadores e suas experiências na produção da melancia em Uruana. Será explorado o perfil do trabalhador da melancia, sua origem, suas condições de vida e as mudanças ocorridas na organização do trabalho na produção da melancia em Uruana.

METODOLOGIA E CONTEXTUALIZAÇÃO

Para a elaboração da presente tese, foram utilizadas diferentes técnicas de pesquisa de modo combinado, visando caracterizar e responder ao problema da pesquisa. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, a fim de consultar fontes relacionadas ao assunto em estudo. Conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 166), essa abordagem abrange a bibliografia tornada pública sobre o tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, entre outros. Também foi aplicada uma abordagem combinada qualitativa e quantitativa, pois, como ressalta Fonseca (2002, p. 20), "a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente".

No âmbito da pesquisa qualitativa, foram utilizadas técnicas como observação direta com a visita às lavouras de melancia e a realização de registros fotográficos desses locais. Já na abordagem da pesquisa quantitativa, foram aplicados roteiros de entrevistas. Além disso, houve a coleta de dados em fontes secundárias, tais como o IBGE, o Instituto Mauro Borges (IMB) / Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEPLAN/SEGPLAN) e a base de dados de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Periódicos Capes, Scielo, bibliotecas depositárias de Instituições de Ensino Superior, entre outras informações, para apresentar as principais características da microrregião de Ceres e do município de Uruana.

Outros procedimentos utilizados foram a pesquisa de campo para detectar os efeitos socioespaciais influenciados pela modernização da agricultura no município de Uruana e a expansão do agronegócio sucroenergético. Esse procedimento visou contribuir para a coleta de dados estatísticos, para a realização de entrevistas e

ainda para a confirmação de informações obtidas através da pesquisa bibliográfica, do mapeamento e da coleta de dados.

As entrevistas foram pautadas na metodologia denominada história oral, e houve a utilização de roteiros que abordaram as características do processo de produção, organização do trabalho, mobilidade espacial do trabalho e o cotidiano na lavoura de melancia.

Os relatos dos trabalhadores da melancia foram obtidos através da captura e gravação de áudio. Posteriormente, eles foram transcritos e transcritos¹. Através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, os indivíduos puderam autorizar a divulgação de suas vozes, opiniões e serem identificados na pesquisa pelo uso de seus nomes. Os roteiros de entrevistas entregues aos trabalhadores tiveram como foco principal abstrair desses colaboradores as características do processo de produção, organização do trabalho, cotidiano e a trajetória individual de trabalho no agronegócio da melancia. Foram aplicadas entrevistas para oito indivíduos, de faixa etária variada, priorizando aqueles que possuem mais tempo de trabalho na melancia, sejam eles peões ou cargueiros².

A utilização do roteiro de entrevistas, ancorado pela história oral de vida, proporcionou uma leitura e vivência do passado e do presente, e compreender as mudanças ocorridas no campo e que impactaram através da inovação e tecnologia empregadas a partir da modernização agrícola no agronegócio da melancia.

Após a coleta de dados, foi realizada uma análise descritiva e analítica das informações obtidas em campo acerca da expansão do agronegócio sucroenergético e seus reflexos no meio socioespacial, para atestar ou contestar se os dados se referem ao que foi levantado na hipótese da pesquisa.

Para compreender as mudanças ocorridas na agricultura do município de Uruana, especialmente no setor de melancia, foi fundamental estudar as experiências e memórias dos trabalhadores envolvidos nesse processo. É importante entender como eles reconhecem suas formas de trabalho e quais são seus planos futuros, especialmente no que diz respeito a uma possível mudança de realidade e abandono do agronegócio de melancia.

¹ A transcrição em história oral (após a transcrição e a textualização) transforma o que foi falado em escrita, como sugere Caldas (2001). Procura-se recriar a atmosfera da entrevista, indicando as sensações provocadas pelo contato e fugindo da reprodução, palavra por palavra do que foi dito.

² Na linguagem dos produtores os peões são os colhedores dos frutos na lavoura e os cargueiros são os que empilham ou acondicionam os frutos sobre o caminhão (MACEDO, 2001, p. 203).

Para obter essas informações, utilizamos a metodologia de história oral de vida, que permite conhecer a realidade desses trabalhadores, suas relações com o trabalho nas lavouras e seu cotidiano junto às famílias. Essa metodologia se popularizou a partir da década de 1970, conforme afirma Alberti (2013, p. 26):

A difusão da história oral no início da década de 1970, nos (e a partir dos) Estados Unidos e Europa, resultou na implantação de vários programas de história oral, bem como de inúmeras pesquisas que dela se valeram como método de investigação. Foi no contexto desse movimento que começaram a ser feitas as primeiras entrevistas no Programa de História Oral do CPDOC, implantado em 1975 (Alberti, 2013, p. 26).

Aponta-se que a relação dos trabalhadores da melancia com a propriedade e o proprietário é desigual, como observou Santos (2014, p. 160). Por isso, foi necessário compreender como essa relação evoluiu ao longo dos anos e como a modernização agrícola impactou a vida desses trabalhadores.

Para alcançar esse objetivo, aplicamos o roteiro de entrevistas a oito trabalhadores, priorizando aqueles que possuem mais tempo de trabalho na melancia, sejam peões ou cargueiros. Os relatos foram capturados em áudio e posteriormente transcritos, e os participantes tiveram a opção de autorizar ou não a divulgação de suas vozes e identidades na pesquisa.

Após a coleta de dados, realizamos uma análise descritiva e analítica das informações obtidas em campo, a fim de confirmar ou refutar as teses levantadas sobre os efeitos socioespaciais da modernização da agricultura e expansão do agronegócio sucroenergético no município de Uruana.

Em 1973, foi estabelecido o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, com o objetivo de realizar pesquisas que contribuíssem para a compreensão da história do país. Joutard (2006, p. 47) explica que, sobre a criação do primeiro programa de história oral com o suporte da FGV e do CPDOC, seus pressupostos são evidenciados quando ele afirma que: "Na América Latina, o desenvolvimento nas áreas de história política e antropologia é observado em igual medida. Em 1975, o primeiro programa de história oral foi criado na Fundação Getúlio Vargas para coletar depoimentos de líderes políticos desde 1920 [...]". Com o tempo, a metodologia foi ganhando força e adeptos, e desde a criação do CPDOC, surgiu no Brasil o movimento da história oral, que culminou na formação da Associação

Brasileira de História Oral (ABHO). Em relação à popularização da história oral, Alberti (2013, p. 28) afirma que:

A partir dos anos 1990, o chamado “movimento da história oral” ampliou-se significativamente, tanto no Brasil como no exterior. Em abril de 1994, foi fundada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), por ocasião do II Encontro Nacional de História Oral. Desde então a comunidade de pesquisadores e interessados no assunto só fez crescer, impulsionada pelos encontros regionais e nacionais (Alberti, 2013, p. 28).

A história oral no Brasil teve um grande impulso com os congressos e encontros promovidos pela Associação Brasileira de História Oral, que contribuíram para a popularização dessa metodologia. Como resultado, outras áreas do conhecimento passaram a adotar a história oral em suas pesquisas acadêmicas e em projetos com finalidades diversas além da academia. Com essa disseminação, a história oral alcançou um nível multidisciplinar no Brasil, como destaca Alberti (2000, p. 2).

Atualmente, a história oral é uma metodologia claramente multidisciplinar, praticada por historiadores, antropólogos, sociólogos, folcloristas, cientistas políticos, educadores e psicólogos, entre outros. Ela se presta a interesses acadêmicos, pedagógicos, arquivísticos e terapêuticos. Há diversas correntes e modos de abordagem e possibilidades diferenciadas de objetos de estudo. No Brasil e no mundo, os praticantes da história oral se encontram em congressos periódicos, publicam artigos em revistas especializadas e reúnem-se em torno de associações (em 1994, foi fundada a Associação Brasileira de História Oral e, em 1996, a Associação Internacional de História Oral) (Alberti, 2000, p. 2).

Apesar do caráter multidisciplinar alcançado pela história oral, há ainda por parte dos pesquisadores preconceito acerca da conexão da história oral com a disciplina história, os mesmos sentem que há uma ligação entre as duas, e que essa metodologia pode ocasionar uma perda de identidade em relação à sua área de estudo original. Meihy e Holanda (2015, p. 64) exemplificam que:

Mesmo nos espaços das academias, o enquadramento na condição de “historiadores orais” tem provocado estranhamentos causados a tantos outros intelectuais, como sociólogos, antropólogos, psicólogos, jornalistas, etnólogos, geógrafos, que, ao trabalhar com pressupostos da história oral, sentem-se constrangidos diante da dependência pouco explicitada em sua relação com a disciplina História (Meihy & Holanda, 2015, p. 64).

A história oral se popularizou como uma ferramenta para solucionar a falta de fontes enfrentada por pesquisadores de diversas áreas. No entanto, há uma preocupação por parte de alguns pesquisadores de que o uso da metodologia possa

levar a uma perda de identidade da sua área de origem. É importante ressaltar que o uso da história oral não transforma um geógrafo em historiador, por exemplo, e que sua aplicação deve ser bem fundamentada e justificada. A compreensão do significado e dos caminhos da pesquisa em história oral é fundamental para o sucesso da investigação, conforme caracterizado por Meihy e Holanda (2015, p. 18). De acordo com as autoras, a história oral é uma prática que utiliza meios eletrônicos para apreender narrativas, coletar testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato. Nesse sentido, a pesquisa sobre os desafios socioeconômicos dos trabalhadores da melancia em Uruana será desenvolvida seguindo esses princípios e a elaboração do projeto foi considerada uma etapa primordial para o sucesso da investigação em história oral.

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição dos locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (Meihy & Holanda, 2015, p. 15).

O início da pesquisa com os trabalhadores da melancia partiu de um projeto exploratório, seguindo os fundamentos da metodologia da história oral. Como primeiro passo, realizou-se uma investigação empírica sobre o cotidiano desses indivíduos a serem estudados, avaliando a viabilidade de coletar os depoimentos e a disponibilidade dos narradores e do pesquisador. Durante essa etapa, estabeleceu-se um contato inicial com os trabalhadores, por meio de conversas informais, com o objetivo de obter uma visão ampla da realidade a ser investigada e dos indivíduos que são os protagonistas desse estudo.

Posteriormente, definiu-se que uma quantidade específica de indivíduos seria entrevistada, levando em consideração sua faixa etária e função na lavoura de melancia. Optou-se por colher depoimentos de oito indivíduos, com idades variadas, dando prioridade para aqueles com mais tempo de trabalho na cultura da melancia, independentemente de sua posição como peões ou cargueiros³.

³ Na linguagem dos produtores os peões são os colhedores dos frutos na lavoura e os cargueiros são os que empilham ou acondicionam os frutos sobre o caminhão (MACEDO, 2001, p. 203).

A pesquisa em questão foi embasada na metodologia de história oral, escolhida por diversos motivos. O primeiro deles é que não havia investigações prévias sobre a vida cotidiana dos trabalhadores da melancia em Uruana, e a metodologia poderia fornecer informações mais tangíveis. Como afirmado por Alberti (2013, p. 22), "a contribuição da história oral é sempre maior em áreas pouco estudadas da vida social em que predominam zonas de obscuridade, seja no estudo das elites, seja das grandes massas". O segundo motivo foi ouvir aqueles que nunca foram ouvidos, compreender seus sentimentos e realidades. Além disso, foi escolhido o gênero "história oral de vida", que "depende da memória, dos ajustes, contornos, desvios, imprecisões e até contradições naturais da fala" (Meihy & Holanda, 2015, p. 35). Essa escolha foi refletida no roteiro de entrevista aplicado aos trabalhadores da melancia. Vale ressaltar que a história oral também pode ser aplicada em outras áreas, como na pesquisa de elites ou de grandes massas.

Embora a história oral possua diferentes gêneros, como destacado por Meihy e Holanda (2015, p. 33), incluindo a história oral temática e a tradição oral, a escolha pela história oral de vida foi a que melhor se adequou aos objetivos deste estudo. Como afirmam os autores, a história oral de vida é resultado de narrativas que dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e contradições naturais da fala, o que possibilita compreender de forma mais profunda a experiência dos trabalhadores da melancia do município de Uruana. Sobre sua aceitação acadêmica Meihy e Holanda (2015, p. 37-38):

Por uma ou outra via, contudo, tem-se um leque de aceitação enorme, que tanto permite aos leitores de literatura como aos estudiosos da área de humanidades e mesmo ciências clínicas se aproximarem das histórias de vida. Nessa direção, o acréscimo de "oral" às histórias de vida é um ganho permitido pela junção da aparelhagem eletrônica com os procedimentos que se enfeixam nos critérios da investigação em história oral (Meihy e Holanda, 2015, p. 37-38):

A elaboração do roteiro de entrevista justificou-se pela utilização do gênero da história oral, que, segundo a definição de Pereira (2000, p. 118), consiste no relato de um narrador sobre sua vida, intermediado por um pesquisador. Para realizar essa intermediação, é necessário construir um roteiro que permita a interlocução e aprofunde o cotidiano do trabalhador da melancia.

Após a construção do projeto e do roteiro de entrevistas, ambos foram submetidos ao comitê de ética e pesquisa da Universidade Federal de Jataí, em

conformidade com as exigências éticas ao lidar com seres humanos. Assim que a pesquisa foi aprovada, iniciamos o contato com os sujeitos a serem entrevistados. O primeiro entrevistado foi escolhido com base em sua experiência, expressividade e prestígio entre os trabalhadores da melancia, visando contribuir para a formação da rede de contatos entre os entrevistados. A construção dessa rede é fundamental na pesquisa com história oral, como destacam Meihy e Holanda (2015, p. 54):

A origem da rede é sempre o ponto zero, e essa entrevista deve orientar a formação das demais redes. A indicação de continuidade das redes preferencialmente deve ser derivada da entrevista anterior. Assim, em cada entrevista o colaborador deve indicar alguém que comporá a rede. A vantagem dessa estratégia é que por ela monta-se a rede de acordo com o argumento dos entrevistados e não dos diretores do projeto. Com isso, se fortalece a razão do grupo (Meihy e Holanda, 2015, p. 54).

A construção da rede demonstra importante e essa estratégia de escolha de um primeiro indivíduo com base em sua experiência, expressividade e prestígio entre os trabalhadores da melancia foi de grande valia para o prosseguimento das entrevistas e, conseqüentemente, da pesquisa. Ao final de cada entrevista o narrador-sujeito indicava dois outros trabalhadores da melancia. Nesse momento de indicação não houve nenhuma interferência do pesquisador, o que enriqueceu a pesquisa pelo fato de oferecer diferentes histórias, uma vez que foram indicados trabalhadores de diferentes idades e com diferentes funções no labor da melancia. Diante das entrevistas foi fácil visualizar o que torna a história oral diferente, afinal conforme aborda Portelli (1997, p. 31):

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. [...] (Portelli, 1997, p. 31).

Buscando proporcionar aos trabalhadores colaboradores da pesquisa um momento de reflexão acerca do seu cotidiano e posteriormente provocá-los a lembrar o passado, entregamos o roteiro de entrevistas alguns dias antes de efetivamente ocorrer a entrevista, de modo que o trabalhador ou mesmo um membro de sua família pudesse fazer a leitura dos direcionamentos proposto no roteiro de entrevista, evitando que o sujeito tivesse surpresas no momento da gravação da

entrevista, tendo tempo para articular e repensar o seu passado de trabalho nas lavouras de melancia.

No momento de abordagem do trabalhador indicado na entrevista anterior, destacamos para o sujeito que ele será submetido a uma entrevista, o termo depoimento em momento algum será usado, pois conforme aborda Meihy e Holanda (2015, p. 20):

[...] Jamais se deve usar o termo “depoimento”, que carrega uma forte conotação “policialasca”, jurídica, ou, no caso brasileiro, diretamente ligado aos termos usados durante a ditadura militar para fundamentar os inquéritos. Porque se reafirma o caráter democrático da história oral, não é justo confundir entrevista com depoimento (Meihy e Holanda, 2015, p. 20).

Os trabalhadores da melancia durante todas as entrevistas tiveram liberdade para expor tudo o que pensavam e vivenciaram durante sua trajetória enquanto trabalhadores nesse modelo de agronegócio. De forma igualitária, foi respeitada a opinião e sentimentos dos trabalhadores, assegurando os pilares e objetos da história oral que busca, principalmente dar voz aos excluídos e silenciados da sociedade. Conforme destaca François (2006, p. 4):

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos ‘dominados’, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc.), à história do cotidiano e da vida privada (numa ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana), à história local e enraizada (François, 2006, p. 4).

As histórias de vida desses trabalhadores se cruzam com a narrativa de outras categorias de trabalhadores que carregam características do cotidiano da força de trabalho empregada na melancia.

A história oral de vida, por meio do roteiro de entrevistas e imagens, permitiu um acesso mais próximo e humano à história da vida dos trabalhadores da melancia em Uruana, possibilitando uma análise mais profunda das transformações ocorridas no campo, bem como do efeito da modernização agrícola e tecnológica empregada no agronegócio da melancia. Além disso, as intervenções do Estado também exercem influência nesse contexto. Entender os processos históricos sociais em âmbito local e regional reflete um dos pilares da história oral. Conforme aborda Lozano (2006, p. 16):

Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos

e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos históricos-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais (Lozano, 2006, p. 16).

Após imaginar os diversos elementos que seriam extraídos das histórias de vida dos trabalhadores da melancia, optamos pela utilização da linguagem informal para narrar as histórias de vida desses indivíduos, isso irá explicar a utilização dos vícios de linguagem constante na linguagem falada. Com essa ação buscamos dar mais essência às narrativas, para que os leitores tenham contato com a forma de falar dos narradores e enfim, conheçam o sotaque dos trabalhadores da melancia. Na escrita das narrações optamos por proporcionar uma narrativa de fácil leitura e compreensão das condições de vida e trabalho no agronegócio de melancia.

Assim, a partir do exposto entendemos que a história oral se mostra uma metodologia relevante e necessária para compreender as áreas pouco estudadas da vida social e de uma pesquisa da Geografia, como é o caso dos trabalhadores da melancia em Uruana. A escolha do gênero da história oral de vida, a construção cuidadosa do roteiro de entrevista e a transcrição realista dos relatos foram fundamentais para o sucesso da pesquisa.

A história oral na pesquisa possivelmente conseguirá atingir seu objetivo uma vez que “[...] entrevistas de história oral permitem o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões etc” (Alberti, 2004, p. 25). E irá desmistificar a facetas do trabalhador comum uma vez que “mesmo silenciado e mesmo por vias indiretas, o homem comum tem sido o protagonista da história” (Martins, 2000, p. 109-110).

A discussão das categorias geográficas, espaço, território e trabalho, é essencial para uma análise geográfica e demonstra ser importante na construção desta pesquisa. Essas categorias são interdependentes e influenciam diretamente a forma como as sociedades se organizam, produzem e se relacionam com o meio ambiente. Por isso, é necessário compreender a dinâmica dessas categorias para entender as transformações socioespaciais e as relações de poder que se estabelecem em determinado contexto geográfico. Portanto, discutir essas

categorias é uma tarefa fundamental para uma abordagem crítica e reflexiva da realidade dos trabalhadores da melancia de Uruana.

O espaço, como construção social, é fruto da relação entre a sociedade e a natureza, sendo moldado por meio de práticas e ações sociais. A compreensão da relação entre sociedade e natureza é fundamental para uma análise crítica da geografia. Nesse sentido, a citação de Souza (2015, p. 31) traz uma importante reflexão sobre a categoria espaço. A partir dessa distinção, é possível compreender a natureza como um espaço construído socialmente e, portanto, influenciado por valores e concepções.

O espaço da “natureza primeira”, a rigor, se refere à natureza completamente exterior ao homem e não captada por sua consciência. Ora, o simples fato de se observar e estudar a natureza, mesmo dentro de um enfoque “laboratorial”, típico das ciências naturais, já implica uma concepção (e até uma valoração) da natureza. [...] Já o espaço da “natureza segunda” abrange desde a materialidade transformada pela sociedade (campos de cultivo, infraestrutura, cidades, etc.) até os espaços simbólicos e as projeções espaciais do poder, que representam o entrelaçamento dos aspectos imaterial e material da espacialidade social (Souza, 2015, p. 31).

A abordagem do autor é relevante para a compreensão da importância das categorias geográficas na análise do espaço e da sociedade. Ao distinguir o espaço da “natureza primeira” e da “natureza segunda”, o autor aponta para a influência da sociedade na transformação e valorização do espaço, inclusive em suas dimensões simbólicas e de poder. Essa reflexão é essencial para a pesquisa em questão, que se propõe a analisar as transformações socioespaciais do agronegócio de melancia em Uruana, incluindo as relações de poder e a influência da tecnologia e inovação na configuração do espaço agrícola.

Já o território, como espaço apropriado, é marcado pelas relações de poder e dominação presentes na sociedade, sendo um elemento central para a compreensão de conflitos e processos de territorialização. Compreender o território como resultado de transformações sociais é fundamental para uma análise geográfica crítica e reflexiva. Como afirma Moraes (2005):

Trata-se, portanto, não mais de descrever caracterizar um território, tomando-o como um acidente geográfico da superfície da Terra, mas de captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre. A análise sincrônica de tais processos num mesmo âmbito espacial – que envolve as dimensões econômica,

política e cultural da vida social – permite o resgate da história de como se conformaram os atuais territórios existentes no mundo contemporâneo [...]. (Moraes, 2005, p. 52-53)

A abordagem permite refletir acerca do território como resultado de transformações sociais, econômicas e culturais, e não apenas como um acidente geográfico. Isso é fundamental para uma análise da realidade, uma vez que é necessário compreender como as intervenções humanas nos lugares e as transformações no espaço influenciam na formação dos territórios. Na tese, essa perspectiva pode ser utilizada para compreender como o território da região de Uruana, onde se produz melancia, foi construído ao longo do tempo e quais foram os processos sociais, econômicos e culturais que contribuíram para sua conformação atual.

Por fim, o trabalho é uma categoria que se relaciona com todas as anteriores, sendo essencial para a produção e reprodução do espaço e do território. Thomaz Junior (2002) defende a importância da rede de relações categoriais/teóricas/escalares na Geografia do trabalho ao afirmar que:

Entendemos que a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. (Thomaz Junior, 2002, p. 5)

Nesse sentido, é fundamental analisar como as relações de trabalho se configuram na produção de melancia, considerando as particularidades locais e a rede de determinações que envolvem essa dinâmica. A abordagem proposta pelo autor permite uma análise mais ampla e integrada do fenômeno do trabalho em Uruana, considerando tanto aspectos econômicos quanto sociais, culturais e políticos.

Dessa forma, a pesquisa busca compreender não somente a realidade objetiva dos trabalhadores da melancia em Uruana, mas também suas percepções e vivências, por meio da metodologia da história oral de vida. Utilizaremos o materialismo dialético como método para análise dos dados coletados, em conjunto com as categorias da geografia, permitindo uma compreensão ampla e profunda das relações sociais e espaciais que permeiam a produção da melancia e a vida dos trabalhadores envolvidos nessa atividade.

1 TERRITÓRIO, PRODUÇÃO E HISTÓRIA DA MELANCIA EM URUANA

A importância histórica da melancia como cultura agrícola em Uruana reflete a estratégia adotada pelos agricultores locais para a ocupação e diversificação do território. Neste capítulo, buscaremos compreender como a produção de melancia se desenvolveu em Uruana e como essa atividade tem impactado a economia local e a identidade cultural da região. Além disso, a análise incluirá uma abordagem histórica, mostrando como a produção de melancia se transformou ao longo do tempo, desde sua introdução na região até os dias atuais.

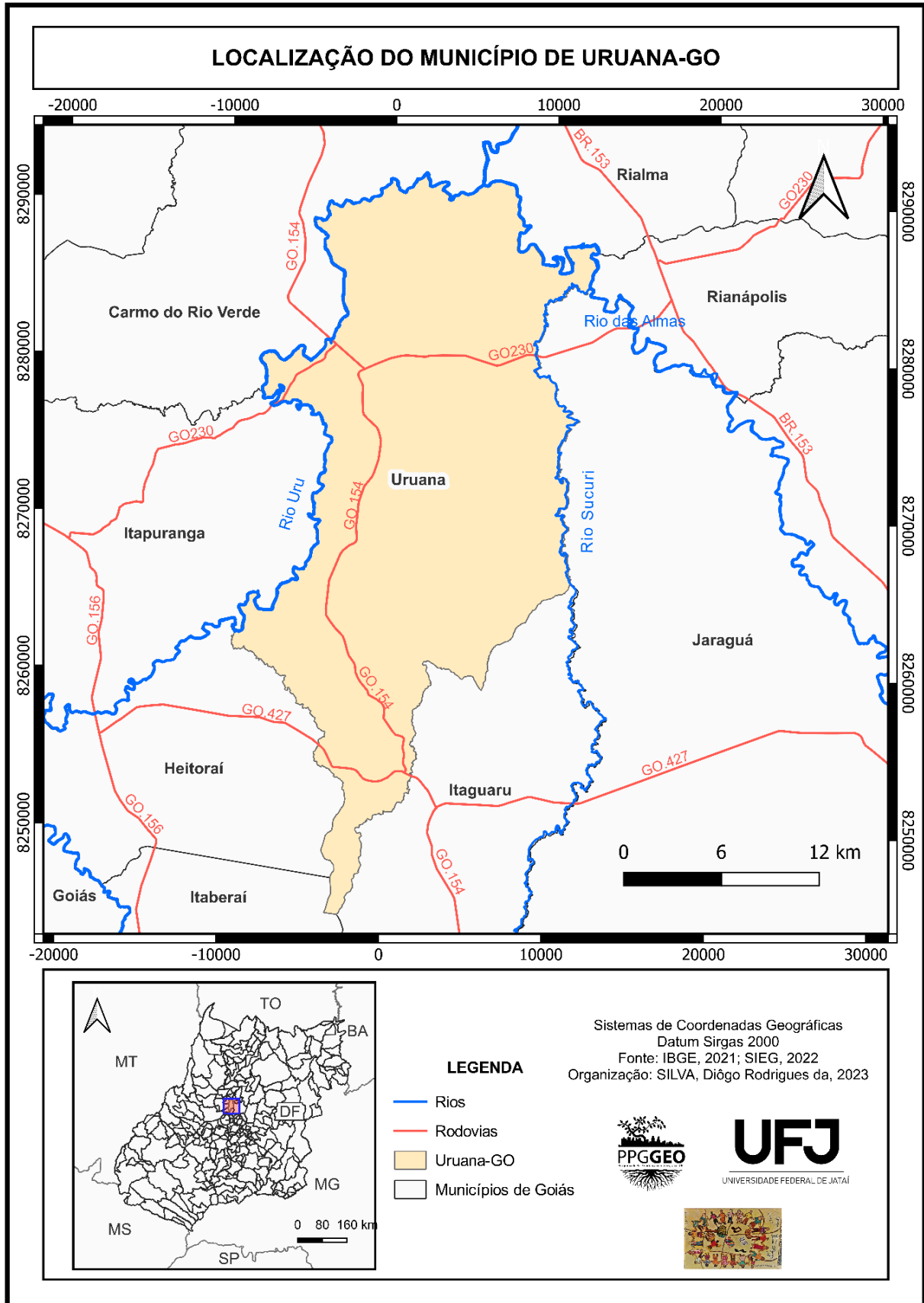
O capítulo destacará também a importância do território para a produção de melancia, considerando aspectos geográficos, ambientais e sociais que influenciam a atividade. Serão discutidos temas como clima, solo, uso da terra e a organização social dos produtores.

A análise da produção de melancia em Uruana é relevante para entender as dinâmicas locais da agricultura e o papel da fruta na economia local, incluindo sua exportação para outros países. Abordaremos ainda como a modernização do cultivo de melancia em Uruana, com a adoção de tecnologias e práticas agrícolas para aumentar a produtividade e qualidade da produção, influenciou na precarização do trabalho em Uruana e os desafios enfrentados pelos trabalhadores da melancia diante da modernização tecnológica.

1.1 A PRODUÇÃO DE MELANCIA COMO ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

O município de Uruana localiza-se no Estado de Goiás, na mesorregião do Centro Goiano e microrregião de Ceres. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), atualmente, sua população está estimada 13.729 habitantes, ocupando a 76ª posição no estado em termos populacionais com uma área territorial de 522,904 km² (Figura 1). Segundo o IBGE (2022), a cidade foi fundada em 1938, no local onde um ano antes foi levantado um cruzeiro, por José Alves de Toledo, o fundador da cidade. Em 20 de janeiro de 1940, após construir uma ponte sobre o Rio Uru para facilitar o escoamento da produção, José Alves de Toledo fez a doação de alqueires de terras de sua fazenda à Arquidiocese de Goiás para a formação do patrimônio.

Figura 1- Mapa de localização do município de Uruana, Goiás



Fonte: Banco de Dados do SIEG(2022), IBGE (2021)
Organização: autor (2023)

Uruana apresenta características socioeconômicas que refletem tanto seu histórico de desenvolvimento quanto os desafios enfrentados por sua população. A economia de Uruana está fortemente vinculada à produção agrícola, com destaque para o cultivo da melancia, que se tornou a principal referência do município em nível estadual e nacional. O PIB per capita registrado em 2021 foi de R\$ 21.337,92, um valor que, embora represente uma economia ativa, revela desafios quanto à distribuição de renda e ao desenvolvimento econômico sustentável. Esse indicador coloca Uruana na 198ª posição dentro do estado, refletindo a predominância de atividades agropecuárias na composição da economia local.

A infraestrutura e os serviços públicos acompanham o crescimento da cidade, ainda que com desafios. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos finais do ensino fundamental na rede pública foi de 5,5 em 2023, um resultado que demonstra um desempenho educacional dentro da média estadual. Já no aspecto da saúde, a taxa de mortalidade infantil registrada em 2022 foi de 8,26 óbitos por mil nascidos vivos, um dado que evidencia a necessidade contínua de investimentos na área da saúde para garantir melhores condições de vida para a população.

O município também se destaca pela sua frota de veículos, que em 2024 alcançou 10.590 unidades. Esse dado revela um crescimento na mobilidade urbana e no transporte de mercadorias, algo essencial para uma economia baseada na agricultura. Além disso, a cidade possui uma estrutura de comércio e serviços que atende às necessidades básicas da população, embora dependa de centros urbanos maiores, como Ceres e Goiânia para acesso a serviços mais complexos.

Ainda de acordo com o IBGE do ponto de vista histórico, Uruana teve sua origem ligada à ocupação de terras férteis às margens do Rio Uru. Fundada em 1938, por José Alves de Toledo, a cidade recebeu imigrantes de Minas Gerais, Bahia e outras regiões de Goiás, que vieram colonizar e impulsionar a economia agrícola local. Em 1940, a construção de uma ponte sobre o Rio Uru e a doação de terras para a formação do patrimônio municipal demonstram o esforço inicial de estruturação da cidade. O avanço da rodovia federal na região também contribuiu significativamente para o desenvolvimento do município, facilitando o escoamento da produção agrícola.

Esses aspectos evidenciam a dinâmica socioeconômica de Uruana, um município onde a atividade agrícola continua sendo o pilar do desenvolvimento, mas

que enfrenta desafios na diversificação econômica, na distribuição de renda e na melhoria da qualidade de vida de sua população.

Com base nos dados do IBGE (2022) sobre o município de Uruana-GO, é possível traçar um panorama sobre diferentes aspectos da cidade, incluindo educação, saúde, meio ambiente e território.

Na área da educação, os números indicam avanços e desafios. A taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos foi de 94,9% em 2010, um dado positivo que demonstra o acesso da maioria das crianças à escola. No entanto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2023 apresenta 6,4 nos anos iniciais e 5,5 nos anos finais do ensino fundamental, apontando a necessidade de melhorias na qualidade do ensino. O município conta com 9 escolas de ensino fundamental e 4 escolas de ensino médio, além de um corpo docente de 86 professores no fundamental e 48 no ensino médio.

Na área da saúde, a mortalidade infantil em 2022 foi de 8,26 óbitos por mil nascidos vivos. O município conta com 8 estabelecimentos de saúde cadastrados no SUS, o que demonstra uma estrutura disponível, mas que precisa de investimentos para garantir atendimento de qualidade à população.

Sobre o meio ambiente, os dados do IBGE mostram que Uruana possui uma área urbanizada de 3,76 km² e que 87,8% das vias públicas eram arborizadas em 2010, um fator positivo para a qualidade de vida da população. No entanto, apenas 11,4% da população possuía acesso a um sistema de esgotamento sanitário adequado no mesmo ano, evidenciando um grande desafio na infraestrutura básica.

Em relação ao território, Uruana está inserida na Região de Influência de Ceres-Rialma, sendo classificada como um Centro Local. Esses dados demonstram a importância da cidade como referência para pequenos municípios vizinhos e sua integração com a economia regional (IBGE, 2022).

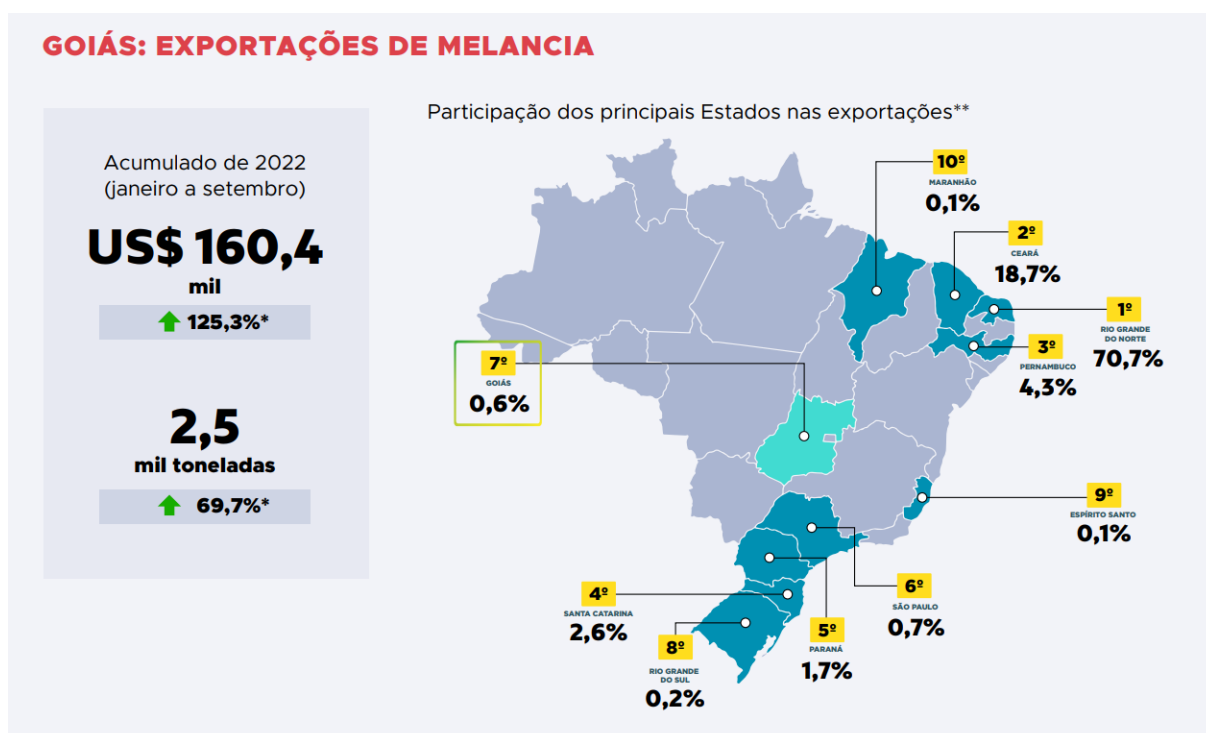
Esses indicadores mostram que, apesar dos avanços em algumas áreas, Uruana ainda enfrenta desafios estruturais que precisam ser enfrentados com políticas públicas voltadas para a melhoria da educação, da saúde e da infraestrutura básica, garantindo melhores condições de vida para sua população.

Macêdo (2001, p. 59) destaca que “no contexto da fronteira econômica em Goiás, a cidade de Uruana surge concomitantemente com o avanço da frente pioneira do Mato Grosso Goiano, com uma família oriunda do Estado de Minas Gerais”. A história da melancia em Uruana está intrinsecamente ligada à sua história

de formação e à sua economia. A produção de melancia em Uruana começou na década de 1970, e atualmente é uma das principais fontes de renda dos agricultores e trabalhadores locais. Além disso, a qualidade da fruta produzida em Uruana é reconhecida nacionalmente e internacionalmente, sendo exportada para outros países.

A exportação de melancia tem se mostrado um mercado crescente para Goiás, ainda que a participação do estado no cenário nacional seja relativamente baixa. A figura 2 a seguir apresenta dados sobre as exportações de melancia no acumulado de 2022, evidenciando a participação de Goiás no ranking nacional. Apesar do crescimento expressivo no volume e valor exportado, o estado ainda ocupa uma posição modesta em comparação com outros grandes exportadores do país, como Rio Grande do Norte e Ceará. Esses números nos ajudam a refletir sobre os desafios enfrentados pelos produtores goianos e uruanenses para ampliar sua presença no comércio internacional.

Figura 2 - Goiás: Exportações de melancia



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Agro em Dados, novembro 2022.

Os dados apresentados mostram que Goiás exportou 2,5 mil toneladas de melancia entre janeiro e setembro de 2022, totalizando US\$ 160,4 mil em receita, o

que representa um crescimento de 125,3% no valor exportado e 69,7% no volume em relação ao período anterior. No entanto, a participação de Goiás no ranking nacional ainda é pequena, ocupando a 7ª posição, com apenas 0,6% das exportações totais. O destaque nacional fica para o Rio Grande do Norte, que lidera com 70,7%, seguido pelo Ceará, com 18,7%, e Pernambuco, com 4,3%.

Essa discrepância revela um cenário em que Goiás, apesar de ser um grande produtor da fruta, ainda tem dificuldades para expandir suas exportações. Fatores como infraestrutura, logística e incentivos governamentais podem estar entre os desafios que limitam a inserção do estado no mercado internacional.

A produção da melancia em Uruana foi iniciada na década de 1960 pelo engenheiro agrônomo Arcenio da Silveira. A produção desse produto agrícola cresceu gradualmente na cidade desde 1970 e atingiu o pico em 2000, quando Uruana se tornou um dos principais produtores de melancia no estado de Goiás. De acordo com Macêdo (2001), existem teorias sobre as origens da cultura da melancia em Uruana.

A cultura da melancia foi introduzida em Uruana, no ano de 1968, através de um engenheiro agrônomo da ACAR– Goiás (atual EMATER e mais recentemente AGENCIA RURAL). A primeira lavoura foi determinante para o prosseguimento na produção. Embora tendo sido cultivada num período de entre - safra das tradicionais culturas da região – arroz, feijão e milho, a melancia obteve excelentes resultados em termos de produtividade. Inicialmente foram colhidas 20 toneladas em um hectare cultivado, o que motivou inúmeros pequenos produtores a investirem nessa cultura. (Macêdo, 2001, p. 62).

A introdução da cultura da melancia em Uruana, em 1968, representou um marco na história econômica do município. A iniciativa do engenheiro agrônomo da ACAR-Goiás (hoje EMATER) trouxe uma alternativa viável para os pequenos produtores, que até então baseavam sua produção em culturas tradicionais como arroz, feijão e milho. O sucesso da primeira colheita, com um rendimento de 20 toneladas por hectare, mostrou o potencial da cultura na região e incentivou outros agricultores a investirem no plantio da melancia.

O que chama atenção nesse processo é como uma mudança aparentemente simples na escolha da cultura cultivada pode transformar a dinâmica econômica de um município. A melancia, que entrou como uma opção complementar na entressafra, logo se tornou uma das atividades agrícolas mais importantes da região. Com o tempo, essa produção ganhou força e se consolidou como a principal base

da economia local, levando Uruana a se tornar conhecida como a "Capital da Melancia".

Além do efeito econômico, a introdução da cultura da melancia mudou a relação dos trabalhadores com a terra e com o próprio modelo de produção agrícola, trazendo novos desafios e oportunidades. O crescimento da produção impulsionou o desenvolvimento de técnicas agrícolas específicas para a cultura, além de gerar demanda por mão de obra em diferentes etapas do processo produtivo. Esse contexto evidencia como a agricultura, mesmo em municípios pequenos, pode ser profundamente influenciada por decisões técnicas e estratégicas, moldando o futuro de uma região inteira.

Ao abordar as atividades econômicas de Uruana, é relevante mencionar a produção de melancia como uma das principais culturas agrícolas desenvolvidas por pequenos e grandes produtores, bem como pela agricultura familiar. Embora tenha sido um desenvolvimento relativamente recente, Uruana se tornou um dos maiores produtores de melancia do Brasil, ocupando a primeira posição no ranking de produção da fruta no país. Apesar da grande ênfase na produção de melancia, o município também tem mantido tradicionalmente o plantio de arroz, feijão e milho, e recentemente houve o surgimento da produção de cana-de-açúcar. A pecuária também é um importante componente da economia local, destacando-se a criação de gado de corte e de leite. Além disso, o comércio e o setor de serviços também são relevantes para a economia do município.

Para abordar as mudanças socioeconômicas decorrentes da produção de melancia em Uruana, é importante ressaltar que a introdução da cultura na região impulsionou a geração de empregos e o aumento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). A adoção de novas tecnologias na produção agrícola foi essencial para o sucesso da atividade e seu efeito na economia local. O clima e a qualidade do solo também foram fatores determinantes para o desenvolvimento da cultura da melancia em Uruana. Nesse sentido, segundo Macêdo (2001, p. 62), esses fatores contribuíram para o sucesso e popularização da cultura agrícola em questão na região:

Em 1978, a média da produção foi de aproximadamente 24 mil toneladas, numa área plantada de 800 ha, sendo que os produtores eram em número de 300. Oriunda de Americana (Estado de São Paulo), a melancia cultivada em Uruana tornou-se um grande negócio para pequenos, médios e grandes produtores, na medida em que houve uma compatibilidade desta cultura

com o meio natural propício. Os solos férteis, arenosos (teor de areia > 55%) e bem drenados de Uruana, além do clima favorável (com duas estações bem definidas, seca e chuvosa), contribuíram em grande parte para a excelente qualidade que o produto apresenta (Macêdo, 2001, p. 62).

Após o estabelecimento da cultura de melancia em Uruana, muitos imigrantes, especialmente paulistas, se dirigiram para a cidade em busca de terras férteis para cultivo. De acordo com Macêdo (2001, p. 122), "é importante situar a presença dos paulistas em Uruana, em razão de sua relevância para a organização da região produtiva desenvolvida com foco neste município". Com a chegada dos paulistas e de imigrantes de outros estados, a produção de melancia cresceu significativamente, o que pode ser evidenciado pelo fato de que, em 2010, Uruana liderou o ranking dos maiores produtores de melancia em Goiás (Tabela 1) e se destacou entre os maiores produtores da fruta em todo o país.

Tabela 1 - Principais municípios do Estado de Goiás produtores de melancia - 2010

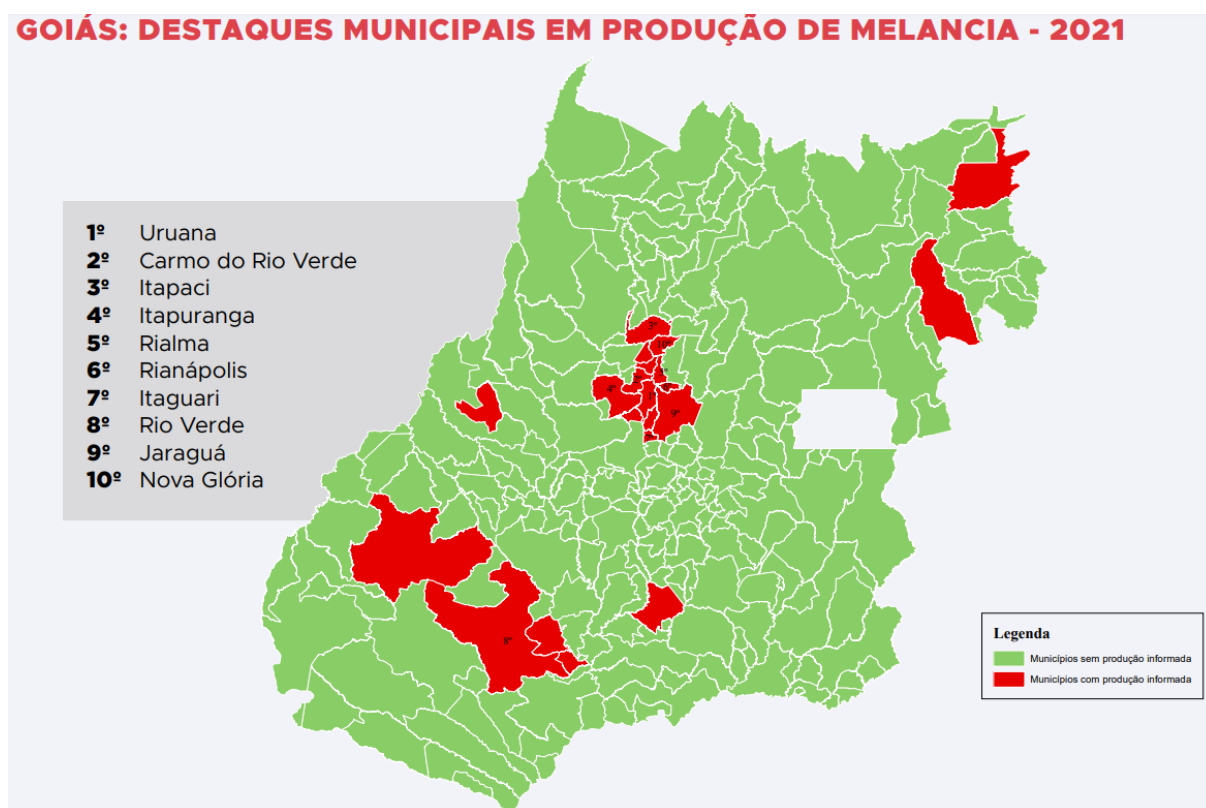
Ranking	Município	Produção (t)	Participação (%)
-	Estado de Goiás	268.530	-
1	Uruana	160.000	59,58
2	Jaraguá	20.800	7,75
3	Itapuranga	17.800	6,63
4	Carmo do Rio Verde	15.000	5,59
5	Itaberaí	9.000	3,35
6	Itapaci	7.800	2,90
7	Rio Verde	7.200	2,68
8	Nova Glória	4.500	1,68
9	Ipiranga de Goiás	3.750	1,40
10	Morrinhos	3.500	1,30
11	Rianápolis	2.625	0,98
12	Heitoráí	2.250	0,84
13	Formoso	1.500	0,56
13	Porangatu	1.500	0,56
13	Pontalina	1.500	0,56
13	Minaçu	1.500	0,56
13	São Miguel do Araguaia	1.500	0,56
18	Itaguari	1.440	0,54
19	Trombas	1.250	0,47
20	Montividiu do Norte	800	0,30

Fonte: Sidra IBGE/SEGPLAN-GO/IMB

Organização: Diôgo Rodrigues da Silva (2022)

A produção de melancia em Goiás tem se destacado como uma das principais atividades agrícolas do estado, movimentando a economia local e empregando centenas de trabalhadores rurais. O mapa abaixo, retirado da revista da SEGPLAN, apresenta os municípios goianos com maior produção de melancia em 2021, evidenciando a relevância dessa cultura para a agricultura regional. Uruana, localizada no centro do estado, lidera o ranking e se consolida como a "Capital da Melancia", sendo referência nacional na produção e comercialização da fruta.

Figura 3 - Goiás: destaques municipais em produção de melancia - 2021



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Agro em Dados, novembro 2022.

A predominância de Uruana na produção de melancia não é um acaso. A cidade conta com um histórico de especialização nessa cultura, aliado a um clima favorável e ao conhecimento acumulado pelos produtores locais. Além disso, outros municípios próximos a Uruana como Carmo do Rio Verde, Itapaci e Itapuranga também se destacam no cultivo, contribuindo para a força do setor.

O agronegócio da melancia foi fundamental para o desenvolvimento econômico de Uruana, mas trouxe consigo efeitos socioambientais significativos em

razão da expansão da agricultura moderna na região, especialmente no bioma cerrado. Esse padrão de expansão do agronegócio é comum, como destacado por Calaça (2014, p. 2):

Com a territorialização do capital e a expansão do agronegócio, o Cerrado goiano não é mais o mesmo. As atividades do agronegócio fundamentadas nos princípios do lucro, da concentração da produção, da terra e da riqueza, transformaram o Cerrado na principal área de produção de commodities, do Brasil. O Cerrado ganha novas cores e novos sabores. Transformam-se as paisagens, implementam-se as ideias do "novo" como a única opção capaz de produzir riqueza e qualidade de vida, desqualifica-se o outro, como diferente, atrasado e inadequado à lógica mercadológica dominante. (Calaça, 2014, p. 2):

Calaça (2014) destaca a transformação do bioma cerrado em uma área de produção de commodities, resultado da territorialização do capital e da expansão do agronegócio. Essa transformação tem causado grandes efeitos socioambientais na região, incluindo a perda de biodiversidade e a degradação do solo, além de efeitos nas comunidades locais e na saúde pública.

A modernização da agricultura e o aumento da produtividade são objetivos almejados em diversos países, incluindo o Brasil. No entanto, o modo como essa modernização foi implantada em nosso país teve consequências que extrapolam o âmbito econômico e ambiental, afetando também a sociedade e a cultura. Nesse contexto, o termo "agronegócio" surge como uma tentativa de melhorar a imagem da grande propriedade no imaginário social, associando-a a uma atividade moderna e produtiva. Essa finalidade política e ideológica tem efeitos significativos no modo como o agronegócio é visto e avaliado pela sociedade, bem como na forma como as políticas públicas são formuladas e implementadas. Melo (2018, p. 85) demonstra como o surgimento do termo "agronegócio" está relacionado a essa tentativa de mudar a percepção da agricultura no Brasil:

O termo agronegócio surge no Brasil com esse objetivo, representar a modernização da agricultura, o aumento da produtividade e com a finalidade política e ideológica de melhorar a imagem da grande propriedade no imaginário social, sempre associada à improdutividade, à violência e entrave ao desenvolvimento econômico do país. (Melo, 2018, p. 85)

O autor também nos alerta para os efeitos dessa construção ideológica no desenvolvimento da atividade agrícola e suas consequências socioambientais. Ao considerarmos esse contexto, é possível inferir que se tornam necessárias a

implementação de transformações e medidas alternativas, as quais devem estar fundamentadas em uma base sustentável e ser incorporadas de forma sistemática ao atual modelo de desenvolvimento econômico

O município de Uruana tornou-se referência no agronegócio de melancia e teve que passar por uma reestruturação na produção do espaço urbano para acomodar a grande quantidade de pessoas que se deslocaram de diferentes regiões do país em busca de investir nessa cultura agrícola. A chegada dos produtores e a contratação de trabalhadores rurais para a produção da fruta geraram um aumento populacional na cidade e uma transformação na cadeia produtiva. Acerca desse fenômeno Haesbaert (2017, p. 81) destaca que:

O papel do espaço, hoje indissociável em suas perspectivas “natural” e “social”, pode ser interpretado tanto como “rugosidades” “ou constrangimentos”, que redirecionam os processos sociais e econômicos, quanto como referenciais inseridos na vida cotidiana e que perpassam nossas identidades coletivas (Haesbaert, 2017, p. 81).

Para abordar as mudanças socioeconômicas ocorridas em Uruana, é relevante enfatizar que a maioria dos trabalhadores da produção de melancia se mudou da zona rural para a área urbana, e que muitos desses trabalhadores têm sua mão de obra explorada por grandes produtores que utilizam regime de trabalho informal. Esse é um fato comum em pequenas cidades que são submetidas à economia agrícola, como destaca Bernardelli (2006, p. 238).

as pequenas cidades, nessa área de economia agrícola, desempenham papéis urbanos bastante restritos, tendo em vista predominar entre seus habitantes segmentos que possuem renda familiar baixa, o que possibilita somente um consumo básico, destinado a permitir a reprodução da força de trabalho predominantemente ocupada no campo (safristas, diaristas, que trabalham na agricultura, e trabalhadores da agroindústria) (Bernardelli, 2006, p. 238).

Em razão das atividades agrícolas concentradas na produção de melancia, o processo de ocupação do cerrado em Uruana tem gerado a redução gradual da biodiversidade e a escassez de recursos hídricos. Essa diminuição representa uma perda irreparável de espécies animais e vegetais, podendo resultar em problemas principalmente de saúde para a população. Considerando a escala atingida pela agricultura tecnificada, mesmo a produção de melancia ocupar as terras do município a mais de sessenta anos o desenvolvimento sustentável em Uruana é um

grande desafio. No entanto, ainda há tempo para mudar essa realidade e buscar adotar práticas sustentáveis, como técnicas agrícolas alternativas, que podem produzir efeitos positivos e trazer benefícios ambientais, econômicos e sociais para a população.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA MELANCIA PARA A ECONOMIA E IDENTIDADE DE URUANA

A construção da rodovia federal que conectava a Colônia Agrícola Nacional de Goiás teve um grande efeito no processo de povoamento e exploração das Matas de São Patrício, situadas na região do Mato Grosso Goiano, onde o povoado de Uruana está localizado. Uruana também se beneficiou significativamente desta importa rodovia. Acerca do povoamento dessa região e de Uruana, Castilho (2012, p. 121) afirma que:

Grande parte das famílias excedentes se fixou no outro lado do Rio das Almas, na sua margem direita. Foi assim que começou a surgir o povoado de Barranca, hoje Rialma. O próprio nome indica a localização e as condições de moradia: próximo ao “barranco” do rio. Uruana e Carmo do Rio Verde também surgiram do excedente de migrantes da CANG (Castilho, 2012, p. 121).

Castilho (2012) demonstra acima como a inserção de infraestrutura pode influenciar o desenvolvimento de uma região e como o fluxo migratório pode resultar na formação de novas comunidades.

A região das Matas de São Patrício, onde se insere Uruana, começou a ser ocupada e explorada devido a diversos fatores, como a construção de rodovias, a instalação da CANG e a existência de terras férteis. No entanto, essa ocupação também resultou na devastação da região. Em relação a esse processo de devastação, Dutra e Silva, Barbalho e Franco (2013, p. 231) destacam que:

A partir das primeiras décadas do século XX, essa região inicia um processo de ocupação, em decorrência da ampliação da ferrovia e de redes rodoviárias que valorizaram áreas próximas ao Mato Grosso de Goiás. Em 1935, a ferrovia chegava a Anápolis, e iniciava-se a construção de Goiânia nessa região florestal. Na década de 1940, na política da Marcha para Oeste, o governo federal instalava uma Colônia Agrícola Nacional na região das Matas de São Patrício, parte norte do Mato Grosso de Goiás. Inicia-se o processo de ocupação e devastação dessa área florestada (Dutra e Silva, Barbalho e Franco, 2013, p. 231).

Os autores demonstram como esses acontecimentos históricos foram fundamentais para o desenvolvimento e transformação da região. Uruana teve sua ocupação iniciada em 1938 e suas características físicas foram importantes para o desenvolvimento da agricultura, com destaque para as culturas de arroz, feijão e milho, além da criação de bovinos e outros animais. Segundo Macêdo (2001, p. 91), a região é marcada por um clima quente no verão e ameno no inverno, caracterizado por uma zona de estabilidade climática. Em relação a vegetação, França (1975, p. 55) afirma que:

A cobertura vegetal é constituída pelos dois tipos principais da vegetação em Goiás: a mata e o cerrado. As matas, cobrindo as vertentes e os vales, pertenciam, em grande parte, à categoria de mata de primeira classe, cujos solos são considerados excelentes para o cultivo. Estendiam-se as matas-galerias dos afluentes do Paranaíba e dos vales dos cursos fluviais da parte superior da bacia do Tocantins. Destacava-se a extensa mancha florestal, já conhecida por “Mato Grosso de Goiás”, com área superior a 20.000km², cobrindo partes dos municípios de Goiás, Jaraguá, Meia Ponte e Bonfim. Entre as inúmeras matas que margeiam os rios, salientava a Mata de São Patrício entre outras, nas cabeceiras do Tocantins, nos municípios de Goiás e Jaraguá (França, 1975, p. 55).

O processo de elevação de povoados a distritos e, posteriormente, a municípios foi recorrente na região do Vale do São Patrício, incluindo o caso de Uruana. De acordo com a Lei Estadual nº 8305, datada de 31 de dezembro de 1943, Uruana tornou-se um distrito e, posteriormente, alcançou sua autonomia político-administrativa com a Lei Estadual nº 132, de 14 de setembro de 1948. Macedo (2001, p. 59) destaca que a fazenda que deu origem ao povoado de Uruana, localizada a noroeste de Jaraguá, foi fundada em 1938 e se transformou em um povoado antes de se tornar um distrito. Arrais (2016, p. 86) destaca que esse processo de transformação foi comum em toda a região do Vale do São Patrício.

A colonização oficial – por meio da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que deu origem ao município de Ceres -, a oferta de terras baratas e férteis em toda a região, a ebulição da fronteira – demonstrada pela chegada dos trilhos a Anápolis em 1935 – e a posterior ligação com o norte goiano, por via terrestre, com a construção da BR-153, favoreceram um intenso povoamento por meio da migração e do posterior processo de emancipação municipal. Essa trajetória foi comum em municípios da região, a exemplo de Ceres, Rialma, Rubiataba, Carmo do Rio Verde e Uruana (Arrais, 2016, p. 86).

Os autores evidenciam a importância de diversos fatores para a colonização e povoamento de diversas regiões em Goiás, entre elas Uruana. O acesso facilitado

Esse fato histórico mostra como a aviação, assim como outros meios de transporte, ajudou a encurtar distâncias e a expandir as fronteiras do desenvolvimento em Goiás. Além disso, evidencia a importância de valorizarmos a

história e a memória desses lugares, reconhecendo as múltiplas influências que contribuíram para a sua formação e desenvolvimento ao longo do tempo.

Além dos fatores históricos e econômicos que contribuíram para o povoamento e desenvolvimento dos municípios de Uruana, a hidrografia também é um elemento importante a ser destacado. É interessante observar a influência dos rios e da história na formação do nome de Uruana. O município é banhado pelos rios Uru (figura 5) e das Almas, além de córregos e ribeirões. De acordo com Waibel (1947, p. 17), o nome da cidade veio da junção do Rio Uru com o primeiro nome da esposa do fundador, Ana. A lenda local conta que, durante um passeio de canoa com Ana pelo rio, José Alves Toledo perguntou o nome do rio, ao que ela respondeu: “é Uru, Ana”. Essa história ajuda a explicar a origem do nome e a importância dos rios para a cidade de Uruana.

Figura 5 - Rio Uru, Uruana, Goiás



Fonte: Silva, D. R. (2011)

O desenvolvimento urbano de Uruana teve início na área em que o fundador da cidade levantou o cruzeiro, que posteriormente tornou-se o local de construção da Igreja Matriz de São Sebastião. Em volta da igreja, foram edificadas as primeiras residências, prédios comerciais e públicos, além da primeira praça. Conforme Santos (2013b, p. 140) destaca em sua obra, a cidade de Uruana passou por um processo de transformação, o que pode ser comparado com o conceito de "cidades dos notáveis" e "cidades econômicas".

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (Santos, 2013b, p. 140).

Podemos observar que Uruana segue a estrutura urbana típica de cidades do interior, com sua Igreja Matriz de São Sebastião, a primeira praça e a avenida principal que corta a cidade. Como destacado por Santos (2013), esse modelo é comum em cidades notáveis, como Uruana, que se desenvolveram a partir de um centro religioso e político (figura 6).

Ao longo do processo de formação urbana, muitas cidades interioranas brasileiras seguiram um padrão de organização espacial que reflete não apenas a influência da Igreja, mas também a centralização das atividades comerciais e administrativas ao seu redor. A presença da Igreja Matriz como ponto de referência da cidade é um aspecto recorrente na história dos municípios, onde o entorno da praça central se tornou um espaço de convivência e sociabilidade. Em Uruana, essa estrutura se mantém visível, evidenciando o papel da religião na organização do espaço urbano e na construção da identidade local.

Figura 6 - Igreja Matriz de São Sebastião



Fonte: Silva, D. R. (2024)

A Igreja Matriz de São Sebastião é um dos símbolos mais marcantes de Uruana, tanto do ponto de vista histórico quanto arquitetônico. Além de ser um espaço de fé e devoção para os moradores, ela representa a permanência de um modelo urbanístico tradicional, onde a praça central e a igreja configuram o coração da cidade. Mesmo com o crescimento urbano e as transformações econômicas impulsionadas pelo agronegócio, a configuração original do espaço permanece, reafirmando a importância dos aspectos culturais e religiosos na formação da identidade local.

É interessante notar que a avenida principal de Uruana foi nomeada em homenagem ao seu fundador, José Alves Toledo, como uma forma de preservar a história e memória da cidade. Sobre o fundador e suas estratégias para o povoamento de Uruana, Waibel (1947, p. 16-17) destaca:

[...] foi um imigrante de Minas Gerais que hoje conta 50 anos de idade, o senhor JOSÉ ALVES TOLEDO. Fazendo propaganda de toda espécie, especialmente escrevendo cartas a amigos e parentes nos Estados de Minas e São Paulo, ele se tornou o grande animador do progresso nessa zona. Em 1937, ele erigiu um cruzeiro na borda leste da floresta, sobre o terraço da margem direita do rio Uru, a uma altitude de 590 metros. Um ano mais tarde, foram construídas casas e na futura praça, ergueu-se uma pequena capela que ainda é a única igreja da vila. (Waibel, 1947, p. 16-17).

A avenida principal de Uruana, batizada em homenagem ao seu fundador, acomodou desde a criação da cidade os principais pontos comerciais, bancos, rodoviária e a sede do poder executivo e legislativo. A importância dessa avenida na história da cidade é inegável, embora as construções antigas não existam mais no local. O comércio de Uruana se beneficia da localização central da avenida, o que a torna um ponto estratégico na região.

Na Praça da Igreja Matriz de São Sebastião, um dos principais pontos de Uruana, está o monumento em homenagem a José Alves Toledo (figura 5), fundador da cidade. Ele foi responsável por erguer os alicerces do município às margens do Rio Uru, impulsionando seu crescimento e desenvolvimento. O busto simboliza não apenas o reconhecimento pelo seu trabalho, mas também a identidade e a memória histórica de Uruana.

Figura 7 - monumento a José Alves Toledo



Fonte: Silva, D. R. (2024)

O monumento destaca a importância de José Alves Toledo na construção de Uruana, lembrando as gerações futuras sobre quem ajudou a moldar a cidade. Preservar essa memória também é fundamental para entender a trajetória do município e valorizar aqueles que contribuíram para sua criação e progresso.

Ademais, é importante mencionar que segundo dados do IBGE (2022), Uruana conta com uma população de 13.729 habitantes, considerando tanto a população urbana quanto rural. Esse número coloca Uruana na categoria de cidades pequenas, como define Maia (2010, p. 19):

Geralmente os estudos funcionais ou que priorizam o sistema hierárquico das cidades usam terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes. Para tanto, tomam como base os dados referentes a seus contingentes populacionais. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Este critério, com

algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos (Maia, 2010, p. 19).

Ao tratar do conceito de cidade pequena, há divergências entre os autores. Segundo Maia (2010, p. 19), Uruana, com sua população de 13.729 habitantes, pode ser considerada uma cidade pequena. Porém, Corrêa (2011, p. 6) destaca que a cidade pequena é, acima de tudo, um núcleo que desempenha a função de sede municipal. O autor ainda aponta que a globalização tem afetado as cidades e que o critério político-administrativo utilizado no Brasil é utilizado para definir o que é considerado cidade. Além disso, Corrêa (2004, p. 75-76) destaca que a cidade pequena evoluiu por quatro caminhos distintos.

- i – Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola. [...];
- ii – Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos pode mesmo crescer econômica e demograficamente. [...];
- iii – Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho [...];
- iv – Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permaneceram, ou procedente de aposentadorias de trabalhadores agrícolas (Corrêa, 2004, p. 75-76).

Soma-se aos quatro caminhos apontados por Corrêa (2004, p. 75-76) para a evolução da cidade pequena, outros critérios que devem ser considerados na definição da cidade e sua população, seja ela urbana ou rural. O objetivo desses estudos é justamente esclarecer o conceito de cidade pequena, que ainda gera divergências entre os autores. Como afirma Maia (2010, p. 22), há uma crescente preocupação em compreender melhor esse conceito:

Nos últimos anos, algumas pesquisas, inclusive teses e dissertações, foram realizadas e revelaram a diversidade do que se pode caracterizar como cidades pequenas e médias. O esforço em se superar tais nomenclaturas tem sido realizado, entretanto, ainda não se pode apontar para outra denominação que caminhe para um conceito. Daí a manutenção dos nomes classificatórios (Maia, 2010, p. 22).

Maia (2010) destaca as diferenças existente nas cidades que são consideradas pequenas e médias e a dificuldade em encontrar uma denominação que possa abranger todas essas realidades. Apesar dos esforços em superar essas nomenclaturas, ainda não há um consenso sobre um conceito que possa substituí-las. Isso evidencia a complexidade do estudo das cidades e da sua classificação, já que cada localidade possui particularidades que dificultam uma definição única.

As cidades consideradas pequenas não devem ser desvalorizadas, uma vez que apresentam características próprias e importantes para o entendimento da dinâmica urbana. Ao estudar Uruana, que pode ser enquadrada nesse conceito, é possível destacar a relevância desses aglomerados urbanos no contexto mais amplo da organização territorial do país.

Durante seu processo de desenvolvimento, Uruana passou por diversas mudanças em sua paisagem urbana conforme podemos notar na abordagem de Waibel (1947), influenciadas principalmente pela produção de melancia e pelo fenômeno da migração rural-urbana. Essas mudanças se refletem na área de infraestrutura e equipamentos urbanos, como o aumento da quantidade de bairros, casas e loteamentos.

[...] Em 1940, Uruana tinha trinta casas e, em julho de 1946, o número delas era de 680, e novas casas estavam sendo construídas todo o tempo. A população total é estimada em cerca de 3000 habitantes, destes, um terço é de proprietários de terras, um terço de agregados, que trabalham nas fazendas, em pequenos serviços diários, e o último terço exerce suas atividades na vila. O comércio local é bastante desenvolvido, contando o distrito de Uruana com 79 casas comerciais, número esse maior que o do próprio distrito da sede, que conta com 47 casas comerciais. A indústria ainda está muito pouco desenvolvida, contando no entanto com duas máquinas de beneficiar arroz, que são absolutamente insuficiente para beneficiar toda a produção local. (Waibel, 1947, p. 17).

A discussão sobre cidade pequena e seus conceitos se torna ainda mais relevante quando consideramos o contexto brasileiro de migração rural-urbana, no qual pequenos produtores deixam suas terras para arrendá-las a grandes produtores, muitas vezes migrando para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida. Esse movimento populacional tem efeito direto na dinâmica urbana dessas cidades, como é o caso de Uruana, que viu sua população crescer significativamente nas últimas décadas. A Tabela 2 apresenta essa evolução populacional.

Tabela 2- Evolução na população no município de Uruana-GO (1970 -2022)

Ano	População Urbana	População Rural	População Total
1970	6.333	7.853	14.186
1980	6.869	5.227	12.096
1991	9.333	4.333	13.666
1996	11.307	3.519	14.826
2000	10.899	3.043	13.942
2010	11.231	2.595	13.826
2022	11.711	2.018	13.729

Fonte: IBGE. Censos Demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022 contagem da população 1996.

Organização: autor (2024).

O aumento da população urbana em Uruana é um reflexo do processo de migração rural-urbana que ocorreu em todo o país nas últimas décadas. Com a modernização da agricultura e a mecanização do campo, muitos pequenos produtores se viram obrigados a deixar suas terras e buscar trabalho nas cidades. Esse movimento teve um efeito significativo no crescimento das cidades pequenas e médias, como Uruana, que viram sua população aumentar rapidamente. Esse processo também trouxe desafios para essas cidades, como a necessidade de oferecer infraestrutura e serviços adequados para uma população em crescimento.

Durante a década de 1990, Uruana se tornou o principal produtor de melancia não só do estado de Goiás, mas de todo o país, o que lhe conferiu o título de "Capital Nacional da Melancia". A festa da melancia, nesse momento, já era um evento tradicional em Uruana. Em 1992, o prefeito Génesio Pereira da Silva e a EMATER-GO solicitaram ao então Ministro da Agricultura e Reforma Agrária a inclusão da festa da melancia no calendário nacional de eventos. Conforme destaca Coutinho e Silva (1999, p. 26):

Em 1992 foi solicitado pelo prefeito municipal Génesio Pereira da Silva e [pela] EMATER-GO ao Sr. Ministro da Agricultura e Reforma Agrária Lázaro Ferreira Barbosa, a inclusão no calendário de eventos nacionais [a] primeira festa nacional da melancia. A oficialização ocorreu com base nas 20.000 assinaturas colhidas dos turistas de vários Estados brasileiros na 15ª Festa Estadual da Melancia. [Assim] Uruana realizou, no ano de 1993 a 16ª Festa Estadual e a 1ª Nacional da Melancia (Coutinho e Silva, 1999, p. 26).

Quando se trata dos objetivos da festa, é evidente que a questão econômica é o principal destaque: a celebração ocorre em setembro, ao final da safra da melancia no município, e dura quatro dias. A festa é organizada pela prefeitura e pelos produtores locais de melancia com o intuito de celebrar o êxito da produção. Macêdo (2001) ressalta que:

No âmbito de sua invenção, foi uma forma de “divulgar a região” ou o seu conteúdo mais importante, qual seja, o seu principal produto de exportação que necessitaria de uma ampliação de mercado e de produção, dadas as possibilidades existentes para isso. (Macêdo, 2001, p. 30).

A festa da Melancia em Uruana é uma celebração da produção local e também possui características de festas populares. Conforme aborda Macedo (2002):

A Festa da Melancia, apesar de ser uma festa com objetivos voltados para o econômico, atualmente apresenta características de festas populares e aparece como uma manifestação que não é somente econômica, pelo fato de envolver, além da população local, elementos regionais e nacionais, como por exemplo, artistas conhecidos nacionalmente, bandas musicais regionais e, ainda, turistas e produtos de vários Estados Brasileiros. (Macêdo, 2002, p. 47).

Durante os quatro dias de festa, há uma variedade de atrações, como desfiles, apresentações musicais, barracas de comida e bebida, parque de diversões e competições. Além disso, a festa é um importante momento de confraternização entre os produtores locais e a comunidade em geral, fortalecendo a identidade local e promovendo o turismo na região.

A partir da década de 1990, a produção de melancia em Uruana passou a ter um alcance além das fronteiras do Brasil, com a exportação da fruta para países do Mercosul. O primeiro país a receber a melancia produzida em Uruana foi a Argentina, no entanto, a exportação foi interrompida por questões sanitárias. Somente na década de 2000 é que a exportação da melancia uruanense para a Argentina foi retomada conforme destaca Carvalho (2013):

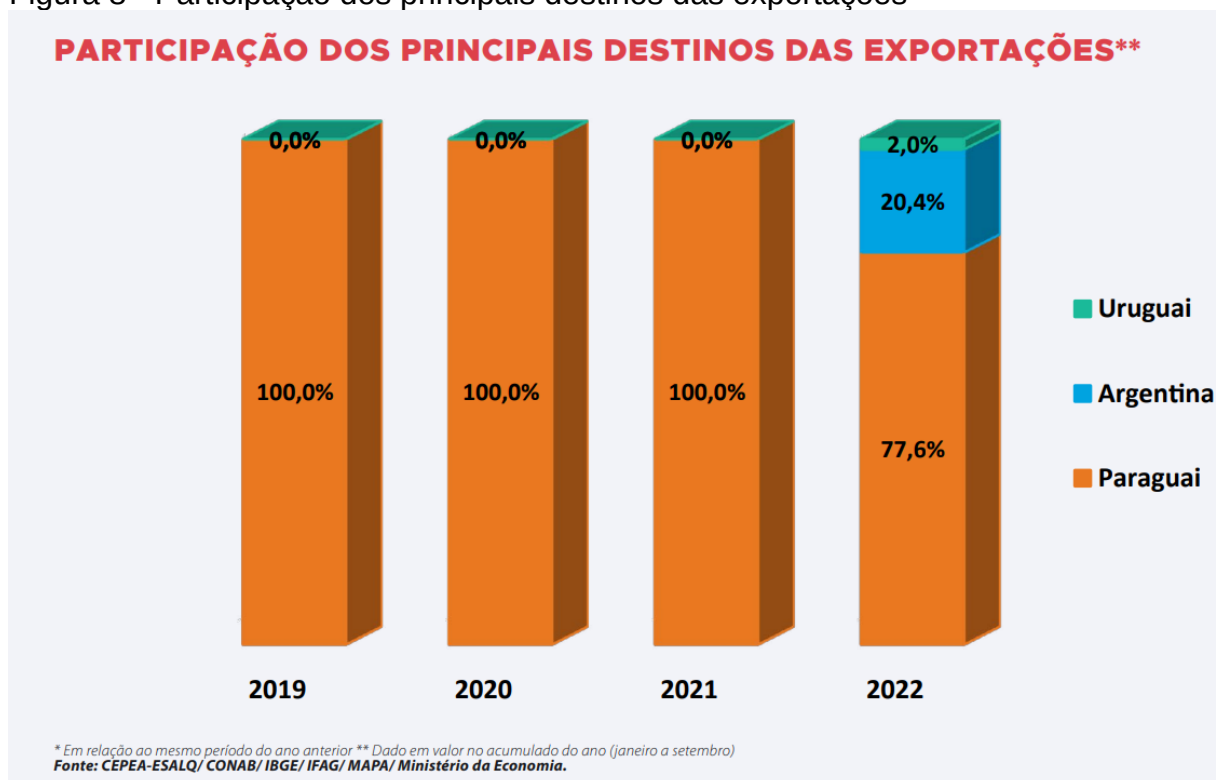
Em 1997/1998 a produção passa a ser exportada para Argentina; sendo que por exigência Sanitária, por complicações quanto ao uso de agrotóxicos, no período de 1999 a 2005 há a suspensão dessa exportação [...] somente em 2006 Uruana passa a ser habilitada a exportar para Argentina novamente” (Carvalho, 2013, p.33, 34).

Esse processo de exportação contribuiu para o fortalecimento da economia local, além de ampliar o reconhecimento da qualidade da produção de melancia em Uruana no mercado internacional.

A exportação da melancia brasileira tem se concentrado historicamente no Paraguai, que até 2021 absorvia 100% da produção exportada (figura 8). No entanto, em 2022, observou-se uma mudança importante na diversificação dos destinos. Pela primeira vez, a Argentina e o Uruguai passaram a importar volumes

significativos da fruta, reduzindo a dependência do mercado paraguaio. Essa diversificação pode ser um reflexo de fatores como variação cambial, aumento da demanda em outros países e a busca dos produtores por novos mercados para escoar a produção.

Figura 8 - Participação dos principais destinos das exportações



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Agro em Dados, novembro 2022.

Esse aumento da diversificação de mercados pode representar um avanço para o setor, reduzindo a dependência de um único comprador e ampliando as possibilidades de negociação para os produtores. Essa mudança pode estar relacionada a diversos fatores, como as condições climáticas, a oferta e demanda nos países vizinhos, além das políticas comerciais e tarifárias.

Na tabela 3, é possível verificar o aumento da produção de melancia no município de Uruana ao longo das décadas. Percebe-se que, desde os anos 1970, a fruta já era cultivada na região e, a partir dos anos 2000, houve um crescimento significativo na produção, tornando Uruana o maior produtor de melancia do estado de Goiás. Além disso, a produção de cana-de-açúcar também teve um aumento considerável durante essa mesma década, conforme evidenciado na tabela 3.

Tabela 3 - Produtos da lavoura temporária de Uruana: quantidade produzida (toneladas) e área plantada (hectares) 1974-2010⁴

Produtos	1974		1980		1990		2000		2010		2023	
	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)
Abacaxi ⁵	-	10	-	112	200	3.200	50	1.200	-	-	-	-
Arroz (em casca)	-	6.480	-	12.636	1.550	960	1.800	3.600	2.000	6.000	-	-
Cana de Açúcar	-	586	-	-	-	-	50	2.000	1.500	103.000	3500	241.024
Feijão	-	712	-	156	1.200	880	250	530	100	300	120	360
Mandioca	-	265	-	280	60	1.200	50	750	300	9.000	300	6.600
Melancia ⁶	-	10	-	2.670	2.220	5.400	2.500	7.500	4.000	160.000	1.800	90.000
Milho (em grão)	-	2304	-	12.312	3.000	2.480	2.200	7.700	3.200	20.000	1.500	11.250
Soja	-	-	-	-	-	-	220	396	300	1.000	2.780	12.510

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal
Organização: autor (2025).

⁴A variável **Área plantada** só passou a ser informada a partir de 1988.

⁵A quantidade produzida de **abacaxi** é expressa em **mil frutos** e o rendimento médio em **frutos/ha**.

⁶A partir do ano de **2001** as quantidades produzidas dos produtos **melancia e melão** passam a ser expressas em **toneladas**. Nos anos anteriores eram expressas em **mil frutos**. O rendimento médio passa a ser expresso em **Kg/ha**. Nos anos anteriores era expresso em **frutos/ha**.

Na análise da tabela 3, é possível notar que a escolha dos produtos agrícolas em Uruana está diretamente ligada às condições geográficas e climáticas da região. A qualidade das terras e clima favorável, permitiu que a produção de culturas como a cana-de-açúcar e a melancia obtivessem um crescimento significativo ao longo das últimas décadas. Essa relação entre produção agrícola e características geográficas é destacada pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, que aponta a importância de se levar em consideração as particularidades de cada região na escolha dos produtos a serem cultivados. No ponto de vista de Santos (2008, p. 89):

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda e bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transporte e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização (Santos, 2008, p. 89).

Além dos produtos mencionados, outras culturas temporárias também são destaque em diferentes regiões de Goiás, como a mandioca no Norte Goiano e o alho na região de Catalão e Entorno de Brasília, conforme destaca Arrais (2004).

Há muitas outras culturas temporárias a destacar: a mandioca, no Norte Goiano, e em quase todos os municípios do estado; o alho, na região de Catalão e Entorno de Brasília; a melancia, na microrregião de Ceres, com destaque para Uruana, maior produtor do estado (62.500 t, em 2001); [...] (Arrais, 2004, p. 49)

O autor ressalta a relevância da produção de melancia em Uruana, que se tornou o maior produtor do estado em 2001, com a produção de 62.500 toneladas. Essas culturas temporárias são exemplos de como a agricultura é uma atividade econômica essencial para muitas regiões do Brasil, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Além disso, quando se trata da escolha dos produtos agrícolas a serem cultivados em uma região, é importante considerar a diferença entre as cidades maiores e as cidades interioranas. Nas grandes cidades, a escolha dos produtos pode ser influenciada por questões de mercado e logística, enquanto nas cidades do interior, a escolha pode ser mais influenciada pelas condições climáticas,

disponibilidade de terras e tradições locais. É comum que nas cidades menores haja uma maior variedade de culturas temporárias cultivadas, devido à possibilidade de produzir alimentos para o próprio consumo e para a venda em pequena escala local. Em Uruana, por exemplo, a escolha pela melancia como cultura principal se deu em função das condições favoráveis para o seu cultivo, bem como pela tradição local e pela demanda do mercado regional. Como caracteriza Santos (2013a, p. 74):

Quanto às cidades, aquelas cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos terrenos vazios, dentro da aglomeração ou em suas proximidades, com atividades agrícolas frequentemente modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população. [...] De outro lado, a produção agrícola realizada no interior dos limites metropolitanos ou urbanos pode ser objeto de um consumo não unicamente local (Santos, 2013a, p. 74).

Ao analisarmos a situação de Uruana, é possível perceber que a produção e melancia se destacou ao longo dos anos, e a produção de cana-de-açúcar vem ganhando espaço recentemente. É importante ressaltar que esses produtos não são consumidos apenas pela comunidade local, mas também exportados para outras regiões do Brasil e até mesmo para outros países.

A localização de Uruana e a sua posição estratégica no Vale do São Patrício e no Centro Goiano contribuíram para o crescimento e instalação dessas culturas, resultando em alteração das dinâmicas econômicas da região.

Em 2017, foi realizada em Uruana a primeira festa internacional da melancia, que contou com palestrantes de outros países para compartilhar experiências no cultivo da fruta. A festa da melancia, seja ela estadual, nacional ou internacional, é uma grande atração em Uruana. Com duração de quatro dias, o evento atrai muitos turistas de outros municípios de Goiás e de outros estados. Diversas atividades são oferecidas para entreter o público, incluindo o tradicional desfile que percorre a avenida principal da cidade. Apesar de ser um momento de celebração e diversão, o desfile aborda pouco a questão do papel do trabalhador da melancia na economia da cidade.

No último dia da Festa da Melancia, o tradicional desfile toma conta da Avenida José Alves Toledo, reunindo a comunidade em uma celebração que valoriza a cultura e a identidade local. Um dos momentos mais aguardados é a apresentação da Rainha e das Princesas da Festa (figura 9), que desfilam em carros alegóricos ricamente decorados, homenageando a produção de melancia e os

trabalhadores rurais que fazem desse cultivo um símbolo da cidade. O desfile sempre traz uma diversidade de cores e criatividade, encantando moradores e visitantes.

Figura 9 - Desfile da rainha e princesas da melancia



Fonte: Silva, D. R. (2023)

Ao chegar em Uruana-GO, é possível notar a forte ligação da cidade com a produção de melancia. Esse vínculo vai além da economia, tornando-se um símbolo da identidade local e do orgulho dos moradores. A cultura da melancia moldou não apenas a paisagem agrícola, mas também a forma como a cidade se apresenta ao país e quiçá ao mundo. Esse reconhecimento pode ser visto já na entrada do município, onde um monumento celebra Uruana como a Capital da Melancia, reforçando a importância dessa atividade para a região.

Figura 10 - Uruana, a Capital da Melancia



Fonte: Silva, D. R. (2024)

O letreiro de boas-vindas representa a valorização da produção agrícola que sustenta a economia local e projeta o nome de Uruana para além de suas fronteiras. Como já ressaltado a produção da melancia não apenas movimenta o comércio e gera empregos, mas também fortalece a identidade cultural da cidade, refletindo-se em eventos como a tradicional Festa da Melancia. Assim, o monumento não é apenas um marco turístico, mas uma representação concreta do papel central que a lavoura da melancia desempenha no município, e sempre atrai turistas para fotos no local.

O brasão de Uruana (figura 11) também carrega em seus elementos visuais a identidade econômica, social e histórica do município. Como um símbolo oficial, ele representa as principais atividades produtivas e a relação da cidade com sua terra fértil. A presença da melancia em destaque reafirma o título de "Capital da Melancia", um dos pilares econômicos locais, enquanto os demais elementos ilustram a importância da agropecuária para a região. Além disso, o escudo traz referências ao relevo característico da cidade, ao curso d'água que corta seu

território e à produção agrícola diversificada, evidenciando a vocação de Uruana para o agronegócio.

Figura 11 - Brasão de Uruana



Fonte: Prefeitura de Uruana

É possível constatar que a agricultura é a principal atividade econômica de Uruana, com destaque para a produção de melancia realizada por pequenos e grandes produtores, além da agricultura familiar. Embora a produção de melancia seja predominante, o município também mantém o cultivo de arroz, feijão e milho, e mais recentemente, a produção de cana-de-açúcar. A pecuária, com gado de corte e de leite, também é uma atividade importante na economia local, juntamente com o comércio e o setor de serviço

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA A PRODUÇÃO DE MELANCIA EM URUANA

A produção de melancia em Uruana tem se mostrado uma atividade relevante para a economia e cultura local. Este capítulo busca discutir as políticas públicas de desenvolvimento territorial para a produção de melancia em Uruana, além de analisar o papel da melancia na economia e identidade da cidade, e a resistência da produção de melancia diante da expansão da cana-de-açúcar. Para atingir tais objetivos, realizaremos uma pesquisa bibliográfica sobre a história da produção de melancia em Uruana e a situação atual, bem como um levantamento de dados sobre as políticas públicas para o desenvolvimento territorial na região.

2.1 O PAPEL DO PODER PÚBLICO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE URUANA

Cabe salientar o papel do poder público. Neste trabalho, entende-se o poder público como responsável pela promoção e implantação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial de Uruana, com foco principal na produção de melancia. Buscaremos abordar os programas e incentivos disponibilizados para os produtores de melancia e seus resultados e efeitos na produção local. Evidencia-se, que apesar da importância da produção de melancia para a economia e identidade de Uruana, a falta de incentivos governamentais e políticas públicas voltadas para o setor tem sido um desafio. Enquanto a cana-de-açúcar recebeu grandes investimentos e incentivos, a produção de melancia tem sido negligenciada, resultando em uma falta de infraestrutura adequada e assistência técnica para os produtores.

Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas de desenvolvimento territorial considerem a produção de melancia como uma atividade econômica importante para a região e invistam em ações que possam fortalecer a cadeia produtiva da fruta, como assistência técnica aos produtores e a implementação de políticas de incentivo fiscal. Somente assim será possível garantir a continuidade e o crescimento da produção de melancia em Uruana, preservando a identidade cultural e econômica da região.

Para compreender a realidade de Uruana na atualidade, é necessário voltar à sua origem e analisar seu processo de formação e urbanização. Ao entender como a

cidade surgiu, é possível entender também o surgimento de outras cidades e a construção do território goiano. Nesse sentido, vale ressaltar a década de 1930 e o contexto sociopolítico do Brasil e do Estado de Goiás, com ênfase na região do Mato Grosso Goiano (atualmente chamada de Mesorregião Centro Goiano pelo IBGE). Foi nessa época que a maioria das cidades do estado, incluindo Uruana, surgiram em decorrência da colonização agrícola de Goiás. No entanto, para entender a realidade atual de Uruana, é preciso ir além da sua origem e analisar as políticas públicas de desenvolvimento territorial para a produção de melancia na região.

Apesar da sua localização geográfica privilegiada, essa região iniciou seu crescimento econômico e demográfico somente a partir de 1930. Antes desse período, a região apresentava a falta de infraestrutura básica, como estradas de ligação interna e com outras regiões, o que limitava o crescimento econômico. Conforme destaca Castro (2004, p. 81):

No entanto, de um modo geral, a densidade demográfica do estado, em 1920, era muito baixa, cerca de 0,79 habitantes por quilômetro quadrado. No interior do território, as áreas mais povoadas eram as que faziam divisa com outros estados, no extremo sul (Catalão) e no extremo norte (Boa Vista do Tocantins). A população de Goiás nessas primeiras décadas do século era predominantemente rural. Com uma população muito pequena, as cidades estavam dispersas pelo imenso território goiano (Castro (2004, P. 81).

A transformação dessa realidade ocorreu a partir das políticas de desenvolvimento do Estado de Goiás e de produção do território brasileiro estabelecidas por Getúlio Vargas, que se tornou presidente da República após a revolução de 1930. Sua política visava ocupar e integrar as regiões pouco habitadas do país, com o objetivo de retirá-las do atraso e impulsioná-las em direção ao progresso.

Somente na década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, houve a primeira iniciativa de uma política de ocupação direcionada para a região, a partir da criação das colônias agrícolas nos estados de Goiás e Mato Grosso. A extensão da estrada de ferro que chegava a Anápolis/GO estimulou a migração de produtores principalmente do sul do país. Porém, com esta primeira iniciativa, pouco ou nada se alterou na estrutura fundiária regional, que funcionava mais ou menos dentro da seguinte ordem de distribuição territorial na propriedades: as terras de melhor fertilidade eram destinadas ao cultivo das lavouras de arroz, feijão e milho, com menor expressão; já os chapadões formados de uma vegetação de pequenos arbustos e os campos eram destinados à pecuária e ao extrativismo, destacando-se a extração de lenha, de frutos e de várias espécies de plantas medicinais (Péret, 1997, p. 345).

Acerca da Revolução de 30 Palacin e Moraes (2008, p. 149) destacam:

A revolução de 30, embora sem raízes próprias em Goiás, teve uma significação profunda para o estado. É o marco de uma nova etapa histórica. Esta transformação não se operou imediatamente no campo social, mas no campo político. O governo passou a propor, como objetivo primordial, o desenvolvimento do estado. A construção de Goiânia, pelas energias que mobilizou, pela abertura de vias de comunicação que a acompanharam e pela divulgação do estado no país, foi o ponto de partida desta nova etapa histórica (Palacin e Moraes, 2008, p. 149).

Para falar sobre a expansão territorial do Estado de Goiás, é preciso mencionar que houve ações governamentais que tiveram como objetivo impulsionar a ocupação do território. Dentre essas ações, destacam-se a Marcha para o Oeste, a construção de Goiânia, a expansão dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, a criação de uma rede rodoviária, a fundação das Colônias Agrícolas e a criação da Fundação Brasil Central.

A ocupação e povoamento do Estado de Goiás teve início no século XVIII por influência da exploração do ouro. O marco da exploração foi a expedição comandada por Anhanguera, denominada bandeira, que “era uma expedição organizada militarmente, e também uma espécie de sociedade comercial. Cada um dos participantes entrava com uma parcela do capital, que consistia ordinariamente em certo número de escravos” (Palacin e Moraes, 2008, p. 21). A expedição do Anhanguera influenciou a realização de novas expedições que contribuíram significativamente para o povoamento de Goiás. O século XVIII marcou o início desse povoamento, conforme destaca Palacin e Moraes (2008, p. 23-24):

Três zonas povoaram-se, assim, durante o século XVIII, com uma relativa densidade. A primeira zona situava-se no centro-sul, com uma série desconexa de arraiais no caminho de São Paulo ou em suas proximidades: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis) – principal centro de comunicações -, Jaraguá, Vila Boa e arraiais vizinhos (Palacin e Moraes, 2008, p. 23-24).

No século seguinte, o Estado de Goiás passou a receber migrantes de outras regiões do país em busca do valioso minério. Com o esgotamento das jazidas de ouro, esses migrantes acabaram se estabelecendo em Goiás, tomando posse das terras e estabelecendo relações de dominação violentas com indígenas, garimpeiros e camponeses locais. A partir desse momento, começaram a desenvolver outras atividades econômicas, como a lavoura e a pecuária, as quais se tornaram meios de

subsistência para essa população recém-chegada. Esse processo de ocupação ficou conhecido como “Frente de expansão⁷”, em que as terras devolutas do Estado eram apropriadas pelos posseiros e não possuíam valor de mercado. Para Castro (2004, p. 72):

Houve uma migração interna à procura do ouro. Em Goiás, a população veio de início de São Paulo, da Bahia, do Pará, do Maranhão, do Piauí e do Rio de Janeiro. Essa população migrava ao sabor das descobertas de ouro, e, com a decadência da mineração, fixou-se em determinadas áreas, ocupando-se de outras atividades e construindo paulatinamente o território goiano (Castro, 2004, p. 72).

A exploração do ouro em Goiás levou ao surgimento de muitos estabelecimentos rurais, onde a população era predominantemente rural. Como resultado disso, muitas das cidades goianas surgiram a partir da aglomeração demográfica nas sedes das grandes fazendas, em virtude da economia baseada na agropecuária. Gomes e Neto (1993) analisam a formação dessas cidades:

Pelo menos 20% das cidades goianas e tocantinenses surgiram de sedes de fazendas, em torno das quais o lugarejo surgia e prosperava, em terrenos menos acidentados do que o relevo das cidades oriundas da mineração. Este fator facilitava o crescimento e o desenvolvimento da cidade de origem agropecuária. Mas o principal fator era o aparecimento de um novo ciclo econômico em substituição à mineração. Para sair da estagnação econômica em que as regiões de Goiás e Tocantins se achavam, os seus habitantes encontraram a solução na roça e na criação extensiva, já que dispunham de imensos espaços favoráveis à atividade agropastoril tradicional (Gomes e Neto, 1993).

No entanto, foi no século XX que o processo de urbanização em Goiás se intensificou, tendo como ponto de partida as grandes fazendas e os antigos arraiais de exploração de ouro, embora as cidades ainda fossem relativamente pequenas. Em relação à urbanização das cidades goianas, Palacín e Moraes (2008, p. 172-173) destacam que:

Em Goiás, o censo de 1940, que foi o primeiro a fazer distinção entre população urbana e rural, dava para o estado 14,6% de população urbana contra 85,4% de rural. Devemos considerar, entretanto, que o índice de ruralidade era ainda mais elevado devido ao critério adotado pelo IBGE, que considerava população urbana a residente na sede dos municípios (não o tamanho, ou diferenciação das funções, como seria mais conveniente),

⁷ “Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica (MARTINS, 2009, p. 138).

computando como urbana a população de pequenas cidades e vilas (no senso de 1940 eram apenas 125 as cidades e vilas com menos de 2.000 hab.). Apesar disto, havia municípios, como Goiatuba, onde o índice de ruralidade subia até 97,12%. Só quatro cidades passavam dos 7 mil habitantes (Goiânia 15 mil, Anápolis 9.500, Goiás 8 mil e Ipameri 7 mil), e outras quatro (Rio Verde, Silvânia, Catalão e Piracanjuba) excediam em pouco os três mil (Palacín e Moraes, 2008, p. 172-173).

Os autores trazem informações importantes sobre a distribuição da população em Goiás na década de 1940. Nota-se que, mesmo com a intensificação do processo de urbanização no estado ao longo do século XX, a população rural ainda era predominante naquela época. Além disso, a forma como o IBGE definia população urbana e rural na época pode ter influenciado na distorção desses números, já que muitas pequenas cidades e vilas foram consideradas urbanas. É importante lembrar que esses dados são fundamentais para o estudo da dinâmica territorial de Goiás e para o planejamento de políticas públicas para a região.

A cidade de Ceres foi uma das beneficiadas pela política de incentivo à agricultura implementada por Getúlio Vargas na década de 1940, com o objetivo de ocupar as áreas vazias do território goiano e promover o progresso e desenvolvimento da região por meio da agropecuária. Para isso, em 1943, foi criada a Fundação Brasil Central, subordinada à Presidência da República, que coordenava a ocupação das regiões oeste e central do Brasil, pouco habitadas na época. Segundo Maciel (2011, p. 4), a fundação teve um papel crucial na promoção da ocupação territorial e no estímulo ao desenvolvimento econômico da região. Ela ainda destaca que:

A FBC foi instituída ainda naquele ano, com a finalidade, segundo o ato de sua criação, de “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental” A nova instituição vinculava-se diretamente à presidência da República, com sede na Capital federal. A primeira atribuição recebida pela FBC foi, todavia, a de proporcionar condições, de toda ordem, para a execução da tarefa a cargo da Expedição Roncador-Xingu [...] (Maciel, 2011, p. 4).

A expedição teve um objetivo geopolítico importante, visando proteger o território brasileiro e ocupar as áreas de fronteira para evitar invasões e garantir a segurança dos projetos em andamento.

Na década de 1940, Getúlio Vargas, apoiado por Pedro Ludovico Teixeira, governador do Estado de Goiás, implantou a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) nessa região, em terras cedidas pelo Estado de Goiás. Esse projeto

migratório teve como objetivos a distribuição de pequenas porções de terra para trabalhadores pobres, o desenvolvimento da produção agropecuária com base na pequena propriedade e a comercialização cooperativista. A vinda de migrantes para a região estimulou o povoamento do Centro Sul de Goiás, principalmente nas décadas de 1930 a 1950, resultando na formação de várias cidades. Conforme Guimarães (2014, p. 21):

Outro evento foi a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), em 1941, no atual município de Ceres, na região do Mato Grosso Goiano. Pretendia-se, com a Colônia, distribuir vinte a cinquenta hectares de terra, mais instrumentos de trabalho e habitação para pequenos produtores. O propósito de fazer o assentamento de famílias de pequenos produtores inseria-se na lógica da expansão do movimento da fronteira agrícola subsidiado pelo estado, que estimulava o desenvolvimento de lavradores sem terras pelas novas áreas em aberturas- o Meio Norte – através de intensas propagandas (Guimarães, 2014, p. 21).

Getúlio Vargas escolheu Bernardo Sayão para liderar a implementação da Colônia, que se tornou a primeira de uma série de oito projetadas para o oeste do país, como parte da Marcha para o Oeste. Esse foi um dos principais projetos desenvolvidos para impulsionar a ocupação da região central do Brasil. Dutra e Silva (2017, p. 79) enfatiza que:

A Marcha para o Oeste tinha um caráter ambíguo, especialmente no que se refere a relação entre sociedade e natureza no processo de expansão e conquista territorial no Brasil. Por um lado, essa política foi responsável pela criação das colônias agrícolas e incluía normas de conduta ambiental, tendo como referência o código florestal de 1934. Por outro lado, a marcha incentivou a expansão da fronteira agrícola para o Grande Oeste do Brasil, favorecendo processos de desflorestamentos. (Dutra & Silva, 2017, p. 79).

A Marcha para o Oeste foi uma política expansionista do Governo Federal que visava incentivar a ocupação demográfica e a colonização agrícola do centro-oeste brasileiro, além de estruturar o Estado de Goiás para receber migrantes, principalmente das regiões nordeste e sudeste. Esse movimento foi marcado pela criação da "Frente Pioneira", que tinha como principal característica a propriedade privada da terra, adquirida e transformada em empreendimento econômico. Segundo Martins (2009, p. 135-136):

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do

que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, a modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (Martins, 2009, p. 135-136).

A expansão da fronteira representou um marco na história da agricultura brasileira, impulsionando o início do capitalismo no campo e a comercialização da produção agrícola. Essa política expansionista também tinha como principais metas a mudança da capital do Estado, na época Vila Boa, para Goiânia; a criação da CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás; a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília e a abertura de rodovias e ferrovias. Segundo Dutra e Silva (2017, p. 109):

A expansão da fronteira agrícola foi impulsionada por políticas de modernização cujos marcos são a construção da nova capital, Goiânia, em 1933; a construção da ferrovia e sua linha terminal em Anápolis em 1935; e a implementação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás em 1941. Tanto Goiânia quanto Anápolis estavam localizadas nas bordas da região florestal do Mato Grosso de Goiás (MGG) e sofreram forte impacto com a ocupação agrícola e consequentemente desflorestamento dessa grande floresta (Dutra e Silva, 2017, p. 109).

Goiânia, como nova capital do Estado de Goiás, representou um importante marco na história do Estado, simbolizando um projeto de modernidade que ajudou a modificar a imagem de uma região atrasada, atraindo migrantes de outros Estados. A construção de Brasília também foi fundamental para a ocupação de microrregiões como Goiânia, Ceres e Anápolis. Segundo Arrais (2004, p. 38-40), a mudança da capital federal ajudou a impulsionar o desenvolvimento dessas regiões, contribuindo para a expansão da fronteira agrícola e para o aumento da população. O autor ainda destaca que:

O povoamento das microrregiões de Goiânia, de Ceres e de Anápolis foi marcado pela construção de duas capitais (Goiânia e Brasília), pela presença sempre forte de Anápolis como centro de comércio e pelo projeto da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), que deu origem ao município de Ceres em 1942. Essa região, que forma a mesorregião Centro Goiano, era conhecida como Mato Grosso de Goiás, descrita com simplicidade em Quarto crescente, romance do Carmo Bernardes. Região de solos férteis e cobertura vegetal com alto estratos de floresta, que ainda podem ser observados, em forma de manchas, na saída para Anápolis (GO-060). Até a década de 1970, manteve-se essa denominação, depois Mato Grosso de Goiás passou a se chamar Centro Goiano (Arrais, 2004, p. 38-40).

A transferência da capital do Estado para Goiânia teve como principal objetivo modernizar e desenvolver o Estado de Goiás, criando uma capital projetada para atender às necessidades do território goiano, proporcionando uma zona de fluxo de comunicações, transportes e industrialização. Essa mudança também atraiu um grande fluxo de migrantes de outras regiões do Estado e do país, contribuindo para o povoamento da região. Em relação à consolidação de Goiânia, Estevam (2004, p. 102-103) enfatiza que:

Na virada da década de quarenta “Goiânia construiu mais de cem prédios ou quase quatro por dia. Não é um crescimento: é quase uma explosão se lembrarmos o marasmo goiano em época que não vai longe”. Goiânia foi vista também como “o cumprimento de mais uma etapa da Marcha para o Oeste, dentro do processo de acumulação capitalista (proporcionando) maior inserção de Goiás na economia de mercado”; era o centro político capaz de dinamizar a economia do Sul e Sudoeste (do estado) (Estevam, 2004, p. 102-103).

O autor destaca o rápido crescimento e desenvolvimento que Goiânia experimentou na década de 1940, comparando com o período anterior, quando o estado de Goiás era considerado uma região pouco desenvolvida. Além disso, ela ressalta a importância de Goiânia para a implementação da Marcha para o Oeste e para a integração da economia goiana ao mercado nacional. Isso demonstra a relevância da cidade e do estado no processo de modernização e desenvolvimento do Brasil.

No entanto, o Brasil ainda estava se recuperando da crise de 1929, o que teve um efeito negativo na economia goiana, já que mesmo com a chegada de uma nova capital, Goiás continuou a enfrentar dificuldades devido à sua conexão com a economia de São Paulo via Triângulo Mineiro. Em relação a essa crise, Estevam (2004, p. 97) aponta que:

Não obstante, em termos conjunturais, a economia do estado parece ter sido afetada. As exportações de gado – principal fonte da receita estadual – sofreram oscilações nominais na virada dos anos trinta. No período 1928-1932 o valor das exportações bovinas caiu 68,0% sendo que, a partir de 1929 esteve abruptamente reduzido à metade (Estevam, 2004, p. 97).

Dessa forma, os líderes goianos buscavam implementar novas estratégias políticas e econômicas para tentar superar a crise que assolava o estado. O ano de 1930 se tornou decisivo para essas mudanças, pois com a eleição de Getúlio Vargas para a presidência, as antigas oligarquias agrárias foram enfraquecidas em todo o país, incluindo a dos Caiados em Goiás.

Essa nova conjuntura política possibilitou a ascensão de forças oposicionistas, que buscavam romper com o conservadorismo das antigas oligarquias. Para atingir esse objetivo, Vargas nomeou interventores para diversos estados, incluindo Pedro Ludovico Teixeira em Goiás. Sua indicação representou o desejo de desvincular territorialmente os laços de poder que dominavam o estado, que até então estavam concentrados na antiga capital, Cidade de Goiás, onde a família Caiado mantinha o controle político há anos.

Pedro Ludovico Teixeira, interventor nomeado por Getúlio Vargas para o Estado de Goiás, utilizou de diversas estratégias para promover mudanças políticas e econômicas no Estado. Uma delas foi a transferência da capital do Estado da Cidade de Goiás para Goiânia, o que acabou descentralizando o poder e enfraquecendo as antigas oligarquias que dominavam a região. Segundo Chaveiro (2004, p. 116-117)

[...] a política territorial, como a construção de Goiânia, irrompia-se em função, também, das disputas entre as oligarquias da política local; por isso fazê-la com tanto *glamour*, como desenhava seu projeto urbanístico, ainda que parecesse assustador e contraditório o “lâmpadário sobre a relva”, servia para abastecer as forças da facção sulista de Goiás. Por conseguinte, Goiânia provinha de um projeto interessado em fortalecer o centro econômico de Goiás, fundado no eixo sul-sudoeste (Chaveiro, 2004, p. 116-117).

A construção de Goiânia em um ponto geográfico mais central do estado de Goiás estava alinhada com o plano da Marcha para o Oeste, idealizado por Getúlio Vargas, que tinha como objetivo colonizar e estimular o crescimento de áreas pouco povoadas. Isso possibilitou o desenvolvimento das cidades e, conseqüentemente, da economia local. Cada região do estado se tornou única e distinta graças às influências culturais de seus pioneiros, que trouxeram consigo suas tradições e costumes para a nova localidade.

Outro fator importante foi a transferência da capital federal para o Cerrado, que propiciou a vinda de milhares de migrantes para esta região que propiciou a vinda de milhares de migrantes para esta região e resultou em uma intensa urbanização no Cerrado, conforme destaca Chaveiro e Castilho (2007):

Não se pode deixar de mencionar o peso que teve a transferência da capital federal para o Cerrado. A construção de Brasília propiciou a vinda de milhares de migrantes para esta região. Isso, aliado ao vigor econômico proporcionado pelo agronegócio, ocasionou no cerrado uma intensa

urbanização, chegando a altos índices na década de 1980. Com um modelo de exploração baseado na lógica econômica-global, muitas áreas já foram degradadas. Pequenos proprietários e camponeses migraram para as cidades gerando problemas sociais, e no campo as grandes produções beneficiam os grandes produtores. Estima-se que atualmente cerca de 80% da área do cerrado já foi alterada. (Chaveiro; Castilho, 2007, p. 10).

De acordo com os autores o modelo de exploração baseado na lógica econômica-global tem causado a degradação de muitas áreas e gerado problemas sociais, tanto nas cidades quanto no campo, eles ainda estimam que atualmente cerca de 80% da área do cerrado já foi alterada.

Após o início da ditadura civil-militar no Brasil, em 1964, foram criados programas governamentais e políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento da agricultura e melhorar o acesso dos agricultores às pesquisas agrícolas, créditos rurais, maquinários agrícolas, insumos e produtos químicos, melhoramento genético das sementes, uso de tecnologias e políticas de assistência técnica e extensão rural.

De acordo com Queiroz (2010, p. 31), o governo começou a montar um sistema de crédito após o golpe de 1964 para financiar a evolução e modernização da agricultura brasileira. Em Goiás, foram identificadas regiões com terras férteis e topografia relativamente plana, como Goiânia, Anápolis, Ceres e outras, para receber o capital investido na modernização agrícola.

Em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi implementado como parte da política de crédito rural e impulsionou o processo de modernização agrícola, incorporação de maquinários agrícolas e criação de complexos agroindustriais. Estevam (2004, p. 163) destaca que o sistema de crédito foi crucial para a modernização agrícola em Goiás, visto que o número de tratores aumentou significativamente de 1960 a 1985, passando de 5.692 unidades para 33.548 unidades. Em 1995, o Censo Agropecuário apontou que o número de tratores no estado havia chegado a 43.313 unidades.

Buscando acelerar a modernização agrícola e aumentar a produtividade, foi criada, a partir da década de 1970, uma série de programas governamentais financiados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Como o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (PROAGRO), Programa Nacional de Pastagens (PRONAP), Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (PRODEPE) e Programa Nacional de Armazenagem (PRONAZEM). Mesmo com caráter nacional, tiveram participação ativa na ocupação de fronteiras agrícolas no Centro-Oeste.

Com isso, associada à modernização agrícola, foi ocorrendo a incorporação espacial de outras regiões às áreas de plantio, por meio de outros programas.

A partir do final da década de 1970 se dá em Goiás o efetivo incremento na produção agropecuária, com o apoio de programas governamentais e tendo uma região já ocupada. Portanto não se caracterizando mais como uma região de fronteira (no sentido atribuído por José de Souza Martins, de Frente de Expansão ou Frente Pioneira), inicia-se no Estado uma ocupação diferente: o uso da tecnologia ampliando as possibilidades da produção agropecuária. Além dos programas governamentais de incentivo à ocupação do território goiano, a possibilidade de utilização da tecnologia na produção agropecuária foi, sem dúvida, que fez com que a atividade se desenvolvesse e ocupasse crescentemente o território goiano [...]. (Santos; Miziara, 2013, p. 227-228)

Dentre as iniciativas governamentais de destaque, pode-se mencionar o Programa de Modernização da Agricultura dos Cerrados (PROMEC), que exerceu uma forte influência na modernização da agricultura em Goiás. A partir de sua criação, a região norte de Goiás foi incorporada ao contexto da Amazônia Legal por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), enquanto o centro-sul foi contemplado com um projeto para as terras do cerrado por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Em relação à criação dessas superintendências, Becker e Egler (2011, p. 146-148) argumentam que:

O primeiro passo na estratégia de regionalização foi dado pelo Ministério do Interior (MINTER) com a institucionalização de macrorregiões. Na segunda metade da década de 1960, seguindo a experiência da SUDENE, o MINTER criou as superintendências regionais – para a Amazônia (SUDAM), para o Centro-Oeste (SUDECO) e para o Sul (SUDESUL). Esta estratégia visava neutralizar as oligarquias regionais através de novos pactos e organizar as bases para a modernização (Becker e Egler, 2011, p. 146-148).

Após a criação das superintendências, ocorre o terceiro estágio da expansão das fronteiras agrícolas com a implantação da fronteira no cerrado, através do Polocentro (Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste), que teve como objetivo impulsionar a modernização da agricultura com base em pesquisas e acesso ao crédito rural acompanhado por assistência técnica e agentes financeiros credenciados.

A Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária foi uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento das pesquisas agrícolas na região dos

cerrados. Como apontado por vários autores, a instituição teve um papel fundamental na modernização e expansão da fronteira agrícola na região. Chaveiro e Castilho (2007, p. 9) destaca:

Com pesquisas feitas pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, descobriu-se que o processo de Calagem tornaria possível ao solo ácido, uma alta produção agrícola. Em Goiás, essas pesquisas foram feitas na década de 1970, o que propiciou a chegada da fronteira agrícola neste território. Além do mais, extensas áreas do Cerrado são planas, portanto ideais para máquinas modernas de produção agrícola. [...] Aliado à pecuária, também se desenvolve em regiões do Cerrado o agronegócio. Com essa atividade econômica e com a valorização de produtos agropecuários pelo mundo, Estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás se inserem na economia nacional e posteriormente internacional. (Chaveiro e Castilho, 2007, p. 9).

Devido às particularidades do cerrado, como solos pouco férteis e com alta acidez, a correção desses problemas foi uma das prioridades desses programas, seguindo a linha de desenvolvimento tecnológico iniciada na época da Revolução Verde. Naquele período, os produtores rurais começaram a ter acesso a técnicas de adubação e calagem que se mostraram eficazes para aumentar a produtividade no campo. Essa abordagem cronológica acerca do Cerrado é abordada em um discurso de comparação por Chaveiro e Barreira (2010) que destacam:

“Região do pau torto”, “lugar de vegetação feia, solo pobre, povo rude”, “região letárgica”, “sertão inóspito”, “espaço opaco e vazio”, “floresta de cabeça para baixo”. Ou: “celeiro do Brasil”, “caixa d’água do planeta”, “corredor produtivo”: eis duas modalidades de representação do Cerrado goiano, uma negativa e outra positiva, enunciadas por diferentes atores em momentos históricos distintos. (Chaveiro; Barreira, 2010, p. 15).

Diante deste contexto podemos observar diferentes discursos que legitimam a exploração e degradação desse bioma. E também notar que a ocupação influenciada pela modernização gerou a “degradação do outro” Martins (2009), a “degradação do espaço” Ab’Sáber (2003) e “degradação da cultura caipira” Darcy Ribeiro (2010).

Assim, o cerrado de Goiás começou a se tornar um grande produtor de alimentos devido à expansão da agricultura moderna. Essa região possui grandes áreas de terra plana, clima favorável e muitos recursos hídricos, o que permitiu a utilização de maquinário e equipamentos agrícolas. O Polocentro (Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) foi responsável por promover a modernização da agricultura e pecuária na região Centro-Oeste e Oeste de Minas

Gerais. Além disso, o Polocentro tinha outras metas, como mencionado por Queiroz (2010, p. 36-37):

Estruturou-se em algumas atividades básicas, especificamente, na dotação de infraestrutura (armazenagem, estradas e energia), pesquisa agropecuária (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – através de centros de pesquisas, unidades de pesquisa e campos experimentais) e concessão de linhas de financiamento rural. Paralelo aos trabalhos de pesquisa foram montadas unidades especializadas de assistência técnica, gerenciadas por empresas privadas, sob a coordenação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) (Queiroz, 2010, p. 36-37):.

O Polocentro teve um papel importante na expansão da agricultura moderna no cerrado, incentivando a criação do Prodecet (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), um programa de cooperação entre o Brasil e o Japão para desenvolver a região. Segundo Bezerra (2004, p. 15), “os agricultores favorecidos foram selecionados por cooperativas credenciadas, tendo por base sua aptidão para desenvolver agricultura em áreas de cerrado, exigindo deles dedicação integral ao empreendimento”.

O Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste) foi outro programa que incentivou o desenvolvimento agrícola no norte de Goiás. Ele destinou recursos para melhorar as estradas, incluindo a pavimentação da rodovia BR 153. De acordo com Estevam (2004, p. 154), o Proterra “previa o assentamento de pequenos produtores; entretanto, a maior parcela de verbas foi destinada a médios e grandes e a distribuição de terras para pequenos foi desprezível”.

2.2 A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E A RESISTÊNCIA DA PRODUÇÃO DE MELANCIA EM URUANA:

O governo brasileiro criou o Planalsucar (Programa Nacional de Melhoramento Genético da Cana-de-açúcar) para implantar o setor canavieiro no país, incluindo em Goiás. O programa contava com grupos de pesquisa para melhorar geneticamente as mudas, analisar o solo e criar e testar herbicidas e controles de pragas. O objetivo era estruturar o setor para que a produção se concentrasse em grandes usinas capazes de processar milhares de toneladas de cana-de-açúcar por dia. Em seguida, o governo criou o Proálcool (Programa

Nacional do Álcool) para reduzir a importação de petróleo pelo Brasil, diante da crise do petróleo. Santos (2008, p. 29) destaca a importância do programa como forma de amenizar o problema energético, já que o mundo vivia o primeiro choque do petróleo na época. O PROÁLCOOL foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo Decreto nº 76.593.

O álcool anidro foi criado como uma opção de energia para enfrentar a primeira crise do petróleo e foi estimulado pelo governo para ser usado como combustível em motores. Isso resultou na expansão das destilarias em todo o país e na região de Ceres, como observado por Ferreira (2016):

A microrregião Ceres, leva o nome do município de Ceres, criado no contexto do Projeto das Colônias Agrícolas Nacionais (a Colônia goiana ficou conhecida por CANG), durante a década de 1940, cujo objetivo principal foi o de atrair agricultores de todas as partes do Brasil para ocupar o interior do país, baseado na doação de lotes e terras para moradia e produção agrícola familiar. Contudo, a partir da década de 1970, com a influência do Proálcool, algumas destilarias foram implantadas na região, alterando a estrutura de produção (antes baseada em colônias, depois para a estrutura agroindustrial e mais recentemente para a lógica do agronegócio) e também alterando a sua paisagem regional (Ferreira, 2016, p. 34).

A autora destaca a importância histórica da microrregião Ceres, relacionando-a ao projeto de ocupação do interior do país por meio da doação de lotes e terras para agricultores familiares. Porém, ele também destaca a mudança ocorrida na região a partir da década de 1970 com a implantação de destilarias, que alteraram a estrutura de produção e paisagem regional, seguindo a lógica do agronegócio. Isso evidencia como as transformações produtivas podem ter efeitos significativos em uma região.

De fato, houve uma grande mudança na forma de produção da microrregião., Dutra e Silva, Barbalho e Franco (2013) destacam que:

A expansão das plantações canavieiras na microrregião de Ceres em Goiás é fenômeno recente interessante. A região experimentou um aumento demográfico significativo a partir das décadas de 1940, quando políticas governamentais foram implantadas para garantir a imigração e o povoamento dessa nova área agrícola, que forneceria matérias primas e alimento para abastecer os grandes centros urbanos em expansão no país. Porém, a partir da década de 1980, foi verificado o deslocamento da produção de alimentos para a produção dos biocombustíveis. (Dutra e Silva; Barbalho; Franco, 2013, p. 238).

Observa-se que a produção de álcool combustível e a expansão das usinas foram impulsionadas pela busca por fontes de energia renováveis e limpas, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa que contribuem para o aquecimento global e causam danos à saúde humana, à fauna e à flora. Borges (2008) destaca esse aspecto.

A ampliação de indústrias de álcool foi impulsionada pelos acordos internacionais de produção alternativa de fontes de energia em detrimento da crise mundial do petróleo e dos problemas ambientais de aquecimento global. Além de vários recursos destinados à produção de biocombustíveis, o etanol produz menos gases agressivos ao meio ambiente durante sua queima nos veículos automotivos. (Borges, 2008, p. 56).

Os incentivos do governo federal para a região que abrange o Cerrado estimularam o crescimento da agricultura. E com o avanço tecnológico promovido pela Revolução Verde, principalmente a partir dos anos 60, a agricultura passou por mudanças que resultaram na modernização e expansão do agronegócio, assim como no aumento das cidades.

Ao analisarmos a questão da expansão do setor sucroenergético em Uruana, notamos que esse modelo de agronegócio tem contribuído com a expulsão de pequenos e grandes produtores rurais que se dedicam à produção de melancia, além de gerar desigualdades nas condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas temporários. Além disso, a ocupação gradual das áreas de cultivo de melancia e outros alimentos, como arroz, feijão, milho e carne, pelo agronegócio sucroenergético tem levado à diminuição desses produtos no mercado local.

A primeira unidade sucroenergética na microrregião de Ceres foi implantada no final da década de 1970 e as demais foram instaladas ao longo da década de 1980, o que provocou uma grande expansão do cultivo de cana-de-açúcar na região. De acordo com Ferreira (2016, p. 150), embora a expansão tenha iniciado nos anos 1970/1980, o principal contexto para a expansão da cana-de-açúcar na região foi a partir do Plano Nacional da Agroenergia, em 2006. Já em Uruana, a produção de cana-de-açúcar ultrapassou a produção de melancia apenas em 2014, mas Ferreira (2016, p. 151) destaca que a produção de cana já vinha aumentando desde 2006 em quase todos os municípios da microrregião de Ceres, que produzem cana-de-açúcar para ser beneficiada nas usinas da região.

3 CAPITAL E TRABALHO: UM OLHAR SOBRE OS TRABALHADORES DA MELANCIA DE URUANA-GO

O trabalho sempre ocupou um papel central na organização da sociedade, mas dentro da lógica capitalista, ele assume uma função ainda mais complexa, marcada por relações de poder, exploração e resistência. Neste capítulo, buscaremos contextualizar como o trabalho se insere na estrutura do capitalismo e de que forma as dinâmicas produtivas impõem condições muitas vezes desiguais para os trabalhadores, especialmente no setor agrícola.

Em Uruana-GO, a produção de melancia se destaca como uma das principais atividades econômicas, sendo responsável por movimentar a economia local e empregar uma parcela significativa da população. No entanto, como em outras cadeias produtivas do agronegócio, essa atividade também se estrutura sobre relações de trabalho precarizadas, onde a exploração da força de trabalho é constante. Compreender essas relações é essencial para refletirmos sobre as condições enfrentadas pelos trabalhadores da melancia e os mecanismos de resistência que surgem dentro desse contexto.

Dessa forma, este capítulo se propõe a explorar a relação entre capital e trabalho, trazendo para o centro da discussão a realidade dos trabalhadores da melancia de Uruana. A partir dessa análise, buscamos não apenas compreender as dificuldades enfrentadas no cotidiano dessas pessoas, mas também refletir sobre as estratégias de resistência que surgem como resposta a esse cenário de desigualdade.

3.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O ESTADO CAPITALISTA E A FORÇA DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.

O capitalismo se estrutura como um sistema econômico e social baseado na acumulação de capital e na exploração do trabalho. Sua lógica se sustenta na propriedade privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho e na busca incessante pelo lucro. Desde sua consolidação como modo de produção dominante, o capitalismo se reorganiza constantemente para superar entraves que possam limitar seu avanço.

A dinâmica capitalista se manifesta, antes de tudo, na relação entre as forças produtivas e a acumulação do capital. Como destaca Pochmann (2016, p. 18):

As forças produtivas, nesse sentido, não se limitam ao uso de máquinas pelo processo de trabalho, responsável pela elevação do excedente pela força de trabalho, mas a sua submissão à dinâmica de acumulação capitalista. O que significa a superação dos entraves da acumulação resultantes da estrutura técnica do capital. Dessa maneira que se consolida o maior poder de força da burguesia industrial enquanto uma das frações constitutivas da classe dominante no capitalismo. As distintas faces do capital (comercial, bancário, agrário, industrial, entre outros) no interior das sociedades resultam, em geral, da existência de uma forma dominante que conduz o processo da acumulação capitalista (Pochmann, 2016, p. 18).

Essa característica estruturante do capitalismo se reflete na forma como diferentes setores produtivos se organizam, desde a indústria até a agricultura, subordinando a força de trabalho a uma lógica de exploração que visa a ampliação da mais-valia. O capital se desdobra em diversas frações – industrial, agrário, financeiro, comercial – e, a depender da conjuntura histórica e econômica, uma dessas formas se sobressai como condutora do processo de acumulação.

No entanto, o capitalismo não se reduz a uma organização econômica baseada na produção e distribuição de bens. Ele também opera sobre a sociedade de forma mais ampla, estruturando relações de poder e mecanismos de dominação que garantem sua continuidade. O sistema não se sustenta apenas pela coerção direta ou pelo controle dos meios de produção, mas também pela organização política e ideológica da sociedade, criando um ambiente de consentimento e naturalização da exploração. Como enfatiza Pochmann (2016, p. 19):

Mas a constituição do poder capitalista não se limita apenas ao âmbito econômico das relações de produção e da divisão social do trabalho. Estende-se também às forças materiais e ideologias que relacionam formas de coerção e persuasão no interior da disputa pela hegemonia na condução do desenvolvimento capitalista. Dessa forma, o consentimento na política constituído a partir da dominação no interior das diferentes frações pertencentes à classe dominante é o que permite organizar no conjunto da sociedade, o bloco histórico dirigente (Pochmann, 2016, p. 19).

Dessa maneira, o capitalismo se perpetua não apenas pela exploração econômica da força de trabalho, mas também por meio da organização política e ideológica que garante a manutenção da ordem social. O sistema constrói uma hegemonia que faz com que as desigualdades estruturais sejam encaradas como algo natural, limitando as possibilidades de contestação e mudança.

Ao compreender essas características fundamentais do capitalismo, é possível analisar como esse modelo impacta diferentes setores da sociedade, inclusive o trabalho agrícola e a produção de culturas como a melancia. A forma como a acumulação de capital se impõe sobre a organização do trabalho e a vida dos trabalhadores reflete essa estrutura mais ampla de dominação e exploração, demonstrando que a lógica capitalista vai muito além da produção de bens – ela modela toda a dinâmica social, econômica e política.

O capitalismo se sustenta na exploração sistemática da força de trabalho como base da acumulação. No campo, essa relação se evidencia de forma ainda mais intensa, dada a informalidade e a ausência de garantias que caracterizam grande parte das atividades agrícolas. O trabalhador rural é frequentemente submetido a jornadas extenuantes, condições precárias de trabalho e baixos salários, enquanto a produção e o lucro se concentram nas mãos de grandes proprietários e comerciantes.

Karl Marx, em sua análise sobre o capital, já apontava essa lógica inerente ao sistema capitalista, destacando que a preocupação com a saúde e o bem-estar do trabalhador não é um princípio natural do capital, mas sim uma imposição feita pela sociedade. Como explica Marx apud Perpetua (2022, p. 11):

O capital não tem [...] a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração. Às queixas quanto a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)? De modo geral, no entanto, isso tampouco depende da boa ou má vontade do capitalista individual. A livre-concorrência impõe ao capitalista individual, como leis inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista (Marx apud Perpetua, 2022, p. 11).

Essa lógica evidencia que a degradação do trabalhador não é um acidente, mas um efeito estrutural do sistema. No Brasil, a evolução histórica da legislação trabalhista buscou, em alguns momentos, amenizar essa exploração, garantindo direitos como a jornada limitada, o salário-mínimo e a previdência social. No entanto, essas conquistas têm sido constantemente ameaçadas pela flexibilização do trabalho e pelo avanço das reformas neoliberais que aprofundam a precarização.

No contexto rural, a fragilidade das leis trabalhistas é ainda mais evidente. Muitos trabalhadores enfrentam condições de informalidade e instabilidade, sem garantias básicas como férias, descanso remunerado ou direitos previdenciários. No

caso dos trabalhadores da melancia em Uruana, essa realidade se manifesta na remuneração incerta e na falta de um sindicato que os represente, tornando-os ainda mais vulneráveis às oscilações do mercado e à exploração por parte dos contratantes como veremos nos relatos dos trabalhadores no próximo capítulo.

A relação entre trabalho e capital se desdobra também na organização espacial da produção. O trabalho não pode ser compreendido apenas como uma atividade econômica isolada, mas sim como um elemento central na estruturação do território. Nesse sentido, a Geografia do Trabalho busca analisar as formas de inserção dos trabalhadores na dinâmica produtiva e a influência que essa inserção exerce sobre sua vida cotidiana. Como destaca Thomaz Junior (2002, p. 1):

Ontologicamente prisioneiro da sociedade, o trabalho, em todas as suas dimensões, é a base fundante do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual. A Geografia do Trabalho se põe em cena, para responder as perguntas em relação à realidade. Dessa forma, se não existe diferença em relação ao objeto, é na ação do sujeito que as atenções se voltam. Isto é, em sua expressão geográfica o trabalho pode ser entendido tanto em nível da relação metabólica homem-meio, quanto na dimensão da regulação sociedade-espço, nas suas diferentes manifestações (assalariado, autônomo, informal, domiciliar, terceirizado, etc.). Isso implica, pois, necessariamente, na discussão das localizações, que não se limitam ao imediato, ao visível. As categorias de base da Geografia (paisagem, território e espaço) farão as mediações necessárias, atendendo os desafios postos pelo sujeito, que no esforço contínuo de teorização para a concreção de uma Geografia do Trabalho (Thomaz Junior, 2002, p. 1).

Essa perspectiva permite compreender a centralidade do trabalho assalariado no capitalismo e suas transformações ao longo do tempo. No campo, essa transformação se dá pela mecanização da produção, pela introdução de novas formas de contratação e pela crescente precarização do trabalho, com o uso de contratos temporários e sistemas de pagamento por produtividade. Essa realidade reflete diretamente na vida dos trabalhadores da melancia em Uruana, que enfrentam a insegurança dos pagamentos variáveis, a falta de infraestrutura adequada para o trabalho e a ausência de direitos garantidos.

Dessa maneira, a exploração do trabalho rural, as fragilidades da legislação trabalhista e a ausência de organização coletiva evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que garantam melhores condições para os trabalhadores do campo. A precarização do trabalho no setor agrícola não é apenas um reflexo da desigualdade econômica, mas um mecanismo essencial para a manutenção da acumulação capitalista, que continua subordinando a força de trabalho às suas

exigências e convertendo a vida dos trabalhadores em uma mera variável dentro da lógica do lucro.

3.2 A AGRICULTURA CAMPONESA E O SURGIMENTO DO TRABALHADOR RURAL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE OS TRABALHADORES DA MELANCIA.

A história do trabalhador rural no Brasil está profundamente marcada por processos de exploração e resistência. Desde o período colonial, a agricultura foi baseada no trabalho escravizado, e mesmo após a abolição, as relações de trabalho no campo continuaram submetendo os trabalhadores a formas degradantes de exploração. O modelo de produção capitalista consolidado ao longo do século XX apenas intensificou essa realidade, substituindo a coerção direta pela subordinação econômica e social, impondo formas de trabalho precarizadas e desregulamentadas.

O avanço do agronegócio no Brasil e a adoção de práticas de reestruturação produtiva trouxeram efeitos diretos para os trabalhadores rurais, incluindo os que atuam na produção de melancia em Uruana. A mecanização, a introdução de novas formas de contrato e a intermediação da mão de obra resultaram na intensificação da exploração e na fragilização dos direitos trabalhistas. Como destaca Araújo (2010, p. 255):

A incidência de tais relações, o uso predatório da força de trabalho, a violação da legislação trabalhista, o trabalho degradante estão presentes em todas as regiões produtoras da cana-de-açúcar, soja, algodão, fruticultura, pecuária, entre outros ramos produtivos. E envolvem setores de ponta, empresas nacionais e transnacionais. Longe de significar resquícios de modos de produção arcaicos, que sobreviveram temporariamente à introdução do capitalismo, a utilização dessas formas de trabalho constitui um instrumento que o próprio capital vem lançando mão para facilitar a acumulação em seu processo de expansão (Araújo, 2010, p. 255).

A produção de melancia em Uruana se insere nesse contexto de intensificação da exploração da força de trabalho. Os trabalhadores enfrentam condições adversas, desde jornadas extenuantes e remunerações instáveis até a ausência de garantias trabalhistas. A intermediação do trabalho, muitas vezes feita por “gatos” ou cargueiros, enfraquece ainda mais os vínculos entre o empregador e o trabalhador, dificultando qualquer reivindicação de direitos. Esse sistema, que favorece a informalidade e a precarização, é característico da nova fase do

capitalismo, que busca reduzir custos ao máximo e maximizar a lucratividade por meio da desregulamentação.

A retração do modelo industrial baseado no fordismo e taylorismo levou a uma nova conformação das relações de trabalho, impactando tanto a indústria quanto o setor agrícola. Como afirmam Antunes e Alves (2004, p. 336):

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais (Antunes e Alves, 2004, p. 336).

No meio rural, essa transição se manifesta na redução dos empregos permanentes e no aumento da dependência de trabalhadores sazonais, que não possuem vínculos empregatícios formais e são remunerados conforme a produtividade. Em Uruana, essa realidade se reflete na incerteza dos pagamentos, na falta de condições adequadas de alojamento e transporte, além da ausência de um sindicato que possa defender os interesses dos trabalhadores da melancia.

O avanço do agronegócio no Brasil tem trazido efeitos significativos para os trabalhadores rurais, especialmente no que se refere às suas condições de trabalho e vulnerabilidade. O modelo agrícola baseado na alta produtividade e na competitividade global tem gerado ambientes laborais cada vez mais precarizados, onde a segurança e o bem-estar dos trabalhadores raramente são prioridades. O uso intensivo de tecnologias e a mecanização dos processos produtivos muitas vezes ocorrem sem considerar os efeitos diretos sobre a saúde e a integridade dos trabalhadores. Como destaca Porto (2007, p. 32):

Nos locais de trabalho, mortes e doenças oriundas de acidentes e ambientes perigosos decorrem de rupturas entre certos fenômenos produzidos pelos processos de trabalho, os quais alteram as condições ambientais e a capacidade dos seres humanos de se adaptarem aos mesmos. Nos processos de trabalho, tecnologias e formas de organização podem impedir trabalhadores e trabalhadoras de exercerem sua humanidade pela perda de sua integridade física ou psicológica (Porto, 2007, p. 32).

Essa realidade se reflete na produção de melancia em Uruana, onde a lógica produtiva do agronegócio impõe um ritmo de trabalho exaustivo e condições

insalubres. Os trabalhadores lidam com longas jornadas sob o sol escaldante, realizam tarefas repetitivas e extenuantes sem equipamentos adequados de proteção, e frequentemente estão expostos a substâncias tóxicas, como agrotóxicos, sem a devida segurança.

Além disso, o modelo de organização do trabalho no agronegócio reforça a fragilidade dos trabalhadores, já que grande parte deles atua de forma informal, sem garantias trabalhistas ou qualquer tipo de suporte em caso de acidentes ou doenças ocupacionais. A terceirização e a intermediação da mão de obra também dificultam a responsabilização dos empregadores, criando um ambiente onde as condições de trabalho degradantes são normalizadas e vistas como parte inerente da atividade agrícola.

A figura 12 ilustra de forma clara a realidade dura enfrentada pelos trabalhadores da melancia em Uruana. Nela, é possível observar um trabalhador em plena atividade, dobrando-se para levantar duas melancias ao mesmo tempo, enquanto outro organiza a carga no caminhão. A postura extenuante e a ausência de equipamentos ergonômicos evidenciam o esforço físico extremo exigido diariamente no campo.

Figura 12 - Trabalho árduo e a precarização na colheita da melancia em Uruana



Fonte: Reis, D. R. (2024)

Além disso, nota-se que, mesmo sob o sol escaldante ou em condições adversas, os trabalhadores precisam se proteger como podem, com roupas longas, chapéus e panos cobrindo o rosto, numa tentativa de amenizar os efeitos da exposição ao clima. A precariedade desse cenário reforça a falta de fiscalização e a ausência de garantias mínimas de segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Esse tipo de atividade, repetitiva e extenuante, gera efeitos diretos na saúde desses trabalhadores. No entanto, sem uma estrutura sindical que os represente e reivindique melhores condições, essa realidade tende a se perpetuar, reforçando a vulnerabilidade de quem sustenta essa cadeia produtiva.

Outro aspecto que contribui para essa vulnerabilidade é o descompasso entre o avanço tecnológico e a proteção aos trabalhadores. Enquanto as máquinas e as novas técnicas produtivas aumentam a eficiência e a lucratividade dos grandes produtores, os trabalhadores são pressionados a manter um ritmo acelerado de produção, frequentemente ignorando sinais de exaustão e riscos à saúde. As doenças ocupacionais e intoxicações por agrotóxicos, tornam-se comuns, mas raramente recebem o devido tratamento ou compensação.

A precarização do trabalho no agronegócio reflete a lógica de um sistema que prioriza a maximização do lucro em detrimento da dignidade e do bem-estar dos trabalhadores. O distanciamento entre quem emprega e quem realiza o trabalho efetivo na lavoura apenas reforça essa desigualdade, deixando os trabalhadores em uma posição de extrema vulnerabilidade, sem voz ativa para reivindicar direitos ou melhores condições laborais.

Nos locais de trabalho, mortes e doenças oriundas de acidentes e ambientes perigosos decorrem de rupturas entre certos fenômenos produzidos pelos processos de trabalho, os quais alteram as condições ambientais e a capacidade dos seres humanos de se adaptarem aos mesmos. Nos processos de trabalho, tecnologias e formas de organização podem impedir trabalhadores e trabalhadoras de exercerem sua humanidade pela perda de sua integridade física ou psicológica (Porto, 2007, p. 32).

A luta por melhores condições de trabalho na produção de melancia em Uruana faz parte de um contexto mais amplo de resistência dos trabalhadores rurais no Brasil. Movimentos sociais e sindicatos historicamente buscaram garantir direitos mínimos para esses trabalhadores, mas a fragilidade das organizações sindicais no campo e o avanço das reformas neoliberais dificultam esse processo. A ausência de

garantias trabalhistas, a precarização das relações de trabalho e a exploração imposta pelo capital evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que assegurem dignidade e condições adequadas para os trabalhadores rurais.

Em suma, a produção agrícola continua a ser sustentada por uma lógica de exploração intensificada pelo modelo capitalista contemporâneo. A estruturação do trabalho na lavoura de melancia em Uruana reflete as contradições desse sistema, em que o trabalhador rural é fundamental para a economia, mas segue sendo tratado como uma peça descartável dentro do processo produtivo.

A formação do trabalhador rural no Brasil é um processo marcado por transformações estruturais profundas, que refletem tanto as mudanças na organização do trabalho quanto a própria evolução do capitalismo. A transição das antigas sociedades agrárias para o capitalismo consolidou um modelo de produção que, ao mesmo tempo em que modernizou e diversificou a economia, também reforçou desigualdades históricas. Como afirma Pochmann (2016, p. 21-22):

A transição para o capitalismo nas antigas sociedades agrárias conferiu, concomitantemente com as bases materiais de geração dos meios de produção, o poder da reprodução ampliada do capital. Mas foi pela industrialização que o progresso das forças produtivas se expressou enquanto processo social dominante. Pela via da industrialização, o desenvolvimento capitalista sofreu processo de transformação fundamental, capaz de permitir a diversificação da estrutura de produção e a ampliação da distribuição da riqueza no interior da sociedade (Pochmann, 2016, p. 21-22).

No entanto, no Brasil, essa transição não ocorreu de forma homogênea ou equitativa. A modernização agrícola não significou necessariamente a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais. Pelo contrário, a concentração fundiária e a mecanização progressiva da produção marginalizaram milhares de camponeses, empurrando-os para a informalidade, o subemprego e a migração forçada em busca de trabalho. Em Uruana, essa dinâmica se faz presente na lavoura da melancia, onde a produção em larga escala convive com relações de trabalho precarizadas e intermediadas por figuras que atuam na contratação da mão de obra.

A produção de melancia no Brasil apresenta variações significativas ao longo dos anos, refletindo as transformações nas condições climáticas, nos investimentos em tecnologia agrícola e nas oscilações do mercado. Em Goiás, estado que se destaca como um dos principais produtores da fruta, observa-se uma tendência de

variação na área plantada e na quantidade produzida, com efeitos diretos em municípios como Uruana, que tem sua economia fortemente ligada à cultura da melancia.

A Tabela 4 apresenta a evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de melancia no Brasil, em Goiás e no município de Uruana entre os anos de 2010 e 2023. Os dados permitem compreender o comportamento da produção ao longo dos anos, evidenciando períodos de crescimento e retração, além das diferenças entre as escalas nacional, estadual e municipal.

Tabela 4 - Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de melancia no Brasil, em Goiás e em Uruana (2010-2023)

Ano	Brasil		Goiás		Uruana	
	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2010	96477	2052928	7749	268530	4000	160000
2011	98501	2198624	8532	272650	4000	140000
2012	96601	2079547	8183	272949	4000	140000
2013	93190	2163501	7695	245270	4000	120000
2014	94937	2171448	6122	237719	2800	126000
2015	97910	2119559	6757	246950	3000	120000
2016	94424	2088048	6347	263534	3000	150000
2017	103631	2312993	6857	267896	3000	150000
2018	102417	2244001	5961	241804	3000	150000
2019	100574	2292141	6190	254215	3000	141000
2020	99248	2183918	5497	225295	2400	115200
2021	93630	2141970	6370	278282	3000	150000
2022	85843	1933015	5621	239090	2800	137511
2023	82273	1781971	4982	204617	1800	90000

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal
Organização: Diôgo Rodrigues da Silva (2022)

Os dados apresentados na Tabela 4 demonstram que, ao longo dos anos, a área plantada e a produção de melancia no Brasil oscilaram, acompanhando fatores

como demanda de mercado, custos de produção e condições climáticas. Goiás, sendo um dos maiores produtores da fruta, apresenta um comportamento semelhante ao observado no cenário nacional, com variações na área cultivada e na quantidade colhida.

No caso de Uruana, a variação é ainda mais perceptível, refletindo diretamente a realidade dos produtores locais. A área plantada e a produção de melancia no município oscilaram ao longo dos anos, indicando momentos de expansão e retração da cultura. Fatores como a modernização da produção, a mecanização agrícola e as mudanças na dinâmica do agronegócio da melancia influenciaram essa evolução. Além disso, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, como a precarização do trabalho e a dependência do mercado externo, também podem ter impactado os números registrados.

Compreender essa evolução é importante para analisar os desafios e as potencialidades da produção de melancia, especialmente em Uruana, onde a cultura desempenha um papel central na economia e no modo de vida dos trabalhadores rurais.

A introdução de novas tecnologias no setor agrícola intensificou esse processo, reduzindo a necessidade de trabalhadores fixos e favorecendo um modelo baseado na sazonalidade, o que gera insegurança e instabilidade para aqueles que dependem da lavoura para sobreviver. Esse fenômeno pode ser observado não apenas no setor agrícola, mas também na indústria e nos serviços, conforme destaca Antunes e Alves (2004, p. 337):

Com o desenvolvimento da lean production e das formas de horizontalização do capital produtivo, bem como das modalidades de flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, da introdução da máquina informatizada, como a 'telemática' (que permite relações diretas entre empresas muito distantes), tem sido possível constatar uma redução do proletariado estável, herdeiro da fase taylorista/fordista (Antunes e Alves, 2004, p. 337)

Essa lógica de reestruturação produtiva, que eliminou a estabilidade do trabalho industrial, também se manifesta no campo, especialmente na agricultura capitalista. O trabalhador da melancia em Uruana não possui garantias trabalhistas sólidas, dependendo da demanda da safra e das condições impostas pelos empregadores e intermediários. Os chamados "gatos", responsáveis pelo recrutamento da mão de obra, muitas vezes são os únicos intermediadores entre os

trabalhadores e os produtores, o que dificulta ainda mais qualquer tipo de reivindicação coletiva por melhores condições.

Outro aspecto fundamental desse processo está na organização espacial da sociedade e na forma como o trabalho molda a relação entre o ser humano e o ambiente em que vive e produz. O trabalho rural sempre esteve presente nos estudos acadêmicos e na geografia, sendo analisado tanto pela relação entre sociedade e natureza quanto pela dimensão da organização espacial. Como destaca Thomaz Junior (2002, p. 3):

Sempre que o trabalho compareceu nos compêndios, estudos, relatórios de viagens, livros didáticos e toda a produção acadêmica que atravessa o tempo, portanto considerando-se uma plêiade plural de enfoques, os geógrafos focaram dois aspectos, quase sempre clivados. [...] 1) a relação sociedade – natureza ou homem – meio, portadora de compreensões diversas, a começar pelo perfil, definições e características para cada uma das partes do todo e, 2) a dimensão da organização espacial da sociedade. Há uma longa trajetória a ser considerada, desde os primórdios da sistematização da disciplina no final do século XVIII e início do século XIX (Thomaz Junior, 2002, p. 3):

Nesse sentido, a produção da melancia em Uruana deve ser compreendida dentro dessa dinâmica mais ampla, que envolve a organização do território, a mobilidade dos trabalhadores e a estrutura fundiária da região. A agricultura capitalista transformou significativamente as relações no campo, substituindo a lógica camponesa de produção familiar por um modelo voltado à exportação e ao mercado, onde a terra é um ativo nas mãos de poucos e o trabalhador rural é reduzido a uma peça descartável dentro do ciclo produtivo.

As condições de trabalho, a hierarquia e as relações de poder na lavoura refletem essa estrutura desigual. Enquanto os grandes produtores detêm o controle sobre a produção e a comercialização da melancia, os trabalhadores enfrentam jornadas exaustivas, insegurança salarial e ausência de representação sindical. O papel dos intermediários nessa relação reforça ainda mais a exploração, ao impedir que os trabalhadores negociem diretamente suas condições de trabalho e remuneração.

Diante desse cenário, os movimentos sociais e as organizações de trabalhadores rurais têm um papel crucial na luta por melhores condições de trabalho, segurança e dignidade no campo. No entanto, a ausência de um sindicato forte em Uruana dificulta a mobilização dos trabalhadores, que permanecem

vulneráveis às decisões do mercado e dos empregadores. A luta pela terra, pelos direitos trabalhistas e por condições dignas de trabalho é um desafio constante, e compreender essas dinâmicas é fundamental para qualquer tentativa de mudança estrutural na realidade dos trabalhadores da melancia.

3.3 O PERFIL DO TRABALHADOR DA MELANCIA

Na agricultura, especialmente na produção de melancia, é frequente a presença de trabalhadores informais, sem registro em carteira. Para o presente estudo, foram entrevistados oito colaboradores que atuam em diferentes etapas do processo produtivo, desde o plantio até a colheita do fruto. Conforme observado por Graziano da Silva (1981, p. 116), esses trabalhadores são conhecidos como assalariados temporários.

Esses vários tipos de trabalhadores – o colono, o pequeno parceiro, o pequeno arrendatário, o safrista e outras denominações regionais são, por maior ou menor período do ano, assalariados temporários. Todos eles, entretanto, têm ainda uma relação especial com a terra: apesar desta já ser mercadoria e ser usada para produzir mercadorias, ela ainda constitui o seu laboratório natural de trabalho”, uma vez que daí se extrai parte da subsistência da família. E é porque a terra é insuficiente para garantir a sua reprodução (não como força de trabalho, mas como produtor) ou ainda porque está submetido a obrigações contratuais, que ele se assalaria, mas sempre temporariamente. (Graziano da Silva, 1981, p. 116).

A principal abrangência da pesquisa em questão é coletar relatos individuais para entender a rotina dos trabalhadores da produção de melancia. Acreditamos que essas experiências se tornarão coletivas, uma vez que as histórias se cruzam e revelam as dificuldades diárias enfrentadas por esse grupo de trabalhadores. Esses relatos podem contribuir para repensar os paradigmas sociais que envolvem a vida desses trabalhadores, conforme discutido por Martins (2012, p. 51):

O interesse sociológico pela vida cotidiana tem resultado diretamente do refluxo das esperanças da humanidade num mundo novo de justiça, de liberdade e de igualdade. Parece simples, mas é assim mesmo que a progressiva constituição da vida cotidiana como objeto de conhecimento da sociologia tem sido justificada (Martins, 2012, p. 51).

Conforme já destacamos anteriormente a produção de melancia é uma atividade importante para a economia do município de Uruana. No entanto, a contratação de trabalhadores temporários para as diversas etapas da produção é

uma prática comum, o que torna a quantificação desses trabalhadores uma tarefa difícil. Como aponta Estevam (2004):

Todavia, a quantificação dos trabalhadores temporários na agricultura constitui tarefa difícil. De um lado, o IBGE não aprende o total de volantes com exatidão pois parcela do contingente, apesar de trabalhar no campo, reside na cidade; por outro, as formas de recrutamento são variadas-grande parte efetuada por terceiros – e o produtor não dimensiona, com segurança, o número de trabalhadores necessários nas diferentes fases do ano agrícola; por último, o calendário do setor tem meses de pique e meses de retração na absorção de mão de obra, dificultando pesquisas censitárias. Ainda assim, dados cadastrais do INCRA permitem avaliar que o número de assalariados temporários, já em 1972, era bastante expressivo em Goiás, representando 75,0% dos trabalhadores rurais do estado. (Estevam, 2004, p. 174-175).

Ao mesmo tempo que Estevam (2004) nos ajuda a entender a complexidade do cenário do trabalhador da melancia em Uruana ele demonstra as dificuldades de quantificar os trabalhadores temporários devido à diversidade de formas de recrutamento e ao calendário da produção.

A produção de melancia em Uruana, assim como a produção de outras culturas no país, é impulsionada por trabalhadores do campo que se relacionam com os trabalhadores da cidade. Esses trabalhadores temporários, muitas vezes sem registro em carteira, podem ser enquadrados na ótica da "nova" classe operária, como defendida por Ianni (2004).

O temporário, nos vários quadrantes do país, frequentemente mora na cidade, ainda que nas pequenas cidades. [...] Assim, há uma "nova" classe operária do campo. Não só é nova no sentido de que foi impulsionada pelo tipo de desenvolvimento capitalista que está ocorrendo na sociedade brasileira, mas nova inclusive porque está articulada com classes operárias da cidade. E isto me parece um problema político de excepcional importância. (Ianni, 2004, p. 153)

A análise de Ianni (2004) é relevante para entender a situação dos trabalhadores da melancia em Uruana, que podem estar inseridos nessa nova classe operária e enfrentar desafios políticos importantes. Embora a expectativa seja que com as entrevistas possamos demonstrar que muitos trabalhadores da melancia em Uruana possuam pouca escolaridade e tenham poucas oportunidades de emprego, sua contribuição para a economia local é significativa. Ainda que esses trabalhadores não recebam o reconhecimento adequado, sua mão de obra é essencial para o sucesso do agronegócio de melancia na região.

A produção de melancia em Uruana-GO representa não apenas uma atividade econômica central para o município, mas também um espaço de trabalho marcado por desafios estruturais, precarização e mobilidade constante dos trabalhadores. Como demonstrado nas entrevistas realizadas com diversos trabalhadores da lavoura, a realidade desse ofício se constrói sobre a ausência de vínculos empregatícios formais, a incerteza da remuneração e a necessidade de deslocamento para diferentes estados em busca de trabalho durante a entressafra.

A grande maioria dos trabalhadores entrevistados iniciou suas atividades na produção de melancia muito jovens, muitas vezes sem outras opções de trabalho. Como relata Welton Roberto de Melo, a melancia se tornou uma escolha quase natural devido à falta de alternativas: "Aqui em Uruana não tem outra oportunidade, que vai ganhar bem igual na melancia." (Welton, 43 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

A escolha pelo trabalho na lavoura de melancia em Uruana não se dá apenas pela tradição agrícola da região, mas também por razões econômicas e estratégicas. O carregamento da melancia, por exemplo, tornou-se uma alternativa atrativa para os trabalhadores rurais, pois permite um retorno financeiro mais rápido em comparação a outros tipos de serviço no campo. Diferente de atividades que demandam jornadas longas e exaustivas com pagamento fixo por diária, o carregamento de caminhões de melancia oferece ganhos que variam conforme a produtividade, podendo ser significativamente mais altos. Esse aspecto é um fator determinante para a adesão de muitos trabalhadores, como apontado na fala de Oziel:

Bom, no caso, como eu trabalho com melancia, a melancia hoje em dia eu trabalho com ela porque ela é o dinheiro mais, é o serviço que você consegue ganhar mais e trabalha em um período menor de tempo, entendeu? A maioria das pessoas escolhe trabalhar com o carregamento de melancia por causa disso, entendeu? Porque, o que acontece, você vai trabalhar em uma diária, a diária hoje em dia que as pessoas pagam a diária é R\$120, você vai encher um caminhão de melancia, depende do tamanho da melancia, os caras chegam a pagar R\$250, R\$300, até 10 horas da manhã, entendeu? (Oziel, 34 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

O relato evidencia um aspecto crucial da dinâmica do trabalho na cultura da melancia: a busca por maior rentabilidade em menor tempo. Diferente de outras culturas, onde o trabalhador recebe um valor fixo por dia, na colheita e no

carregamento da melancia, o pagamento pode dobrar ou até triplicar em poucas horas, dependendo da quantidade de carga movimentada. Isso faz com que muitos trabalhadores optem por essa atividade sazonal, abrindo mão de empregos formais ou de outras ocupações agrícolas. No entanto, essa flexibilidade e maior remuneração vêm acompanhadas de desafios, como a falta de garantias trabalhistas, a informalidade e o efeito físico intenso da atividade.

Esse cenário se repete entre diferentes trabalhadores, que destacam a falta de indústrias e outros setores empregatícios na cidade. Dessa forma, a lavoura da melancia é vista como um trabalho inevitável para aqueles que não possuem formação superior ou capacitação para outras áreas.

A falta de alternativas reforça um ciclo de dependência em relação à produção da melancia, tornando a precarização ainda mais crítica, já que os trabalhadores não possuem poder de barganha para negociar melhores condições de trabalho.

A instabilidade na remuneração também se apresenta como um fator determinante para os trabalhadores da melancia. Como aponta Tiago José da Silva, os ganhos são extremamente variáveis e dependem da quantidade de carga feita por dia:

"Hoje eu ganho R\$ 250 para fazer uma carga. Mas isso aí é variável, porque melancia é o seguinte. Tem dia que você carrega um caminhão, tem dia que você carrega dois, três, quatro, até cinco caminhões." (Tiago, 31 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

).

Essa remuneração por produtividade, embora pareça vantajosa em momentos de alta demanda, gera grande instabilidade financeira, uma vez que os trabalhadores não possuem garantias de uma renda fixa. Além disso, a ausência de contratos formais e a falta de fiscalização fazem com que os empregadores determinem o valor pago de acordo com a oferta de mão de obra disponível.

Oziel confirma essa incerteza ao relatar que, dependendo da situação, os patrões decidem o pagamento:

O pagamento da melancia sempre foi aviso. Você já terminou o caminhão? Você já recebeu o caminhão, você tem que receber. Só que ultimamente surgem uns caras com uma regra de pagar dois em dois dias, três em três dias (Oziel, 34 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Essa dinâmica favorece a exploração dos trabalhadores, que muitas vezes não têm outra opção senão aceitar os valores impostos pelos empregadores.

Um dos aspectos centrais da rotina dos trabalhadores da melancia em Uruana é a necessidade de mobilidade para outros estados, principalmente durante a entressafra. Essa migração temporária é uma estratégia para garantir renda durante períodos em que não há produção local. Como destaca Welton: "São Paulo, Rio Grande do Sul, já fui para Minas. Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte, tudo eu já fui. Só Paraná, Santa Catarina, que eu nunca tive." (Welton, 43 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Esse deslocamento, no entanto, traz consigo uma série de dificuldades. A separação da família, as condições precárias dos alojamentos e a incerteza sobre os pagamentos são aspectos recorrentes nas entrevistas. Célio Batista de Melo menciona a precariedade dos alojamentos nos estados para onde viajam:

"O mais difícil é só no lugar de dormir, essas coisas, né, que não tem alojamento que presta, sempre colchão no chão e várias pessoas no mesmo alojamento." (Welton, 43 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

A vulnerabilidade se acentua pelo fato de que, muitas vezes, o pagamento só é realizado ao final da safra, dificultando o acesso dos trabalhadores ao dinheiro enquanto estão fora. Além disso, há um agravante: a falta de segurança no transporte.

A precariedade das condições de trabalho dos cargueiros de melancia vai além da remuneração instável e da ausência de direitos trabalhistas. O transporte dos trabalhadores, por exemplo, ocorre muitas vezes de forma improvisada, colocando suas vidas em risco. Muitos deles precisam viajar longas distâncias em cima de caminhões carregados, sem qualquer segurança. O risco de acidentes é constante, e relatos de quedas e ferimentos são frequentes entre os que trabalham nessa atividade. Como descreve Oziel (2025), essas dificuldades fazem parte do cotidiano dos trabalhadores da melancia:

Do patrão querer pagar menos, o cara mandar você no arroz para você carregar um caminhão, vai levar o almoço, está na hora de não levar. Já aconteceu com nós. Essa questão de andar em cima do caminhão é perigosíssimo. O cara tem que buscar a gente, tem que chegar lá na hora de você ir embora, mas você vai ficar lá, você tem que ficar lá. Aconteceu um acidente, meu tio estava. Já caí, já passei outros casos. A gente vem de

muito longe na BR-153, andar 100km na BR, ter que passar as cordas no braço para não cair. (Oziel, 34 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

A experiência narrada por Oziel (2025) revela um cenário de negligência com a segurança dos trabalhadores. Sem um transporte adequado, os trabalhadores precisam improvisar, utilizando cordas para tentar evitar quedas durante os trajetos. As longas viagens sobre os caminhões carregados, muitas vezes percorrendo rodovias movimentadas como a BR-153, expõem esses trabalhadores a riscos que poderiam ser evitados com uma regulamentação mais rigorosa e fiscalização eficiente

Esses deslocamentos, embora façam parte da dinâmica da produção agrícola, expõem os trabalhadores a condições desumanas, demonstrando como a mobilidade do trabalho, dentro do sistema capitalista, não é uma escolha, mas uma imposição para a sobrevivência.

Diante dessas condições precárias, a ausência de uma organização sindical que represente os trabalhadores da melancia agrava ainda mais a situação. Atualmente, não há nenhuma entidade formal que lute por melhores condições de trabalho, pagamento justo e garantias trabalhistas. Como afirma Altamiro (2025):

"Se tivesse talvez seria bom até para defender, pra nos a questão do salário, da diária mesmo, por caminhão." (Altamiro, 48 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Essa ausência de representatividade deixa os trabalhadores vulneráveis às decisões arbitrárias dos empregadores, sem qualquer mecanismo de negociação coletiva. Célio (2025) reforça essa necessidade ao afirmar:

"Aqui em Uruana a gente não tem um sindicato que defende os trabalhadores da melancia. Talvez se tivesse, ia garantir um valor melhor pelo trabalho." (Célio, 45 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

A criação de um sindicato para a categoria seria um passo essencial para assegurar melhores condições de trabalho, regulamentação dos pagamentos e proteção social. Sem essa organização, os trabalhadores continuam à mercê das decisões dos empregadores, sem qualquer respaldo legal para reivindicar seus direitos.

A falta de regulamentação e a ausência de um sindicato representativo fazem com que os trabalhadores da melancia fiquem vulneráveis às oscilações do

mercado. Os valores pagos pelo serviço variam de acordo com a oferta e a demanda de mão de obra, tornando a renda desses trabalhadores instável e, muitas vezes, imprevisível. Em períodos de maior necessidade de trabalhadores, os pagamentos podem ser mais altos, mas quando a procura por serviço diminui, os valores são reduzidos sem qualquer garantia para os trabalhadores. Esse cenário é descrito por Oziel (2025), que relata a forma como a negociação dos pagamentos ocorre diretamente no campo, sem um parâmetro fixo:

Não tem, e fica aquela coisa tipo é, fica meio jogada na lei da oferta da procura. Quando a oferta por serviço tá pequena eles pagam pouco. Mas quando a oferta de serviço tá muita, igual no mês de agosto, setembro, eles pagam o que nois pede. É tipo... Tem dia que você chega às vezes você chega e eles falam, não eu vou pagar oitocentos reais só pros caras da rama, que normalmente é três fora o cargueiro, que é oitocentos e cinquenta e trezentos reais. Eu falo, não acha ninguém, não vai querer mil o cara quer ganhar o dele ele vai pagar, assim, entendeu? Mais ou menos como é que é. Então, se tivesse um sindicato..." (Oziel, 34 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

O relato evidencia como a ausência de um sindicato ou de uma organização que regule os pagamentos prejudica os trabalhadores, deixando-os sujeitos às variações do mercado e à vontade dos contratantes. A dependência de períodos de safra para melhores pagamentos não garante estabilidade para quem vive desse trabalho, reforçando a precariedade das condições laborais no agronegócio da melancia.

As entrevistas realizadas evidenciam uma realidade de precarização, instabilidade e exploração dos trabalhadores da melancia em Uruana-GO. A falta de alternativas de emprego, a instabilidade salarial, a necessidade de migração constante e a ausência de um sindicato que os represente tornam esse trabalho extremamente vulnerável.

No processo de colheita e carregamento da melancia, a informalidade e a ausência de equipamentos de segurança são elementos que se destacam. Na Figura 13, vemos dois trabalhadores realizando o repasse manual das melancias para o caminhão, um esforço repetitivo e exaustivo que exige força e agilidade. O uso de roupas improvisadas para proteção contra o sol e a poeira evidencia a falta de equipamentos adequados, como luvas ergonômicas e cintos de sustentação para reduzir o efeito na coluna.

Figura 13 - Trabalho árduo na colheita: o repasse manual das melancias



Fonte: REIS, D. R. (2024)

A cena retrata não apenas a dureza do trabalho físico na colheita da melancia, mas também a fragilidade das relações trabalhistas nessa atividade. A remuneração está vinculada à produtividade, o que muitas vezes resulta em uma carga horária extenuante e na sobrecarga dos corpos desses trabalhadores.

A realidade enfrentada pelos trabalhadores da melancia em Uruana-GO reflete um cenário mais amplo de precarização do trabalho, impulsionado pela reestruturação produtiva e pelo avanço das políticas neoliberais. A informalidade, que antes era restrita a atividades autônomas, passou a ser uma característica estruturante da relação capital-trabalho, onde os empregados vivem sem garantias

mínimas, submetidos a uma lógica de exploração que os mantém à margem dos direitos trabalhistas. Como aponta Thomaz Júnior (2002, p. 15):

É oportuno destacar que o processo de reestruturação produtiva no Brasil, enunciado nas políticas neoliberais está, de forma crescente, induzindo o crescimento e o alargamento do setor informal que inclui empregados e desempregados, sendo que diferentemente das atividades autônomas que anteriormente recebiam essa caracterização. Isto é, o setor informal não é mais um simples depositário de força-de-trabalho que atua autonomamente. Ao contrário, essa autonomia é quebrada e gradualmente cede ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal. (Thomaz Junior, 2002, p. 15).

Esse processo de informalização do trabalho pode ser claramente observado na produção da melancia, onde os trabalhadores não possuem contratos formais, recebem por produção e não têm garantias de que serão pagos em intervalos regulares. O próprio sistema de remuneração variável, no qual o pagamento depende da quantidade de carga transportada, exemplifica essa inserção da força de trabalho em um circuito produtivo subordinado ao capital, mas sem as proteções oferecidas ao trabalhador formal. Esse cenário de vulnerabilidade deixa os trabalhadores à mercê das condições impostas pelos empregadores, sem qualquer respaldo legal para reivindicar melhores condições de trabalho ou uma remuneração justa.

Dessa forma, a reestruturação produtiva tem ampliado a precarização das relações laborais, consolidando um modelo onde o trabalhador é forçado a aceitar condições cada vez mais instáveis e desprotegidas. No caso dos trabalhadores da melancia, essa dinâmica se traduz na ausência de direitos básicos, na insegurança financeira e na necessidade de buscar trabalho em outros estados durante a entressafra, muitas vezes em situações ainda mais precárias.

A mobilidade forçada dos trabalhadores, longe de ser uma escolha, é uma consequência direta do modelo de produção agrícola que prioriza a maximização do lucro em detrimento das condições dignas de trabalho.

3.4 PROCESSO DE PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E COTIDIANO NA LAVOURA DE MELANCIA

Historicamente, a produção de melancia em Uruana passou por grandes transformações impulsionadas pela introdução de novas tecnologias no campo,

alterando radicalmente o processo produtivo e diminuindo a necessidade de mão de obra. Como relata Célio (2025), houve uma substituição do trabalho manual pelo mecânico: "Antigamente tinha arado, aquelas coisas com cavalo, e agora já tem trator que faz o serviço de 10 pessoas" (Célio, 45 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025). Além disso, ele menciona que a adoção de lonas para proteção do solo eliminou muitas funções antes realizadas manualmente principalmente a atividade de capinar, reduzindo significativamente o número de empregos na lavoura.

O processo produtivo segue etapas bem definidas, desde o preparo do solo até a colheita e distribuição da produção. Thiago (2025) detalha como a tecnologia alterou especialmente a aplicação de agrotóxicos: "Antes tinha uns 10 homens com bomba nas costas, agora tem um trator que faz o serviço sozinho" (Thiago, 31 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025). O entrevistado relata ainda que o plantio da melancia continua sendo predominantemente manual devido à delicadeza do processo e à impossibilidade de mecanização integral, principalmente nas etapas iniciais.

A colheita da melancia também passou por alterações significativas. Welton (2025) destaca que antigamente era necessário juntar as melancias em um ponto específico antes de serem carregadas, enquanto hoje a colheita ocorre diretamente: "Modernizou, faz o plantio com uma colheita. Antigamente juntava ela para depois jogar, agora nós já colhemos e já levamos logo" (Welton, 43 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025). Essa alteração, apesar de otimizar a produtividade, reduziu diretamente os postos de trabalho na lavoura.

Sobre a organização do trabalho, há uma clara divisão hierárquica entre as diferentes funções na lavoura. Welton (2025), que atua como "cargueiro", explica que ele é responsável por organizar equipes para o carregamento da melancia nos caminhões e ressalta a existência de um valor tabelado: "Tem um valor já de 250 a carga e os da rama ganham hoje 500. A carga fechada dá 750" (Welton, 43 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025). Altamiro (2025) complementa: "O cargueiro chama a turma, é ele que seleciona e organiza os trabalhadores" (Altamiro, 48 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025). Essa figura do cargueiro se assemelha ao conhecido "gato" nas lavouras de cana-de-açúcar, centralizando as negociações trabalhistas e muitas vezes reforçando a informalidade e a precarização das condições laborais.

Na figura 14, o cargueiro trabalha na organização da carga de melancias sobre o caminhão, uma etapa essencial para o transporte seguro da produção. A palha é utilizada como uma camada protetora, reduzindo o efeito entre as frutas e evitando danos durante o trajeto. Enquanto um trabalhador no solo coleta e repassa as melancias, o cargueiro empilha cuidadosamente os frutos, garantindo um melhor aproveitamento do espaço e minimizando perdas.

Figura 14 - Organização manual da carga de melancias



Fonte: Reis, D. R. (2023)

Essa atividade exige força, resistência e habilidade, sendo realizada de forma manual, sem auxílio de maquinário. A falta de equipamentos ergonômicos e a

repetição intensa dos movimentos tornam o trabalho exaustivo, aumentando os riscos de lesões.

Na figura 15, o cargueiro está na etapa final da preparação da carga, garantindo que as melancias estejam devidamente cobertas e seguras para o transporte. Esse momento é crucial para evitar perdas durante o trajeto, já que qualquer movimentação inadequada pode comprometer a integridade das frutas e gerar prejuízos.

Figura 15 - Amarração da carga de melancia



Fonte: Reis, D. R. (2023)

A amarração da carga exige atenção e habilidade, pois é feita manualmente, sem equipamentos modernos que poderiam facilitar o processo. Além disso, a altura em que o trabalhador está exposto aumenta os riscos de acidentes, demonstrando mais uma vez a falta de medidas de segurança adequadas nesse tipo de atividade.

O cotidiano dos trabalhadores é marcado por jornadas extensas e condições precárias, especialmente quando precisam trabalhar em outras regiões do país devido à sazonalidade da produção local. Welton (2025) relata dificuldades nos alojamentos: "Geralmente o que é mais difícil é só no lugar de dormir, sempre colchão no chão e várias pessoas no mesmo alojamento" (Welton, 43 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025). Ele acrescenta problemas relacionados à alimentação e transporte inadequado, tornando o trabalho ainda mais desgastante.

Célio (2025) reforça as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores: "Às vezes você fica o dia todo na lavoura sem almoçar direito e ainda demora para buscar a gente" (Célio, 45 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025). Oziel (2025) também confirma essas dificuldades ao relatar episódios em que o transporte era perigoso e desconfortável: "Já aconteceu acidente comigo, caindo do caminhão, é perigoso mesmo" (Oziel, 34 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Quanto à saúde e segurança dos trabalhadores, o uso intensivo de agrotóxicos representa um grande risco. Oziel afirma que o excesso de veneno utilizado já afetou na visão dele a biodiversidade local: "Pra você plantar uma roça aqui precisa usar três vezes mais veneno, tem matado as abelhas tudo, inseto nenhum mais a gente vê" (Oziel, 34 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025). Altamiro ainda destaca os efeitos físicos do trabalho na saúde dos trabalhadores a longo prazo: "Tem um tempo limite, tipo uns 20 anos, depois você não consegue trabalhar mais, acaba coluna e joelho, afeta tudo" (Altamiro, 48 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Finalmente, diante desses desafios impostos pela modernização e pelas condições adversas, as perspectivas dos trabalhadores sobre o futuro da melancia na região são incertas. Célio menciona a possibilidade da cultura desaparecer devido à concorrência da cana e soja: "Talvez acabe aqui, porque tá mais fácil investir em cana e soja que dá menos trabalho e mais lucro" (Célio, 45 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

A produção de melancia em Uruana enfrenta desafios que vão além da mão de obra e das condições climáticas. O custo da terra e a saturação do solo são fatores que impactam diretamente a rentabilidade e a viabilidade do cultivo na região. Como ocorre em outras monoculturas, o uso contínuo da mesma área para o plantio pode levar ao esgotamento dos nutrientes do solo e ao aumento da incidência de pragas e doenças. Esse fenômeno acaba tornando o custo da produção mais elevado, principalmente quando comparado a regiões onde o cultivo ainda está em expansão, como Jussara-GO. O relato de Oziel (2025) traz uma visão prática dessa realidade enfrentada pelos produtores:

E a melancia é muito incerta. E querendo ou não, na região de Uruana, é um dos alqueiros de aluguel mais caro que tem, entendeu? Sendo que enquanto aqui fica, por exemplo, 100 mil reais pra formar um alqueiro, lá em Jussara fica 50. Mais barato. Bem mais barato o acesso à terra, a terra não é... Porque melancia é o seguinte, se você planta ela demais no local, vai desenvolver muita doença, e lá a doença não desenvolveu ainda, e as terras da região nossa que já tá tudo desenvolvida. Talvez porque a terra tá saturada. É, a terra da região nossa aqui já tá muito saturada. E talvez isso também pode influenciar na doença." (Oziel, 34 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

A fala de Oziel (2025) ilustra bem um problema estrutural que afeta a produção de melancia em Uruana: o esgotamento do solo. O aumento dos custos com arrendamento, insumos e o combate a doenças tem levado alguns produtores a buscarem alternativas em outras regiões, como Jussara-GO, onde o solo ainda apresenta melhores condições para o cultivo. Esse processo pode ter efeitos significativos na economia local, visto que a melancia é a principal cultura agrícola do município.

Esses relatos revelam uma realidade complexa onde o avanço tecnológico, apesar de contribuir para ganhos produtivos, acaba intensificando a precarização do trabalho. Torna-se fundamental, portanto, discutir políticas públicas voltadas à proteção desses trabalhadores, garantindo melhores condições de trabalho, segurança e saúde, além de debater alternativas sustentáveis para o futuro da produção de melancia na região.

O trabalho na lavoura de melancia em Uruana-GO segue uma dinâmica marcada pela fragmentação das tarefas, pela intensa exigência física e por uma organização produtiva que prioriza a produtividade acima das condições dignas para os trabalhadores. A lógica da produção está fundamentada na divisão rígida das

funções, no pagamento baseado na produtividade e na ausência de garantias formais de trabalho. Nesse contexto, os trabalhadores enfrentam jornadas exaustivas, exposição a riscos e instabilidade financeira, além de estarem submetidos a um modelo que os aliena do próprio produto de seu trabalho.

Lourenço (2011) destaca que, ao longo da história, o trabalho, apesar de ser um elemento essencial para a sobrevivência e para a organização social, transformou-se em um mecanismo que impõe ritmos intensos e atividades repetitivas, privando o trabalhador de autonomia e criatividade. Essa realidade pode ser observada na lavoura da melancia, onde o trabalhador não tem controle sobre seu próprio processo produtivo e se torna apenas mais um elemento da engrenagem do capital:

Mas o fato é que, ao mesmo tempo, em que o trabalho se desenvolveu e se tornou ainda mais indispensável à vida humana, o fez em determinadas condições de gestão e de organização. Impondo ao homem – ser social – ritmos intensos e atividades monótonas, eliminando a sua autonomia, a sua criatividade e o seu conhecimento. O trabalho tornou-se emprego, materializado em atividades fragmentadas de um sistema de produção que aliena o produto de quem o faz. O trabalho mantém-se enquanto elemento primordial da vida e da organização social; contudo, gerou circunstâncias e situações em que passou a ser a destruição do próprio homem, estabeleceu-se uma relação contraditória entre trabalho e trabalhador. O trabalho é fonte de vida, mas também de doenças e de morte; de liberdade e de prisão; de crescimento e de atrofia; de riqueza e pobreza; de desenvolvimento e de alienação/estranhamento (Lourenço, 2011, p. 3).

Essa alienação é visível no cotidiano dos trabalhadores da melancia, que não têm controle sobre o ritmo de produção e vivem sob a pressão de cumprir metas estabelecidas pelos empregadores e intermediários. A exigência por produtividade intensifica a exploração da mão de obra, resultando em extensas jornadas de trabalho e em condições precárias que afetam diretamente a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

Outro fator determinante para a atual configuração do trabalho na lavoura da melancia é o efeito da reestruturação produtiva e da terceirização, que, desde a década de 1970, têm enfraquecido os direitos trabalhistas e desorganizado as formas de mobilização coletiva da classe trabalhadora. Esse processo de desregulamentação, como aponta Lourenço (2011), tem gerado perdas significativas para os trabalhadores:

As relações sociais de trabalho, desde 1970, têm sido desregulamentadas por meio da reestruturação produtiva e terceirização da produção, com visíveis perdas para a classe trabalhadora do ponto de vista dos direitos do trabalho e da organização coletiva (Lourenço, 2011, p. 12).

No caso dos trabalhadores da melancia, essa reestruturação produtiva se materializa na ausência de contratos formais, na precarização da remuneração e na crescente dependência de intermediários, conhecidos como "cargueiros", que organizam a mão de obra e distribuem as tarefas, muitas vezes de maneira desigual e sem garantias de pagamento justo.

Além disso, a precarização do trabalho rural está inserida em um contexto mais amplo, no qual a reestruturação produtiva tem ampliado formas de exploração que atingem, de maneira diferenciada, diversos setores do mercado de trabalho. Thomaz Júnior (2002) elenca uma série de mudanças que caracterizam esse fenômeno, incluindo a intensificação da jornada de trabalho e a exclusão de trabalhadores considerados "velhos" ou "muito jovens" do mercado formal:

O caráter mais sistêmico da reestruturação produtiva repercute diretamente sobre o trabalho, produzindo, pois, resultados diferentes para o conjunto dos países, mas o estigma de subordinado e dependente enquadra o Brasil numa condição subalterna. Em linhas gerais, poderíamos apontar o seguinte: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, 'terceirizado'; [...] 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e 'velhos' (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas." (Thomaz Junior, 2002, p. 7).

Essa análise se aplica diretamente à produção da melancia em Uruana, onde trabalhadores mais velhos enfrentam dificuldades para continuar no ofício devido ao desgaste físico provocado pelo trabalho pesado, enquanto trabalhadores mais jovens são inseridos em condições precárias, sem acesso a direitos trabalhistas. Além disso, a intensificação da jornada, mencionada pelo autor, é uma realidade evidente no trabalho agrícola, onde os trabalhadores começam suas atividades antes do nascer do sol e só encerram ao final do dia, sem garantias de descanso adequado ou alimentação suficiente.

A organização da produção na lavoura de melancia, portanto, está diretamente vinculada a esse modelo de exploração que se intensificou nas últimas

décadas, reforçando a precarização e limitando as possibilidades de resistência dos trabalhadores. A ausência de regulamentação efetiva e a falta de representatividade sindical contribuem para a permanência dessa lógica de exploração, deixando os trabalhadores à mercê das oscilações do mercado e da vontade dos empregadores.

Dessa forma, o trabalho na lavoura de melancia não pode ser analisado apenas como uma atividade econômica local, mas sim como parte de um sistema mais amplo de precarização e exploração do trabalho rural, marcado pela reestruturação produtiva, pela desregulamentação das relações trabalhistas e pela intensificação da jornada de trabalho. Esses fatores, somados à ausência de proteção social e à instabilidade financeira dos trabalhadores, demonstram a necessidade urgente de repensar políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de trabalho no campo e para a garantia de direitos fundamentais aos trabalhadores rurais.

4 VOZES DO TRABALHO: O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DA MELANCIA A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL DE VIDA

Neste capítulo iremos abordar o cotidiano dos trabalhadores da melancia a partir da história oral de vida, buscando trazer as vozes desses trabalhadores e suas experiências na produção da melancia em Uruana. Para isso, serão apresentados quatro itens que abrangem diferentes aspectos do trabalho na produção de melancia, incluindo o valor e a superexploração do trabalho, a mobilidade territorial dos trabalhadores, as condições de vida e trabalho e a saúde e segurança dos trabalhadores.

Será explorado o perfil do trabalhador da melancia, sua origem, suas condições de vida e as mudanças ocorridas na organização do trabalho na produção da melancia em Uruana. Será analisada a relação entre a expansão da cultura da cana-de-açúcar na região e o efeito na produção da melancia, bem como a resistência dos trabalhadores da melancia frente a essa expansão.

Além disso, serão apresentadas as histórias de vida dos trabalhadores da melancia, suas narrativas sobre o cotidiano de trabalho, as relações sociais estabelecidas no ambiente de trabalho, as dificuldades enfrentadas no trabalho e as perspectivas de futuro na produção da melancia.

4.1 O VALOR E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE MELANCIA

Com relação à implantação da agricultura capitalista moderna em Goiás, é importante observar as mudanças nas relações de trabalho, que vêm acompanhando a ocupação do bioma cerrado e a produção de efeitos sociais e ambientais. Nesse contexto, Bezerra (2016) destaca a importância do estudo da categoria trabalho na Geografia.

O tema do trabalho na geografia produzida no Brasil caminha hoje para uma maturidade. Esse estágio de desenvolvimento das questões associadas ao trabalho foi alcançado por um intenso debate que ocorre tanto na academia, mediante uma rica profusão de pesquisas, como também pela extensa articulação com os sujeitos sociais, trabalhadores organizados em sindicatos, movimentos sociais e também parte dos trabalhadores inseridos no universo informal e que vivem experiências laborais muito distintas do imaginário social vinculado ao mundo do trabalho (Bezerra, 2016, p. 18).

A abordagem de Bezerra (2016) destaca a importância do tema do trabalho na Geografia brasileira e como ele está sendo debatido tanto na academia como com os trabalhadores organizados em sindicatos e movimentos sociais. É importante entender essa relação sobre o trabalho na Geografia para compreender as transformações que ocorrem no mundo do trabalho e as implicações destas para os trabalhadores da melancia.

As transformações no mundo do trabalho têm sido objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, incluindo a Geografia. Thomaz Júnior (2002) destaca a importância dessa disciplina para compreender as alterações nas formas de trabalho e suas implicações no espaço geográfico. Segundo o autor,

A Geografia do Trabalho se põe em cena, para responder as perguntas em relação a realidade. Dessa forma, se não existe diferença em relação ao objeto, é na ação do sujeito que as atenções se voltam. Isto é, em sua expressão geográfica o trabalho pode ser entendido tanto em nível da relação metabólica homem-meio, quanto na dimensão da regulação sociedade-espaço, nas suas diferentes manifestações (assalariado, autônomo, informal, domiciliar, terceirizado, etc.). Isso implica, pois, necessariamente, na discussão das localizações, que, não se limitam ao imediato, ao visível. As categorias de base da Geografia (paisagem, território e espaço) farão as mediações necessárias, atendendo os desafios postos pelo sujeito, que no esforço contínuo de teorização para a concreção de uma Geografia do Trabalho (Thomaz Júnior, 2002, p. 17).

Essa abordagem é relevante para compreender as diversas relações de trabalho dos trabalhadores da melancia do município de Uruana e sua inserção na economia local. As relações de trabalho no agronegócio da melancia em Uruana têm sido marcadas pelo modelo capitalista desde a introdução da fruta na região. É possível notar essa característica no método de pagamento dos trabalhadores, que é diretamente proporcional à sua produção, seja no plantio, manutenção da lavoura ou colheita. Segue-se o modelo, quanto maior a produtividade, maior é a remuneração recebida pelos trabalhadores

Segundo Marx (2004, p. 39-40), o trabalhador é comparado à propriedade do capitalista, sendo alugado para extrair a mercadoria e recebendo, ao final, um valor muito baixo em relação ao valor de uso produzido. Sobre o produto ele destaca:

[...] o produto, porém, é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização como a de qualquer outra mercadoria – por

exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia – pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, é o possuidor da força de trabalho dá, de fato apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho (Marx, 2004, pp. 39-40).

A partir da compreensão marxista, o trabalho é transformado em força de trabalho, uma mercadoria vendida pelo trabalhador ao capitalista. Dessa forma, o trabalho passa a ter valor de uso e valor de troca, reduzindo o trabalhador a uma simples mercadoria. De acordo com Martins (2013):

A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalista. O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si.: num deles temos a produção de mercadorias e a produção da mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa (Martins, 2013, p. 37).

O lucro obtido pelo capitalista é baseado na extração da mais-valia, que é produzida pelo trabalho excedente não remunerado do trabalhador. O aumento da jornada de trabalho é uma das formas de aumentar a produção da mais-valia. Em relação a isso, Marx (1985) complementa que:

Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (Marx, 1985, p. 138).

Ao adquirir a força de trabalho dos trabalhadores da melancia, o capitalista passa a lucrar através da apropriação da mais-valia. A falta de mobilização dos trabalhadores para reivindicar melhores condições de trabalho leva o Estado a criar leis que favorecem cada vez mais os capitalistas, perpetuando o ciclo de precarização do trabalho e aumento da mais-valia para os donos dos meios de produção. Enquanto isso, o proletariado permanece explorado e sob o controle da burguesia. Bezerra (2016) esclarece que essas condições são características do modo de produção capitalista.

A dinâmica dos grupos sociais e da ação dos sujeitos, no contexto do modo de produção capitalista, deve considerar a ação social no seu sentido mais amplo ao levar em conta os processos constitutivos dos sujeitos (sua relação espaço-tempo, as formas de metabolismo com a natureza na qual o

trabalho exerce centralidade e a interação indivíduo e sociedade), sua organização (leitura da divisão social e territorial do trabalho e a organização política), suas subjetividades (debate sobre a identidade e as diferentes formas de representação social), o peso da ideologia e o potencial dos sujeitos na transformação do mundo (Bezerra, 2016, p. 19).

Dessa forma, a exploração e controle do capital sobre os trabalhadores no agronegócio da melancia justifica a limitação da mobilidade espacial desses trabalhadores. Mendonça (2004) destaca que:

A desterritorialização de milhares de famílias camponesas - aprofundamento da divisão social e técnica no trabalho; a precarização do trabalho, tanto no campo como na cidade que se intensificou mediante a modernização da agricultura, e a materialização da hegemonia do capital industrial e financeiro promoveram uma significativa mobilidade espacial dos trabalhadores (Mendonça, 2004, p. 114).

Os elementos presentes na modernização agrícola na região do cerrado evidenciam a forte presença do capital monopolista, a industrialização da agricultura e a integração do capital agrícola, comercial, industrial e financeiro. Essa conjuntura exerce uma influência direta nas migrações dos trabalhadores da melancia para outros estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo. Santos (2014, p. 60) caracteriza essas migrações como forçadas e destaca que:

[...] Mas as migrações brasileiras, vistas pelo ângulo da sua causa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São frequentemente, também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais. “Boias-frias” fixo em cidades e vilas próximas às zonas produtoras, e “boias-frias” que vêm de longe, quando as safras reclamam mão-de-obra suplementar, são as vítimas mais evidentes desse processo. (Santos, 2014, p. 60).

Ao analisar os direitos dos trabalhadores envolvidos no processo migratório, é possível notar uma clara exploração da força de trabalho, com jornadas de trabalho provavelmente árduas, extensas e desgastantes fora de seus municípios de origem, além da obrigação de dividir alojamentos com outros trabalhadores. De acordo com Martins (2013, p. 204), essa migração e exploração promovida pelo capitalista em detrimento do trabalhador da melancia é considerada a redenção do capitalismo. Ele defende essa visão ao afirmar que:

Esse deslocamento da ideia de que a riqueza não é produto do trabalho explorado do trabalhador, mas resulta do trabalho e das privações do próprio patrão, na origem do seu capital, consagra e justifica para o trabalhador a sua exploração por outra classe. Em outras palavras, essa concepção legitima a exploração do proletariado pela burguesia, constituindo-se numa espécie de redenção original do capitalismo (Martins, 2013, p. 204).

A ideia defendida por Martins (2013) pode ser claramente relacionada com os trabalhadores da melancia de Uruana, que são explorados pelo capitalista em detrimento de seus próprios direitos e bem-estar. A exploração desses trabalhadores é justificada pelo lucro que o capitalista obtém, em uma lógica que prioriza a acumulação de capital em detrimento da falta de amparo básico ao trabalhador.

No atual cenário da economia global, observa-se uma importância crescente dada ao trabalho intelectual e ao conhecimento como elementos centrais na geração de valor econômico. Nesse contexto, Izerrougene (2010, p. 688) afirma:

Para entender a natureza da economia do conhecimento, deve-se, como ponto de partida, admitir que a criação do valor econômico tende a se concentrar na produção de conhecimento por meio do conhecimento, conferindo maior importância ao trabalho intelectual: um trabalho criativo que se forma em redes humanas de cooperação e valorização; um trabalho vivo e complexo que corresponde a um quase capital, ao capital fixo being man himself de Marx, que o capital não consegue dominar apenas através do controle dos meios materiais de produção. Em seguida, é necessário perceber a especificidade da mutação informacional em que a inovação não é apenas uma questão de investimento em bens de capital e criação de novos produtos. Essa especificidade está na prioridade dada ao lugar da inteligência humana no processo de produção e reorganização das relações sociais em redes de comunicação (Izerrougene, 2010, p. 688).

Contudo, é perceptível um contraste significativo quando se analisa a realidade dos trabalhadores da produção de melancia em Uruana-GO. Esses trabalhadores se inserem em um contexto de produção agrícola tradicional, onde predomina o trabalho manual, repetitivo e, frequentemente, fisicamente exaustivo. Diferentemente do cenário descrito por Izerrougene (2010), que valoriza o trabalho intelectual, os trabalhadores da lavoura de melancia permanecem presos a um sistema produtivo exploratório que pouco ou nenhum valor atribui ao conhecimento prático acumulado por eles ao longo dos anos.

A dinâmica da economia contemporânea enfatiza a inovação e a criatividade como chaves para o sucesso econômico. Entretanto, a estrutura produtiva da melancia em Uruana continua alicerçada em métodos antigos e convencionais,

frequentemente resultando em condições precárias de trabalho, baixos salários, exposição constante a riscos de saúde e pouca segurança no ambiente laboral. Aqui, a capacidade intelectual e criativa dos trabalhadores, embora existente e claramente importante para o sucesso da produção, raramente é reconhecida ou adequadamente valorizada.

Diante disso, constata-se claramente a existência de uma contradição profunda entre o modelo econômico contemporâneo, centrado na valorização do conhecimento e do trabalho intelectual, e a realidade enfrentada pelos trabalhadores rurais da melancia. Na prática, esses trabalhadores vivem uma realidade de exploração intensiva, marcada por relações sociais desiguais, controle rígido dos meios de produção pelos empregadores e pouca valorização do conhecimento prático que detêm. Este cenário reflete desigualdades históricas e estruturais que persistem na sociedade capitalista, especialmente nas regiões periféricas, reforçando a necessidade urgente de repensar e transformar tais condições sociais e econômicas.

Ao discutirmos a importância dos trabalhadores da melancia na cadeia produtiva agrícola em Uruana, torna-se essencial compreendermos que, apesar do papel fundamental que esses trabalhadores desempenham na economia local, eles enfrentam contextos de exploração historicamente construídos e reproduzidos pelo sistema capitalista.

Neste sentido, é importante destacar que o Brasil vem atravessando, desde a década de 1990, um intenso processo de precarização das condições de trabalho, influenciado diretamente pelas políticas neoliberais. Como afirmam Alves (2014) e Antunes (1999), citados por Perpetua, Heck e Thomaz Júnior (2018, p. 7):

O Brasil do início de 2020 já não era nenhum paraíso para o trabalhador. Precedem três décadas de políticas neoliberais – ora mais radicais, como durante os governos Collor (1990-1992) e FHC (1995-2002); ora atenuadas significativamente pelos governos progressistas e novo-desenvolvimentistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) –, reestruturação produtiva da produção e, conseqüentemente, intensa precarização do trabalho.

Essa realidade nacional encontra reflexos claros na dinâmica local da produção da melancia em Uruana. As narrativas dos trabalhadores da região apontam justamente essa precarização progressiva do trabalho, expressa nas condições inseguras e exaustivas, falta de estabilidade nos contratos, e ausência

quase completa de representação sindical ou organizacional que poderia garantir direitos mínimos aos trabalhadores rurais.

Essa configuração das relações de trabalho na lavoura de melancia em Uruana reflete perfeitamente o que afirmam Perpetua, Heck e Thomaz Júnior (2018, p. 39), ao analisarem a relação capitalista do trabalho:

[...] é possível perceber que a relação capitalista de trabalho é, por definição, uma relação de poder marcada pela dominação da pessoa que trabalha por outrem, ou seja, pelo dirigente do processo de valorização. Ela se dá sobre e por meio de um substrato espacial moldado à sua imagem e semelhança e constitui um território específico: o local de trabalho, lócus da hegemonia do capital e, antes de qualquer outra coisa, um lugar de disputas, tensões e antagonismos de classe; um espaço onde se desdobram dominação e resistência, assumindo, esta última, formas implícitas ou explícitas, veladas ou declaradas; um território em que as personalidades individuais assumem, quase sempre inconscientemente, papéis Sociais Rígidos, Transformando-Se Em Personificações Das Relações Sociais De Produção (Perpetua, Heck E Thomaz Júnior, 2018, p. 39).

De fato, os trabalhadores rurais da melancia têm seus papéis sociais rigidamente definidos pela hierarquia produtiva que os submete a condições frequentemente precárias e desumanas. A territorialização do capital na produção agrícola, principalmente quando consideramos culturas sazonais como a melancia, reforça uma dinâmica de exploração e controle que é frequentemente invisibilizada, mas determinante nas condições materiais e subjetivas da vida dos trabalhadores.

Além disso, o processo produtivo agrícola em Uruana envolve diretamente um alto grau de desgaste físico e ambiental. Como destaca Thomaz Júnior (2002, p. 6):

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais desastrosas e cruéis são as consequências para o trabalho, para a classe-que-vive-do-trabalho. Para as preocupações deste ensaio, destacamos duas, que são, efetivamente, baluartes da barbárie hodierna. De um lado, a precarização, a dilapidação e a (des)efetivação extremadas e sem paralelos da força humana que vive-do-trabalho, e por outro lado, a degradação crescente e sem limites que destrói o meio ambiente e consequentemente afeta diretamente a relação metabólica entre o homem e a natureza (Thomaz Júnior, 2002, p. 6).

A produção da melancia, apesar de seu papel central na economia local de Uruana, é marcada justamente por essa contradição. Ao mesmo tempo que gera renda e movimenta a economia local, impõe aos trabalhadores condições laborais e

de vida extremamente degradantes, expondo-os a riscos diários que vão desde o contato direto com agrotóxicos até jornadas de trabalho extenuantes, geralmente sem proteção adequada.

Ainda segundo Perpetua, Heck e Thomaz Júnior (2018, p. 38), a dominação sobre o trabalhador não é exclusividade do meio rural, mas manifesta-se em todas as relações sociais de trabalho:

Foucault não limita o poder disciplinar apenas à produção capitalista, demonstrando como ele passa a estar presente nas diversas formas de dominação existentes em todo o corpo social, do manicômio à prisão, do hospital ao exército, passando pela fábrica, funcionando como uma espécie de fórmula modelar da dominação (Perpetua, Heck e Thomaz Júnior (2018, p. 38).

Neste cenário, os trabalhadores da melancia contribuem decisivamente para a cadeia produtiva, oferecendo sua força de trabalho, conhecimento prático e habilidades específicas adquiridas ao longo dos anos. Entretanto, essa contribuição é frequentemente subestimada ou completamente invisibilizada pela dinâmica de acumulação capitalista.

Em suma, os trabalhadores rurais da melancia em Uruana são agentes centrais na cadeia produtiva e na economia local. No entanto, enfrentam a dura realidade imposta pelo sistema capitalista, que tende a maximizar o lucro em detrimento do bem-estar e da valorização do trabalho humano. A superexploração desses trabalhadores evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que revertam esse quadro, valorizando o trabalho e garantindo dignidade e segurança social para essa parcela fundamental da sociedade.

4.2 A MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DE MELANCIA

A mobilidade do trabalho não pode ser vista como uma simples escolha do trabalhador, mas sim como uma imposição estrutural do capitalismo. O capital dita as regras, reorganizando suas bases produtivas e exigindo que a força de trabalho esteja sempre disponível para se deslocar conforme suas necessidades. No caso dos trabalhadores rurais, como os da melancia em Uruana, essa mobilidade muitas vezes significa deixar a família para trás, enfrentar condições de trabalho precárias e viver com a incerteza do próximo emprego. Essa lógica não é nova, mas continua se

aprofundando com a crescente flexibilização do trabalho e a precarização das relações laborais. Como apontam Lima, Silva e Feitoza (2018):

A mobilidade espacial do trabalho é, em face do exposto, um fenômeno inerente ao capitalismo e sumamente valioso ao processo de reprodução do capital. Em que pese a mobilidade espacial também se constituir como um mecanismo de sobrevivência e recriação dos que se deslocam, isso somente se torna possível se lograrem êxito em sua inserção como mercadoria força-de-trabalho. Assim, é forçoso apontar que, no limite, é o capital quem controla o deslocamento espacial dos trabalhadores. (Lima; Silva; Feitoza, 2018, p. 1104).

No caso dos trabalhadores da melancia em Uruana-GO, essa mobilidade é percebida de forma intensa, uma vez que grande parte deles se desloca sazonalmente para diferentes regiões do país em busca de trabalho, submetendo-se a condições incertas e muitas vezes degradantes.

A lógica do capitalismo exige que os trabalhadores estejam sempre disponíveis para se deslocar de acordo com as demandas do mercado, independentemente das dificuldades que isso possa impor à sua vida pessoal e social. Como destaca Leite et al. (2019), essa mobilidade não se dá de forma voluntária, mas sim como uma necessidade imposta pelo próprio sistema produtivo:

As migrações se inseririam, portanto, num exercício da mobilidade que compreende constantes mudanças de função e jornada, readaptação ao desenvolvimento técnico e possibilidade de demitir um trabalhador a qualquer momento. (Leite et al., 2019, p. 31).

Essa dinâmica se reflete diretamente na vida dos trabalhadores da melancia. Sem garantias trabalhistas que assegurem uma remuneração estável ou condições adequadas de trabalho, eles precisam se deslocar constantemente, muitas vezes deixando para trás suas famílias, enfrentando jornadas extenuantes e moradias precárias, sem qualquer perspectiva de segurança a longo prazo. Esse cenário revela como a mobilidade do trabalho, ao invés de ser um fator de liberdade, na verdade reforça a vulnerabilidade da força de trabalho.

Além disso, esse modelo produtivo impõe aos trabalhadores rurais uma lógica de adaptação contínua às exigências do mercado. Muitas vezes, essa adaptação significa aceitar remunerações por produção, o que agrava ainda mais a instabilidade e a exploração. Como observado por Leite et al. (2019), esse tipo de

vínculo mantém os trabalhadores sob constante pressão, pois eles precisam alcançar níveis elevados de produtividade para garantir um mínimo de sustento:

“As migrações se inseririam, portanto, num exercício da mobilidade que compreende constantes mudanças de função e jornada, readequação ao desenvolvimento técnico e possibilidade de demitir um trabalhador a qualquer momento” (Leite et al., 2019, p. 31).

No caso específico dos trabalhadores da melancia, essa instabilidade tem efeitos significativos em suas condições de vida e organização familiar. Muitos deles vivem um ciclo interminável de deslocamentos, impedidos de criar raízes em um único lugar e forçados a se adaptar continuamente a novas realidades de trabalho. Essa lógica os mantém em uma posição de fragilidade social, onde a falta de garantias os empurra para uma condição permanente de vulnerabilidade.

A mobilidade do trabalho, portanto, não pode ser vista apenas como um fenômeno isolado do setor agrícola ou das economias locais. Ela está diretamente ligada às estruturas do capitalismo, que busca a flexibilização da mão de obra como forma de maximizar os lucros e reduzir custos operacionais. Isso reforça a necessidade de discutir a mobilidade dentro de um contexto mais amplo, que inclua não apenas os deslocamentos físicos dos trabalhadores, mas também os efeitos sociais, econômicos e emocionais dessa dinâmica. Afinal, a exploração da força de trabalho não se limita ao campo, mas se espalha para todas as esferas da vida do trabalhador.

A mobilidade territorial do trabalho é um aspecto fundamental para compreender a dinâmica da produção de melancia, especialmente em municípios como Uruana. No contexto do trabalho rural, a mobilidade envolve tanto a migração temporária quanto a fixação sazonal dos trabalhadores em diferentes regiões produtoras. A circulação da força de trabalho é impulsionada por fatores econômicos, sociais e estruturais, tornando-se um reflexo direto das transformações na economia global e nas relações de produção.

Antunes e Alves (2004) destacam que, diante dos processos de desindustrialização e avanço da informalidade no Brasil e em outros países latino-americanos, há uma crescente precarização das relações de trabalho. Essa precarização se manifesta no setor agrícola, onde grande parte da mão de obra se desloca em busca de oportunidades em culturas sazonais, como a melancia. Os trabalhadores rurais enfrentam uma realidade marcada pela intermitência dos

contratos, a ausência de direitos trabalhistas formais e a vulnerabilidade diante das exigências do mercado.

A mobilidade dos trabalhadores da melancia segue um fluxo específico dentro do Brasil, com deslocamentos que acompanham as diferentes fases da safra. Estados como Goiás, São Paulo, Bahia, Tocantins e Rio Grande do Sul são destinos frequentes desses trabalhadores, que muitas vezes deixam suas cidades de origem para garantir renda durante o período de colheita. Essa migração, no entanto, não se dá sem consequências. A separação da família, a instabilidade do trabalho e a dificuldade de retorno são elementos que tornam essa mobilidade mais um fator de precarização do que uma escolha estratégica.

A necessidade de deslocamento também reforça a vulnerabilidade dos trabalhadores. Como apontam Perpetua, Heck e Thomaz Júnior (2018), o território é resultado das relações de poder, e a circulação de trabalhadores reflete disputas entre grandes produtores, pequenos agricultores e a força de trabalho sazonal. O trabalhador, ao se deslocar, perde vínculos sociais e territoriais, tornando-se dependente das condições impostas pelo mercado de trabalho rural.

A desterritorialização dos trabalhadores da melancia ocorre à medida que a necessidade de deslocamento impede a fixação em um único espaço. Essa realidade está diretamente ligada à informalidade do setor, onde a maioria dos contratos é temporária e as garantias trabalhistas são praticamente inexistentes. Muitos trabalhadores atuam como autônomos, sem vínculo formal, sendo pagos por carga ou por jornada, sem qualquer direito a benefícios sociais ou previdenciários.

Além disso, a modernização da produção agrícola e a reestruturação produtiva têm impactado significativamente as condições de trabalho. Com o avanço da mecanização e a introdução de novas tecnologias, algumas funções manuais estão sendo substituídas, aumentando a competitividade e reduzindo ainda mais as oportunidades de emprego. Esse processo contribui para uma maior instabilidade da mão de obra e reforça a necessidade da migração constante em busca de novas oportunidades.

A mobilidade do trabalhador da melancia traz consequências tanto individuais quanto coletivas. No plano pessoal, a instabilidade financeira, a insegurança no trabalho e o distanciamento da família geram efeitos profundos na qualidade de vida desses trabalhadores. Muitos acabam presos em um ciclo de trabalho sazonal, sem perspectivas de ascensão profissional ou melhoria das condições de vida.

Para as regiões produtoras, a presença temporária desses trabalhadores reforça a dependência econômica de uma única atividade agrícola. O município de Uruana, por exemplo, tem na melancia sua principal fonte de movimentação econômica, o que gera um desenvolvimento atrelado à continuidade dessa cultura. Caso a produção diminua ou se desloque para outras regiões, como já ocorre com a soja e a cana, a economia local poderá enfrentar um processo de declínio, afetando tanto trabalhadores quanto pequenos comerciantes que dependem do ciclo produtivo da melancia.

A mobilidade territorial do trabalho na produção de melancia é um fenômeno complexo, que reflete a precarização das relações de trabalho no setor agrícola. Como destacado por Thomaz Júnior (2002), a resistência da classe trabalhadora frente às condições impostas pelo capital ocorre de maneira difusa, muitas vezes invisibilizada pela mídia e pelas estruturas políticas dominantes. A ausência de organização sindical e de políticas públicas de proteção aos trabalhadores migrantes agrava ainda mais esse cenário, perpetuando a exploração e a falta de garantias trabalhistas.

Para mitigar os efeitos negativos dessa mobilidade, é fundamental a implementação de políticas que promovam maior estabilidade e segurança para os trabalhadores rurais. Alternativas como programas de qualificação profissional, incentivos à diversificação econômica nas regiões produtoras e maior fiscalização das condições de trabalho podem contribuir para reduzir a vulnerabilidade desses trabalhadores. Dessa forma, é possível buscar um equilíbrio entre a necessidade de mobilidade e a garantia de condições dignas para aqueles que sustentam a produção agrícola no Brasil.

A mobilidade territorial dos trabalhadores da melancia está diretamente relacionada às dinâmicas de precarização do trabalho no meio rural e às transformações do setor agrícola. Em Uruana, essa mobilidade se manifesta tanto internamente, com deslocamentos entre lavouras locais, quanto externamente, com trabalhadores migrando para outras regiões na tentativa de garantir uma renda mais estável ao longo do ano. Esse fenômeno reflete um padrão de desterritorialização do trabalhador rural, impulsionado pelas condições do mercado e pela reorganização da produção agrícola.

A escolha pelo trabalho na melancia não ocorre apenas por preferência, mas principalmente por necessidade. Como relatado por Oziel (2025), o atrativo da

remuneração por carga faz com que muitos trabalhadores permaneçam na atividade, mesmo diante das condições adversas. Contudo, a sazonalidade da produção obriga esses trabalhadores a se deslocarem constantemente, seja dentro do próprio município ou para outros estados, como São Paulo, Tocantins e Bahia.

Welton (2025) reforça essa perspectiva ao apontar que o custo do arrendamento da terra e a introdução de culturas mais lucrativas, como soja e cana, têm levado a uma redução das áreas plantadas com melancia (Welton, 43 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025). Isso faz com que muitos trabalhadores fiquem sem opções locais e precisem buscar oportunidades em outras regiões, um movimento que, segundo Altamiro (2025), gera uma constante incerteza quanto ao futuro do trabalho na melancia (Altamiro, 48 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

A migração sazonal dos trabalhadores traz uma série de consequências tanto para os próprios indivíduos quanto para as comunidades envolvidas. No nível pessoal, o afastamento da família, a instabilidade econômica e a falta de infraestrutura nos locais de destino são desafios constantes. Como evidenciado por Celio (2025), muitos trabalhadores que viajam para colher melancia em outras regiões enfrentam condições precárias de alojamento, alimentação insuficiente e a ausência de qualquer suporte formal para a realização do trabalho (Célio, 45 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Para Uruana, essa mobilidade reforça a dependência da cidade em relação à produção de melancia. A economia local gira em torno dessa cultura, e qualquer redução na produção impacta diretamente os trabalhadores, os pequenos comerciantes e a arrecadação municipal. A migração, portanto, não é apenas um reflexo das condições do trabalho rural, mas um indicador da fragilidade econômica de um município que não diversificou sua base produtiva.

A modernização da produção agrícola, embora necessária para aumentar a competitividade, tem sido um fator agravante da precarização do trabalho. Como destacado por Perpetua, Heck e Thomaz Júnior (2018), as relações de poder moldam os territórios e determinam quais grupos sociais têm maior controle sobre os processos produtivos. No caso da melancia, a mecanização progressiva e a adoção de novas tecnologias reduzem a necessidade de mão de obra, tornando a mobilidade uma estratégia de sobrevivência para os trabalhadores que não encontram mais oportunidades em suas regiões de origem.

Além disso, a falta de políticas públicas voltadas para a proteção desses trabalhadores migrantes intensifica a vulnerabilidade desse grupo. Sem sindicatos fortes ou mecanismos institucionais que regulem as condições de trabalho, a mobilidade se dá de forma desordenada e em condições cada vez mais precarizadas.

A mobilidade dos trabalhadores da melancia não pode ser analisada apenas como um fenômeno isolado, mas sim como parte de um processo maior de reorganização produtiva e reestruturação do trabalho rural. A dependência do setor agrícola e a falta de alternativas para esses trabalhadores fazem com que a migração seja uma realidade inevitável, mas carregada de desafios e incertezas.

4.3 CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES NA PRODUÇÃO DE MELANCIA

A partir das entrevistas realizadas com trabalhadores da melancia em Uruana-GO, é possível traçar um panorama detalhado sobre suas condições de vida e trabalho, bem como entender as relações sociais que estruturam o ambiente produtivo da região. Essas narrativas são essenciais para compreendermos as dificuldades cotidianas e os desafios permanentes enfrentados por esses trabalhadores.

No que diz respeito à moradia e estrutura de vida, uma grande parcela dos trabalhadores reside em Uruana e realiza deslocamentos diários até as lavouras. Entretanto, muitos trabalhadores precisam migrar temporariamente para outros estados durante períodos de entressafra, como relata Altamiro: “Fica desconfortável. Mas a questão do ganho é melhor. Ganho é melhor, porque traz o dinheiro reunido” (Altamiro, 48 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Essa situação é reforçada por Thiago (2025) ao mencionar as condições precárias enfrentadas fora de casa:

A gente ganha bem, mas quando a gente viaja, por exemplo, a gente fica só numa casa, e lá só tem colchão, só o colchão e o... só, pra você. E a alimentação que eles te oferecem, né. Mas o conforto é zero (Thiago, 31 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Esses relatos ilustram uma situação preocupante de precariedade, como descrito por Antunes e Alves (2004, p. 348), onde o trabalhador rural experimenta uma perda quase total da dimensão de humanidade devido à precarização das condições materiais e sociais.

Figura 16 - Retorno dos Trabalhadores Após a Colheita



Fonte: Reis, D. R. (2023)

Na figura 16, é possível observar os trabalhadores já acomodados sobre a carga de melancias, prontos para deixar a lavoura. Esse transporte improvisado, comum na produção de melancia, revela a precarização das condições de trabalho e a falta de estrutura adequada para garantir a segurança dos trabalhadores. Essa realidade evidencia as contradições do agronegócio: ao mesmo tempo que movimenta a economia local e regional, muitas vezes negligencia as condições de trabalho daqueles que estão na base da produção.

A precariedade enfrentada pelos trabalhadores da melancia em Uruana é evidenciada não somente nas condições de trabalho no campo, mas também no transporte utilizado por esses trabalhadores diariamente. Como observado na imagem acima, é comum que os trabalhadores façam o trajeto de volta das lavouras sobre as próprias cargas dos caminhões carregados com melancia, sem qualquer segurança ou proteção adequada. Essa prática coloca em risco a integridade física e até a vida desses trabalhadores, já que eles permanecem expostos a acidentes em trajetos frequentemente longos e inseguros. A falta de alternativas seguras oferecidas pelos empregadores obriga os trabalhadores a se submeterem a situações arriscadas, refletindo uma realidade marcada pela negligência das normas básicas de segurança do trabalho e pela desvalorização da integridade física dos trabalhadores rurais da região.

Nos dias chuvosos, a logística do escoamento da produção de melancia se torna ainda mais desafiadora. Como mostra a figura 17, quando um caminhão atola devido ao excesso de lama, é necessário realizar a transferência da carga para aliviar o peso e permitir que o trator possa auxiliar na retirada do veículo. Esse processo, além de exigir esforço físico extra dos trabalhadores, aumenta o risco de perdas, já que algumas melancias podem ser danificadas durante a movimentação.

Figura 17 - Desafios do Escoamento da Produção em Dias Chuvosos



Fonte: Reis, D. R. (2023)

A imagem evidencia a realidade do trabalho no campo, onde as condições climáticas impactam diretamente na rotina e na produtividade. O solo encharcado dificulta a locomoção dos veículos pesados, tornando indispensável o uso de máquinas agrícolas, como o trator, para garantir que a mercadoria chegue ao seu destino. Esse tipo de imprevisto demonstra o quão vulneráveis os trabalhadores e produtores estão diante das variações climáticas e da falta de infraestrutura adequada nas áreas de produção.

A precarização, segundo Thomaz Junior (2011, p. 2), não se limita ao local de trabalho, mas se estende a todas as esferas da vida do trabalhador, incluindo o transporte, aumentando riscos e insegurança.

Figura 18 - Trabalhadores em atividade na lavoura



Fonte: Reis, D. R. (2023)

A imagem acima revela claramente as difíceis condições enfrentadas diariamente pelos trabalhadores da melancia em Uruana-GO. O carregamento das melancias é realizado de maneira totalmente manual, exigindo dos trabalhadores grande esforço físico, o que frequentemente leva a problemas graves de saúde, como dores crônicas na coluna e articulações. Além disso, o trabalho ocorre sem equipamentos adequados de segurança, o que amplia os riscos de acidentes durante o processo produtivo.

Essas condições, que evidenciam uma profunda precarização do trabalho, são intensificadas pela ausência de representatividade sindical ou qualquer tipo de organização coletiva que defenda os direitos básicos dos trabalhadores. Durante as entrevistas, ficou evidente que os trabalhadores sentem diretamente a falta dessa representação, como relatado por Altamiro:

“Se tivesse talvez seria bom até para defender para vocês a questão do salário, da diária mesmo, por caminhão” (Altamiro, 48 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

A experiência dos trabalhadores mais antigos na lavoura da melancia em Uruana é marcada por uma trajetória de altos e baixos. Muitos começaram na atividade desde muito jovens e passaram por diferentes funções ao longo dos anos. O trabalho, embora pesado, é visto como uma oportunidade de ganhos melhores em um curto período de tempo. Como relata Altamiro (2025):

Eu comecei na melancia já tem muitos anos, desde quando eu tinha uns 14 anos. Sempre mexi com isso. Mas já trabalhei em outros lugares também. Trabalhei na construção, fui ajudante, fiz de tudo um pouco. Mas aqui na melancia é onde eu conheço todo mundo e já sei como funciona" (Altamiro, 48 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Esse relato evidencia como a lavoura da melancia tem sido, ao longo dos anos, um dos principais meios de sustento para diversas famílias da região. No entanto, mesmo com a experiência adquirida, os trabalhadores não conseguem garantir estabilidade, pois o trabalho depende da safra e da disponibilidade de serviço.

Dentro da lavoura, existe uma hierarquia bem definida, e o cargueiro tem um papel fundamental na organização das equipes. Ele é o responsável por reunir os trabalhadores, negociar os valores e garantir que o serviço seja feito dentro do prazo estabelecido pelos patrões.

Welton (2025) que atua como cargueiro descreve como essa organização funciona:

Eu sou cargueiro. minha função é organizar os trabalhadores e garantir que o caminhão seja carregado rápido e do jeito certo. eu escolho a equipe, vejo quem é bom de serviço, porque se não for rápido, o patrão reclama. o valor do frete a gente negocia antes, mas tem vezes que o patrão quer pagar menos, e aí a gente tem que brigar pelo preço (Welton, 43 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Essa estrutura reforça como os trabalhadores dependem dos cargueiros para garantir seu sustento. No entanto, mesmo dentro dessa organização, não há garantias de pagamento justo, e os valores muitas vezes são reduzidos conforme a demanda e a pressão dos patrões.

Um dos aspectos mais preocupantes das condições de trabalho na lavoura da melancia é o transporte dos trabalhadores. Muitos precisam percorrer longas distâncias em condições precárias, frequentemente viajando em cima das cargas dos caminhões, sem nenhum tipo de segurança.

Como relatado por Thiago (2025):

Já aconteceu de a gente ter que ir embora em cima do caminhão, sem cinto, sem nada. Se der uma freada brusca, a gente cai mesmo. Mas não tem outra opção. Ou vai assim ou fica lá esperando alguém dar carona (Tiago, 31 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Essa situação demonstra como a negligência dos contratantes coloca a vida dos trabalhadores em risco diariamente. O transporte irregular e a falta de qualquer tipo de segurança são problemas recorrentes que permanecem sem solução.

A rotina na lavoura é exaustiva, e muitas vezes os trabalhadores não têm tempo ou condições adequadas para se alimentar durante o dia. As pausas são raras, e a alimentação depende do que cada um consegue levar de casa.

Como aponta Altamiro (2025): A gente almoça quando dá. Tem dia que o serviço aperta e a gente só come depois que termina tudo. Se não levar comida, tem que comprar por lá, mas nem sempre tem onde comprar" (Altamiro, 48 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

A alimentação inadequada e a falta de pausas adequadas para descanso são mais um reflexo da precarização do trabalho na lavoura da melancia. Os

trabalhadores são constantemente pressionados a acelerar o ritmo de produção, o que compromete sua saúde e bem-estar.

Uma das maiores reclamações dos trabalhadores da melancia é a ausência de um sindicato que possa lutar por melhores condições de trabalho. Sem uma representação formal, eles ficam vulneráveis às variações de preço e às decisões dos patrões.

Como ressalta Welton (2025):

Se tivesse um sindicato, talvez seria melhor pra gente. Porque do jeito que é hoje, cada um negocia seu preço, e tem patrão que paga muito pouco. Com sindicato, pelo menos teria um valor fixo, uma diária certa (Welton, 43 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Essa ausência de organização sindical deixa os trabalhadores expostos à arbitrariedade dos empregadores e intermediários, limitando a possibilidade de negociação por melhores condições de trabalho, remuneração mais justa e maior segurança nas atividades desempenhadas.

Essa condição, típica da informalidade, dificulta a estabilidade financeira e a organização da vida dos trabalhadores. Oziel (2025) ainda acrescenta:

O pagamento da melancia sempre foi a vista. Você já terminou o caminhão? Você já recebeu o caminhão, você tem que receber. Só que ultimamente surgem uns caras com umas regra de pagar dois em dois dias, três em três dias (Oziel, 34 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Antunes e Alves (2004, p. 335) destacam que essa intensificação da exploração ocorre frequentemente por meio do aumento da precariedade das condições de trabalho.

A alimentação no trabalho também representa um problema significativo. Thiago (2025) relata: “É só quando dá um intervalo, você acaba um caminhão, você vai começar outro, ou o dia que o serviço tá mais devagar, aí você acaba um caminhão, se você não tiver levado alguma coisa você compra, se não...” (Thiago, 31 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Oziel (2025) reforça esse ponto, ressaltando a vulnerabilidade diante dos empregadores: “Na verdade, de certa forma, então você sente que os patrões mesmo que fazem o salário e pagam quando querem” (Oziel, 34 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Thomaz Junior (2011, p. 2) lembra que essas condições são fruto das profundas transformações promovidas pela reestruturação produtiva, resultando em formas de trabalho extremamente precarizadas.

Além disso, as condições de saúde e segurança na lavoura de melancia são precárias, expondo os trabalhadores a riscos elevados devido ao uso intensivo de agrotóxicos e à falta de equipamentos adequados. Conforme Perpetua (2022, p. 10), mesmo fora de contextos urbanos, a saúde dos trabalhadores está constantemente ameaçada por fatores associados à precarização do trabalho.

As entrevistas realizadas com os trabalhadores da melancia deixam clara a urgência de políticas públicas eficazes que garantam proteção, direitos trabalhistas e melhores condições de vida para os trabalhadores da melancia em Uruana-GO. Isso reforça o entendimento de que tais condições são resultados diretos da forma como o capital organiza o trabalho rural, mantendo um nível reduzido de proteção jurídica, como legado histórico brasileiro que ainda influencia profundamente a estrutura produtiva agrícola atual (Cavalcanti, 2019, p. 182).

Ao realizar as entrevistas com os trabalhadores da melancia em Uruana, pude constatar que, apesar do ganho financeiro ser atrativo por reunir dinheiro rapidamente, as condições enfrentadas são extremamente precárias. Como destacou Altamiro (2025), "fica desconfortável. Mas a questão do ganho é melhor porque traz o dinheiro reunido". Thiago (2025) reforçou essa ideia, mencionando que, apesar do bom pagamento, "quando viajamos, ficamos numa casa só com colchão e sem conforto algum".

Em relação à remuneração, embora o valor pago seja considerável, há instabilidade e informalidade nas formas de pagamento. Thiago (2025) menciona que recebe R\$ 250 por carga, podendo realizar várias cargas em um dia. Contudo, Oziel (2025) ressalta que o pagamento às vezes é feito com atraso ou conforme regras arbitrárias impostas pelos patrões.

A alimentação durante o expediente também é um desafio. Thiago (2025) aponta que as refeições acontecem apenas em breves intervalos entre um carregamento e outro, frequentemente improvisadas ou compradas no local de trabalho. Oziel (2025) complementa, destacando a importância da mochila para levar itens básicos, dada a incerteza dos horários.

Outro ponto crítico é a falta de representação sindical, fator apontado por Celio (2025) como crucial para melhorar as condições de trabalho e garantir direitos

mínimos. Segundo Oziel (2025), a ausência de sindicatos permite que os patrões definam pagamentos e condições sem qualquer negociação ou diálogo.

Quanto às funções desempenhadas, existe uma divisão clara e hierarquizada. Welton (2025) explica que cada cargueiro organiza sua equipe, semelhante ao sistema de "gatos" na colheita de cana, conforme mencionado por Altamiro (2025).

A saúde dos trabalhadores também é negligenciada. Celio (2025) comenta que acidentes não são reconhecidos formalmente e que dores constantes na coluna são vistas como "parte do trabalho". Altamiro (2025) ressalta que após cerca de 20 anos nesta atividade, trabalhadores frequentemente enfrentam problemas crônicos na coluna e nos joelhos, refletindo a falta de políticas eficazes de saúde ocupacional.

A rotina diária desses trabalhadores é desgastante e desumana, conforme relatado por Welton (2025), que menciona dias inteiros sem alimentação adequada e alojamentos desconfortáveis com "colchões no chão e várias pessoas no mesmo espaço".

Finalmente, os entrevistados apontam perspectivas incertas para o futuro dessa atividade em Uruana. Welton (2025) e Oziel(2025) mencionam que o avanço das culturas de soja e cana, somado à saturação do solo e ao encarecimento do arrendamento das terras, pode levar à extinção ou redução significativa da produção de melancia na região.

Esses relatos, associados às imagens, reforçam a necessidade urgente de criação e fortalecimento de sindicatos ou associações locais para garantir condições dignas, segurança no transporte e alojamentos adequados, além de saúde ocupacional protegida por políticas públicas eficazes. Somente assim será possível enfrentar e reduzir a precarização alarmante vivida por esses trabalhadores.

Ao entrevistar trabalhadores da melancia de Uruana, busquei entender como seria o futuro caso a produção de melancia realmente acabasse, uma hipótese que defendo em minha tese. Embora a atividade seja precária e sem garantias trabalhistas, a economia local depende fortemente dela.

No entanto, a perspectiva sobre o fim da produção da melancia em Uruana é bastante dividida. Altamiro (2025) acredita que apesar das dificuldades e da concorrência com culturas como soja e cana, a melancia não vai acabar completamente, embora reconheça que "a idade vai chegando e temos que pensar em outras alternativas". Por outro lado, Welton (2025) observa que há uma diminuição progressiva na produção devido ao encarecimento do arrendamento das

terras e à saturação do solo, resultando em uma migração gradativa dos produtores para outras culturas ou outras regiões menos saturadas.

Outro ponto importante é destacado por Welton (2025), que aponta a redução crescente das áreas plantadas devido à expansão da cana-de-açúcar e soja, que oferecem mais estudos e investimentos tecnológicos, ao contrário da melancia. Essa concorrência vem encarecendo as terras e esgotando recursos hídricos locais, dificultando ainda mais a manutenção da produção tradicional.

A figura 19, retrata a fase crucial da preparação da terra para o plantio da melancia. O solo, devidamente arado e sulcado, evidencia a importância dessa etapa para garantir uma colheita produtiva. O uso do trator facilita esse processo, tornando-o mais eficiente e garantindo que a terra esteja arada e pronta para receber as sementes.

Figura 19 - Preparação do Solo: O Início do Ciclo Produtivo da Melancia



Fonte: Reis, D. R. (2023)

A preparação do solo é essencial para o desenvolvimento das plantas, pois influencia diretamente a absorção de nutrientes e a retenção de umidade. No entanto, apesar da mecanização, o trabalho manual ainda é fundamental, como demonstrado pela presença de trabalhadores no campo. Eles auxiliam na adequação dos canteiros e na organização do terreno, garantindo que tudo esteja pronto para o cultivo.

Caso a melancia realmente venha a desaparecer, os trabalhadores enfrentarão graves desafios socioeconômicos. Alguns entrevistados mencionaram que já possuem habilidades em outras áreas, como tapeçaria, mas destacaram que as opções são limitadas. Muitos trabalhadores, segundo Oziel (2025), não têm alternativas claras, já que Uruana não oferece muitas oportunidades fora da agricultura. "Se acabar a melancia, muitos vão ficar sem saber o que fazer", relatou Welton (2025).

A trajetória dos trabalhadores da melancia em Uruana é marcada por histórias de idas e vindas, tentativas em outras ocupações e retornos ao campo. A busca por melhores oportunidades leva muitos a experimentarem diferentes áreas, mas, frequentemente, a melancia se mostra como um caminho viável de sustento. Isso se deve, em parte, à experiência adquirida ao longo dos anos, à flexibilidade da atividade e ao retorno financeiro relativamente rápido em comparação a outros tipos de trabalho. O relato de Oziel (2025) ilustra bem esse percurso, evidenciando como a vivência na lavoura de melancia se mescla a outras experiências profissionais ao longo do tempo:

Eu, no meu caso em particular, eu sou muito autônomo na melancia, porque eu comecei, primeira vez que eu comecei a trabalhar na melancia, deve ter uns 12 anos, entendeu? No mínimo, 12 a 14 anos. Só que como eu trabalhei com isso, eu me mudei para fora, trabalhei entorno de Brasília um tempo com tapeçaria também, você entendeu? Voltei para cá, trabalhei aqui com tapeçaria, fiquei uns 4 anos na época, trabalhei mais um tempo na loja de moveis, mas eu acredito que, eu acredito que tem uns 22 anos aí, 22 anos. Eu tinha 22, então pode ser uns 12, 13 anos que eu trabalho. (Oziel, 34 anos, Entrevista realizada em Uruana-GO em janeiro de 2025).

Esse relato reforça um padrão comum entre os trabalhadores da melancia, que, muitas vezes, transitam entre diferentes ocupações ao longo da vida, mas acabam retornando à atividade agrícola. A migração para outros centros urbanos em busca de novas oportunidades é uma realidade, mas o conhecimento acumulado no trabalho rural e a demanda sazonal por mão de obra fazem com que muitos optem

pelo retorno ao setor. O caráter autônomo do trabalho na melancia, com possibilidades de ganhos superiores em determinados períodos, contribui para essa escolha, mostrando como a lavoura se mantém como um pilar econômico e social para muitos trabalhadores de Uruana

A Figura 20 retrata a vastidão das lavouras de melancia em Uruana, evidenciando a organização do plantio e a estrutura da produção agrícola na região. As estradas vermelhas que cortam os campos mostram a intensa circulação de caminhões e máquinas, fundamentais para o transporte da colheita e a logística do escoamento da produção. Essa imagem reflete o efeito do agronegócio na paisagem, onde a mecanização e a extensão das plantações revelam a transformação da agricultura local.

Figura 20 - Lavoura de Melancia e a Logística da Produção



Fonte: Prefeitura de Uruana (2018)

Apesar da grandiosidade da produção, é importante lembrar que por trás dessa estrutura estão os trabalhadores rurais, que garantem a colheita em condições muitas vezes precárias. A imagem sugere uma aparente eficiência produtiva, mas pouco revela sobre os desafios enfrentados no dia a dia das lavouras, como a ausência de direitos trabalhistas, a remuneração instável e a falta de segurança no trabalho. Esse contraste entre a produtividade e a realidade dos trabalhadores reflete a dinâmica desigual do agronegócio, onde a valorização da terra e da produção muitas vezes não se traduz em melhorias para quem realmente põe a mão na terra.

Esses relatos dos trabalhadores da melancia de Uruana reforçam minha tese central de que o eventual fim da melancia em Uruana representaria não apenas a perda de uma cultura agrícola tradicional, mas também um profundo desafio socioeconômico para a cidade, colocando em risco a sobrevivência econômica de centenas de famílias. Portanto, fica evidente a urgência de políticas públicas que promovam diversificação econômica, capacitação profissional, e criação de representações sindicais fortes para defender melhores condições e garantir direitos mínimos aos trabalhadores rurais locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os desafios socioeconômicos enfrentados pelos trabalhadores da melancia em Uruana-GO, em um contexto marcado pela expansão do agronegócio sucroenergético e pelas transformações territoriais e laborais que impactam diretamente essa atividade. Partimos da premissa de que a produção de melancia, ao longo das décadas, foi responsável por estruturar a economia local, empregando milhares de trabalhadores e garantindo uma identidade produtiva ao município. No entanto, os processos recentes de modernização da agricultura e a intensificação da cana-de-açúcar vêm redesenhando esse cenário, levando à precarização do trabalho e ao deslocamento forçado da mão de obra.

Ao longo da pesquisa, constatamos que a melancia não é apenas um produto agrícola em Uruana, mas um elemento estruturante da organização do território e das relações de trabalho. A cidade, historicamente conhecida como a "Capital da Melancia", construiu sua identidade econômica e social em torno dessa cultura, e a sua possível redução ou desaparecimento traz consigo incertezas sobre o futuro dos trabalhadores que dependem desse cultivo para sua sobrevivência. Como demonstrado, a diminuição da área plantada e da produção tem levado muitos trabalhadores a buscar outras atividades, muitas vezes em condições mais precárias, ou mesmo a migrar para outras regiões em busca de novas oportunidades.

A análise das entrevistas realizadas com os trabalhadores da melancia e as fotos revelaram um quadro de instabilidade e insegurança no setor. A ausência de políticas públicas eficazes voltadas para a valorização da cultura da melancia e para a proteção da mão de obra rural escancara a vulnerabilidade desse segmento. Muitos trabalhadores, que dedicaram suas vidas ao cultivo da fruta, relatam dificuldades crescentes para se manterem na atividade, seja pelos baixos preços pagos pelo fruto, pela concorrência com grandes produtores ou pelas condições de trabalho cada vez mais extenuantes. A superexploração da força de trabalho, a sazonalidade do emprego e a falta de garantias trabalhistas são aspectos recorrentes nos relatos, evidenciando um cenário de precarização e incerteza.

A expansão da cana-de-açúcar na microrregião de Ceres se apresenta como um fenômeno que intensifica esses desafios. A territorialização do agronegócio

sucroenergético tem levado à substituição da melancia por uma cultura que demanda menor quantidade de trabalhadores, promovendo um processo de exclusão socioeconômica para aqueles que dependiam da produção da fruta. Além disso, a concentração fundiária e a padronização da produção agrícola reduzem as alternativas econômicas para os pequenos produtores e trabalhadores rurais, ampliando as desigualdades e os processos de marginalização.

Diante desse cenário, a pergunta central que norteou esta tese – "E se a melancia acabar?" – se mostra mais do que pertinente. A resposta, embora complexa, aponta para um horizonte de desafios, mas também de possibilidades. O fim da hegemonia da melancia em Uruana não significa necessariamente o fim da produção agrícola na região, mas exige estratégias de adaptação e diversificação que garantam a sustentabilidade econômica e social do município. É fundamental que o poder público e os agentes produtivos atuem na construção de alternativas que possibilitem a permanência dos trabalhadores no campo, seja por meio de incentivos à produção da melancia, seja pela introdução de novas culturas que possam substituir essa atividade sem comprometer a empregabilidade da população local.

Além disso, a valorização da mão de obra do trabalhador rural e a melhoria das condições de trabalho devem ser pautas prioritárias. A regulamentação das relações laborais, a garantia de direitos básicos e o combate à exploração no setor são medidas essenciais para assegurar que os trabalhadores da melancia não sejam simplesmente descartados diante das mudanças produtivas. A criação de cooperativas, a organização dos trabalhadores e a implementação de políticas de desenvolvimento territorial voltadas para a agricultura familiar podem ser caminhos viáveis para mitigar os efeitos da transformação do setor.

Por fim, esta pesquisa reforça a importância de ouvir e registrar as vozes dos trabalhadores da melancia, cujas narrativas muitas vezes ficam à margem dos debates sobre desenvolvimento e modernização agrícola. Suas histórias, percepções e experiências são fundamentais para compreender os desafios e as contradições que permeiam a produção agrícola em Uruana e, por extensão, em diversas regiões do Brasil. A valorização desses relatos não apenas contribui para a construção de uma análise mais justa e humana sobre o trabalho no campo, mas também aponta caminhos para a formulação de políticas públicas mais alinhadas

com as necessidades reais daqueles que sustentam a base da produção agrícola nacional.

A relevância social desta pesquisa reside no fato de que ela dá visibilidade a uma categoria de trabalhadores frequentemente esquecida nos debates sobre trabalho rural e agronegócio. Ao documentar as condições de trabalho, as transformações na produção e os desafios enfrentados pelos trabalhadores da melancia em Uruana, o estudo contribui para a valorização de suas histórias e experiências, além de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas para esse setor.

O retorno esperado com essa pesquisa é múltiplo. No âmbito acadêmico, espera-se contribuir para os estudos sobre trabalho rural, reestruturação produtiva e efeitos sociais do agronegócio da melancia. No plano social, o estudo busca fomentar debates sobre a precarização do trabalho agrícola e estimular a criação de mecanismos de proteção para os trabalhadores da melancia. Além disso, espera-se que o conhecimento gerado possa ser utilizado por associações e lideranças locais na busca por melhorias concretas, seja por meio da organização coletiva dos trabalhadores, seja por meio de políticas públicas mais eficazes.

Mais do que um documento, esta pesquisa se propõe a ser um instrumento de diálogo entre os trabalhadores, a comunidade acadêmica e os gestores públicos, contribuindo para que a realidade dos trabalhadores da melancia seja compreendida e valorizada. Em suma o conhecimento aqui sistematizado pode auxiliar na formulação de ações que garantam não apenas a continuidade da produção de melancia em Uruana, mas, principalmente, a dignidade e os direitos dos trabalhadores que fazem dessa cultura uma das mais relevantes da região.

Esta pesquisa em suma evidenciou os desafios socioeconômicos enfrentados pelos trabalhadores da melancia em Uruana, especialmente diante da expansão do agronegócio sucroenergético, que reconfigurou as dinâmicas territoriais e laborais na região. Atualmente, a produção de melancia ainda resiste, mas os trabalhadores enfrentam condições precárias, baixa remuneração e a ameaça constante da migração sazonal. O debate contemporâneo sobre o tema exige políticas públicas que valorizem a agricultura familiar, garantam direitos trabalhistas e promovam a diversificação econômica, assegurando que a identidade e a economia de Uruana não se percam diante dos interesses do capital. A voz desses trabalhadores, historicamente silenciada, precisa ser central nas discussões sobre desenvolvimento

rural no município de Uruana, reforçando a necessidade de um modelo que harmonize progresso e justiça social.

O futuro da melancia em Uruana ainda é incerto, mas uma coisa é evidente: os trabalhadores da melancia, com sua resiliência e conhecimento acumulado ao longo dos anos, continuarão a desempenhar um papel essencial na economia e na identidade do município. Cabe à sociedade, ao Estado e aos próprios trabalhadores construir juntos alternativas que garantam não apenas a permanência da produção, mas, acima de tudo, a dignidade daqueles que dela dependem.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5] f.
- ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALVES, G. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Práxis, 2014.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 335-351, 2004.
- ARAÚJO, Severina Garcia. Relações e Condições de Trabalho no Universo Produtivo – Escravidão Contemporânea ou Acumulação por Espoliação? In: BOSCHETTI, Ivanete; BERING, Elaine Rossetti; MIOTO, Regina Célia Tamaso; SANTOS, Silvana Mara de Moraes (Orgs). **Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- ARRAIS, T. A. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Editora Vieira, 2004.
- ARRAIS, T. A. **A produção do território goiano**: economia, urbanização, metropolização. Goiânia: Editora UFG, 2016.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BERNARDELLI, M. L. F. da H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva-SP. In: SPOSETO, M. E. B.; WHITACKER, M. A. (org.) **Cidade e campo**: reflexões entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BEZERRA, L. M. C. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do Estado de Goiás. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, v. 2, n. 14, p. 29-49, 2004.
- BEZERRA, J. E. A Geografia do trabalho em movimento! In: JUNIOR, A. T.; Karina Furini PONTE, K. F. da; ALVES, J. (Org.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2016, v. 8, p. 11-36.
- BORGES, J. C. P. A expansão da Cana-de-Açúcar em Goiás: tendências territoriais e o descaminho dos Movimentos Sociais. In: CASTILHO, D. (Org.) **Espaço Plural**:

Caderno de Textos. 1ª ed. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2008. p. 55-58.

CALAÇA, M. A expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vitória (ES), 2014.

CARVALHO, J. T. de. **A territorialização do Agronegócio e os impactos da produção de melancia em Uruana-GO**. Goiânia: UFG, 2013 – trabalho de conclusão de curso em Geografia.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a formação de Ceres-GO-Brasil. **Élisée - Revista de Geografia**, v. 1, p. 117-139, 2012.

CALDAS, A. L. **Nas águas do texto**: Palavra, experiência e leitura em história oral. Porto Velho: Edufro, 2001.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. Apontamentos jurídico-trabalhistas relacionados ao meio rural: heranças coloniais e trabalho escravo contemporâneo. In: LIMA, M. C.; OLIVEIRA, E. M. (Org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional**: Brasil e China em perspectiva. Recife: FASA, 2019. p. 181-196.

CASTRO, J. A. D. O Estado e a apropriação do território de Goiás. In: GOMES, O., et al. **O espaço goiano**: abordagens geográficas. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004.

CHAVEIRO, E. F. A urbanização do sertão goiano e a criação de Goiânia. In: NETO, A. T.; GOMES, H. **O espaço goiano**: abordagens geográficas. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004.

CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: CASTILHO, D.; PELÁ, M. (Org.). **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia: Vieira, 2010. p.15-34.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO, Denis. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. In: **Revista Mirante**, vol. 2, n.1. Pires do Rio - GO: UEG, 2007.

COUTINHO, I; SILVA, M. D. T. dos S. **A Festa da Melancia**: Repercussões Econômico-Sociais desta Cultura em Uruana-GO (1978-1998). 48f. Monografia (Especialização em História). Departamento de Geografia, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga, Itapuranga, 1999.

CORRÊA, R. L. **Rede urbana**: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. *Cidades*, v. 1, n.1, p.65-78, 2004.

CORRÊA, R. L. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011.

DUTRA e SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu**: a expansão da fronteira agrícola no Brasil central. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017

DUTRA E SILVA, S.; BARBALHO, M. G. S.; FRANCO, J. L. A. **A expansão sucro 'alcooleira e a devastação ambiental nas matas de São Patrício, microrregião de Ceres, Goiás.** História, Histórias, v. 1, p. 230-247, 2013.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2ª. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

FERREIRA, L. C. G. **As paisagens regionais na microrregião de Ceres (GO):** das colônias agrícolas nacionais ao agronegócio sucroenergético. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília. Brasília. 2016. (296f).

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANÇA, M. de S. **Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900** – estudo da dinâmica da ocupação espacial. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. UFG: Goiânia, 1975.

FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.(orgs). **Usos & abusos de História Oral.** 8. Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

GOMES, H.; NETO, A. T. **Geografia:** Goiás-Tocantins. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico UFG, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964).** Goiânia: Editora UFG, 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2017.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasilense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Uruana/GO.** 2022. Disponível em <
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/uruana/panorama>>. Acesso em 14 fev 2025.

IZERROUGENE, Bouzid. A relação capital-trabalho na economia do conhecimento. **Revista de Economia Política.** v. 30, n. 4 (120), p. 687-705, out-dez, 2010

JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs). **Usos & abusos de História Oral.** 8. Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, L G; SILVA, G M da; FEITOZA, G do N. Mobilidade espacial do trabalho: redundantes do Sertão de Alagoas como parte da reprodução do capital. **Caderno de Geografia**, v. 28, n. 55, p. 1103-1121, 2018. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2018v28n55p1103.

LOURENÇO, E. A. de S. AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES NO BRASIL: ALGUNS NÓS CRÍTICOS. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2011. DOI: 10.33026/peg.v12i1.927. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/927>. Acesso em: 6 fev. 2025.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilo de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs). **Usos & abusos de História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

MACÊDO, M. de P. **Uruana e sua dinâmica espacial recente**. Goiânia: UFG, 2001 – dissertação de mestrado em Geografia.

MACIEL, D. P. **Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio cultural e econômico nacional**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: HENRIQUE, W.; LOPES, D. M. F. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 13-37.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro Primeiro, Tomo II. Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In ANTUNES, R. **A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano**. 2004. 457 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

MELO, Tiago da Silva. A ideologia por trás do termo agronegócio. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 84-113, mai./ago. 2018. Disponível em <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5708/4495>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. D. S. **História de Goiás (1722-1972)**. 7ª. ed. Goiânia: Editora da UCG, Editora Vieira, 2008.

PEREIRA, L. M. L. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. In.: História Oral. **Revista da Associação brasileira de História Oral**, São Paulo, nº 3, pp. 117/127, jun.2000.

PÉRET, R de C. A questão da Sustentabilidade da agricultura nos cerrados. In: SHIKI, Shigeo. & SILVA, José Graziano da. (Orgs) et al. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997, p. 353-371.

PERPETUA, G. Trabalho e saúde do trabalhador em tempos de pandemia no Brasil: notas críticas sobre o caos. **Saúde e Sociedade** (Online), v. 31, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/MxZDPpFTtTByNwMcsnZN8TG/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PERPETUA, G. M.; HECK, F. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Território, trabalho e saúde do trabalhador: uma aproximação necessária. **Boletim Goiano de Geografia (online)**, Goiânia, v. 38, n. 1, p. 27-48, jan./abr. 2018.

POCHMANN, M. Capitalismo e desenvolvimento. In: **Brasil sem industrialização: a herança renunciada** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 16-64.

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**. São Paulo, n.14, p. 25-39, fev. 1997.

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007

QUEIROZ, G. J. de F. **Modernização agrícola e transformações socioespaciais em Goiás: Desigualdades e concentração no desenvolvimento regional no período 1930 a 2007**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2010. (275) f.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS, Fernando Pereira dos; MIZIARA, Fausto. Formação e expansão da fronteira agrícola em Goiás: a construção de indicadores de modernização. In: Sandro Dutra e Silva. (Org.). **Fronteira Cerrado**: sociedade e natureza no oeste do Brasil. 1ed.Goiânia: PUCGO, 2013. p. 225-242

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M.. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013a.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013b.

SANTOS, M.. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SEAPA, Secretaria De Estado De Agricultura, Pecuária E Abastecimento. **Agro em Dados**: novembro 2022. Goiás: SEAPA, 2022. Disponível em: <https://goias.gov.br/agricultura/wp-content/uploads/sites/50/2022/11/NOVEMBRO-AGROEMDADOS-56f.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

THOMAZ JUNIOR, A. Por uma Geografia do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, São Paulo, v. 3, n. Especial, p. 04-17, ago. 2002.

THOMAZ JUNIOR., A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2011. DOI: 10.33026/peg.v3i1.797. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/797>. Acesso em: 2 jan. 2025.

THOMAZ JR., A. POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 3, 2011. DOI: 10.33026/peg.v3i0.786. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/786>. Acesso em: 6 jan. 2025.

WAIBEL, L. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, ano IX, p. 03-32, jul/set 1947.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES DA MELANCIA DE URUANA-GO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
UNIDADE ACADÊMICA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Doutorando: Diôgo Rodrigues da Silva

Orientador: Dr. Eguimar Felício Chaveiro

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES DA MELANCIA DE URUANA-GO

PESQUISA: ...E SE A MELANCIA ACABAR? DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS DOS TRABALHADORES DA MELANCIA EM URUANA-GO

Ficha técnica:

Tipo de entrevista: História Oral de vida

Pesquisador Responsável: Diôgo Rodrigues da Silva

Local: Uruana, Goiás

Quantidade de entrevistados: 08 trabalhadores

Questionário:

- Qual sua idade?
- Com que idade você começou a trabalhar?
- Qual sua escolaridade?
- Em que município e Estado você nasceu?
- Se não nasceu em Uruana, em que ano você veio para o município?
- Quando você começou a trabalhar no agronegócio da melancia?
- Qual sua função na produção de melancia?
- Trabalhou sempre nessa função? Se não em qual trabalhou antes?
- O que levou você a trabalhar na produção de melancia?

- Tem algum membro da sua família que também trabalha na produção de melancia?
- É fácil encontrar emprego na produção de melancia? Você fica empregado durante o ano todo?
- Você tem carteira assinada?
- Como é feita a contratação para trabalhar na produção de melancia?
- Quanto você recebe por mês?
- Por quem e onde é feito o pagamento?
- Quantas horas você trabalha por dia?
- Você pretende futuramente trabalhar em outra área?
- Você é filiado a alguma associação, sindicato ou cooperativa? Quais?
- Você recebe alguma ferramenta de trabalho? Se sim, esses são trocados em quanto tempo? Por quem?
- O que os trabalhadores costumam carregar nas mochilas?
- Você considera que ocorreu mudanças na produção de melancia nas últimas décadas? Quais? Como?
- Você acredita que a tecnologia está sendo bem utilizada na produção de melancia? Em que aspectos?
- Você já presenciou alguma situação de violação dos direitos trabalhistas na produção de melancia?
- Você já passou por alguma situação de risco na produção de melancia? Como foi?
- Qual é a maior dificuldade que você enfrenta na produção de melancia?
- Você tem alguma sugestão para melhorar as condições de trabalho na produção de melancia?
- Quais são suas expectativas para o futuro da produção de melancia na região?
- Quais são suas perspectivas para a aposentadoria? Você pretende continuar trabalhando na produção de melancia ou em outra área? Por quê?
- Você possui casa própria?
- Você cultiva plantas e hortaliças ou cria animais no seu quintal?
- Você tem filhos?
- Seus filhos estudam em escola pública ou particular?
- Você possui alguma doença relacionada ao trabalho na produção de melancia?

- Você se alimenta durante o trabalho? Se sim, como é o período de alimentação na lavoura/produção de melancia?
- O que você faz aos finais de semana? Me fale um pouco sobre a sua vida?
- Dando continuidade na pesquisa, indique duas pessoas para serem os próximos entrevistados? Qual é o motivo dessa indicação.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “...E SE A MELANCIA ACABAR? DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS DOS TRABALHADORES DA MELANCIA EM URUANA-GO.” Meu nome é **Diôgo Rodrigues da Silva**, sou o pesquisador responsável e discente de Doutorado em Geografia do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí, sob orientação do Professor **Dr. Eguimar Felício Chaveiro**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail (d1ogo.rodrigues@outlook.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): [REDACTED]. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – colegiado responsável por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas – da Universidade Federal de Jataí, pelo e-mail cep@ufj.edu.br pelo telefone [REDACTED].

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Título: ...E SE A MELANCIA ACABAR? DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS DOS TRABALHADORES DA MELANCIA EM URUANA-GO

Justificativa: A presente tese justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas socioespaciais e territoriais decorrentes do processo de expansão do agronegócio sucroenergético na microrregião de Ceres e da territorialização da cana-de-açúcar sobre as áreas antes ocupadas pela produção de melancia no município de Uruana – Goiás. A pesquisa justifica-se pela relevância em entender como esse processo de expansão impacta as condições de trabalho e reprodução da força de trabalho empregada no cultivo da melancia, além de compreender as dinâmicas migratórias dos trabalhadores do agronegócio da melancia do município de Uruana para outros Estados em decorrência da expansão do agronegócio sucroenergético. A pesquisa se justifica, ainda, pela importância de investigar o papel das intervenções realizadas em territórios do Cerrado, especialmente no contexto da expansão do agronegócio sucroenergético e da territorialização da cana-de-açúcar sobre as áreas antes ocupadas pela produção de melancia, na microrregião de Ceres e no município de Uruana. É importante compreender como essas intervenções têm impactado a dinâmica socioespacial e territorial da região, incluindo as relações de trabalho na produção de melancia e como a diminuição dessa produção tem afetado a vida das pessoas que dependem dessa atividade econômica para sobreviver. Espera-se, assim, contribuir para o debate sobre o desenvolvimento territorial, a precarização do

trabalho e a migração de trabalhadores no contexto do agronegócio no Estado de Goiás e no Brasil.

Objetivo: Compreender os efeitos socioeconômicos da perda da produção de melancia como principal fonte de renda dos trabalhadores em Uruana - Goiás, com ênfase nas dinâmicas territoriais e socioespaciais decorrentes da expansão do agronegócio sucroenergético na microrregião de Ceres.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista ao pesquisador, serão obtidos registros fotográficos, sonoros e/ou audiovisuais da conversa. A entrevista será gravada, sendo que haverá a divulgação do seu nome quando for de interesse do/a mesmo/a ou não houver objeção.

O risco relacionado com sua participação é o grau de desconforto, levando-se em conta que a realização da entrevista, fará com que você reviva fatos e momentos do passado que não necessariamente tenham sido agradáveis, ou, ainda que tenham gerado algum tipo de sofrimento, trauma ou sentimento semelhante. Riscos relacionados às perguntas sensíveis sobre condições de trabalho, direitos trabalhistas, riscos laborais, entre outros, que podem causar desconforto emocional. Riscos da divulgação das identidades e informações pessoais, considerando a possibilidade de exposição devido à natureza das questões abordadas, como salários e condições de trabalho. Riscos relacionados à coleta de voz e imagem, com a garantia de que as imagens e áudios serão coletados somente com o consentimento do participante, sendo armazenados de forma segura e sem divulgação não autorizada. Desconfortos durante as entrevistas, que serão realizadas em um ambiente controlado, garantindo a privacidade e segurança do participante.

Os benefícios relacionados com sua participação será a produção de material que trate dos efeitos socioeconômicos da perda da produção de melancia como principal fonte de renda dos trabalhadores em Uruana - Goiás.

A participação é voluntária, isto é, o participante pode decidir se quer ou não participar, bem como deixar de participar a qualquer momento da pesquisa. O entrevistado não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não autorizar sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Além disso, informamos que não haverá qualquer tipo de pagamento ou gratificação financeira pela participação na pesquisa.

Será assegurado o direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação na pesquisa, como transporte e eventuais custos com acompanhantes, quando for o caso. Essas despesas serão previamente acordadas com o participante e reembolsadas de acordo com as políticas de reembolso definidas pela pesquisa.

Em caso de danos causados pela participação na pesquisa, os participantes terão direito à assistência imediata, integral e gratuita, conforme a legislação vigente. Essa assistência será oferecida sem custos adicionais, incluindo acesso a serviços médicos e psicológicos, caso necessário.

O participante tem o direito de buscar indenização por danos decorrentes de sua participação na pesquisa, conforme estabelecido pela legislação pertinente. Esta informação foi colocada de forma clara e objetiva, garantindo que o participante compreenda seu direito legal.

Os resultados serão divulgados ao público participante, após a finalização do doutorado na tese, congressos e/ou publicações científicas mediante as correções necessárias.

Garantimos o sigilo e a privacidade, por meio de codificação dos participantes e dados, evitando qualquer identificação pessoal. Caso seja necessário identificar algum participante nos resultados, isso será feito apenas com sua autorização. Garantia de anonimato por meio de codificação dos participantes e dados, evitando qualquer identificação pessoal. Armazenamento seguro dos dados (voz, imagem e respostas) com acesso restrito. O participante poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

O pesquisador responsável por este estudo e sua equipe de pesquisa declaram: que cumprirão com todas as informações acima; que você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, incluindo indenização referente a possíveis danos sofridos em decorrência da pesquisa, conforme prevê a Resolução 466/2012 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); que toda informação será confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcido em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

As gravações serão feitas com gravador digital e/ou câmera, armazenadas em arquivo físico e digital, a ser depositado na Biblioteca Flor-do-Cerrado, localizada no Campus Jatobá Biblioteca Binômio da Costa Lima, localizada no Campus Riachuelo ambas da Universidade Federal de Jataí e também sob a responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos após o término da pesquisa conforme Resolução 466/12 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Depois deste período todos os arquivos oriundos da pesquisa serão destruídos, tendo seu material reciclado.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, ..., inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “...E SE A MELANCIA ACABAR? DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS DOS TRABALHADORES DA MELANCIA EM URUANA-GO”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador responsável **Diôgo Rodrigues da Silva** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

() Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

() Permito a minha identificação através do uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;

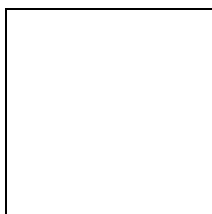
() Não permito a minha identificação através do uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;

Uruana-GO, ... de de

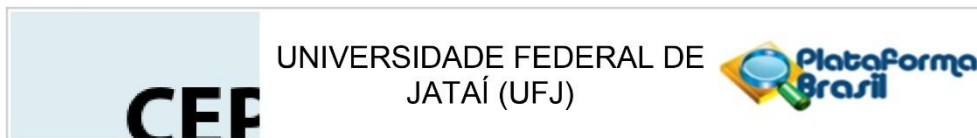
Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a)

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica



APÊNDICE C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



Continuação do Parecer: 7.278.552

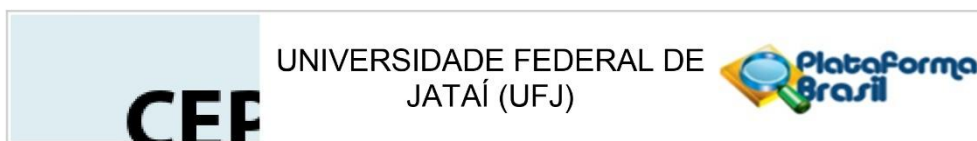
Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Jataí - CEP/UFJ considera o presente protocolo APROVADO, pois o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Substantiado e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFJ o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e as publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS nº 466/12 e/ou 510/16. O prazo para entrega é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, segundo o cronograma apresentado, e nesse caso, o Relatório Final está previsto para até 20/05/2025.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2150251.pdf	17/11/2024 23:50:39		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_versao_3.pdf	17/11/2024 23:50:08	DIOGO RODRIGUES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_versao_3.pdf	17/11/2024 23:49:45	DIOGO RODRIGUES DA SILVA	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	RESPOSTA_AS_PENDENCIAS_assinado.pdf	17/11/2024 23:48:48	DIOGO RODRIGUES DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_VERSAO_3.pdf	17/11/2024 22:22:21	DIOGO RODRIGUES DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_VERSAO_2.pdf	04/10/2024 05:52:53	DIOGO RODRIGUES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO_VERSAO_2.pdf	04/10/2024 05:50:06	DIOGO RODRIGUES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado_assinado.pdf	09/07/2024 08:54:40	DIOGO RODRIGUES DA SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista.pdf	08/07/2024 03:33:46	DIOGO RODRIGUES DA SILVA	Aceito

Endereço: BR 364, km 195, nº 3800 - Campus Cidade Universitária -Bloco 5, sala 25
Bairro: Jataí **CEP:** 75.801-615
UF: GO **Município:** JATAÍ
Telefone: (64)3606-8337 **E-mail:** cep@ufj.edu.br



Continuação do Parecer: 7.278.552

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JATAÍ, 09 de Dezembro de 2024

Assinado por:
LUIS ANTONIO SERRAO CONTIM
(Coordenador(a))

Endereço: BR 364, km 195, nº 3800 - Campus Cidade Universitária -Bloco 5, sala 25
Bairro: Jataí **CEP:** 75.801-615
UF: GO **Município:** JATAÍ
Telefone: (64)3606-8337 **E-mail:** cep@ufj.edu.br

ANEXOS

ANEXO 1 - JORNAL O POPULAR DE 29 DE NOVEMBRO DE 1942

O POPULAR

ANO V GOIÂNIA, — Domingo, 29 de Novembro de 1942. — NUMERO 414

Um avião da Vasp sobrevoou URUANA

(Conclusão da 1.ª Pag.)

veira, construtor; José Maia, representante; Davido Cesar de J. sua, funcionário público, Abrasim Manoel da Costa, fazendeiro, 77, rua de Moraes, fazendeiro, Dr. Burcio Viana, diretor Geral da Produção e Tráfego e o nosso representante, gentilmente convidados pelo Dr. Burcio Viana.

Dirigiu-se primeiramente a Anápolis, a fim de orientar-se pela única estrada de rodagem que leva à Colônia Agrícola, passou o "Cidade de Curitiba" sobre Jaraguá e São Francisco das Chagas.

Em Urutunga a surpresa foi geral. Centenas de foguetes espousaram, saudando o grande mensageiro do progresso em sua visita de cordialidade. A praça central, dominada pela igreja luterana branca vista das alturas, encheu-se de gente dando a impressão que toda popu-

no trabalho de cotejar a atividade dos municípios, verifica que o desenvolvimento de Goiás não se limita atualmente a Goiânia.

Aqui, existindo, onde ele já alcançou o seu mais alto grau, e que consistia através de todos os tempos, a capacidade construtiva do povo goiano, serve não somente de exemplo, mas também de um castelo e exuberante testemunho de uma versão de indolência de nossa gente.

E o Estado todo já se compensa dessa verdade, até nos seus pontos mais distantes, onde a natureza com suas riquezas inexoráveis alucina o indivíduo, e com suas matas virgens esmagam o morador-lhe sua pequena.

Pois nada empolga o homem de campo a não ser o desenvolvimento local e nesse caso-

centivo absolutamente necessário de elementos de projeção como Rício Viana e Antônio de Castro, este último prefeito de Jaraguá, e seu fundador José Alves Toledo.

Banhada pelo rio Urutunga, perto da Colônia Agrícola, servida pela única estrada de rodagem que desce para a Colônia, Urutunga apresenta-se com um futuro promissor que não será surpresa se dentro de um curto espaço de tempo ela ultrapassar um progresso variadas décadas centenárias goianas.

Já hoje é enorme o interesse que está despertando a suas terras. Demarcado e loteado o perímetro urbano, foi estabelecido um plano para venda de lotes, que como o de Goiânia, vem tendo aceitação geral.

Verdade são as pessoas de Goiânia que estão invertendo capital ali.

Destacam-se os sr. Benedito Zupelli, Francisco de Assis Moraes e Sarcino Mariani, que tratam de dotar a cidade de luz elétrica.

As indústrias vão também surgindo à medida que exigem as necessidades locais. Assim é que ali já se localizam 2 serrarias e outras olarias.

Distante de Jaraguá 10 leguas, servida por única estrada, Urutunga tem merecido do prefeito daquele município o seu melhor interesse, que na medida das possibilidades locais, tem auxiliado o seu desenvolvimento, criando escola, melhorando estradas, etc.

E não se pode omitir o concurso valioso e bem orientado do Dr. Rício Viana, ilustre engenheiro, e um dos grandes gênios do progresso de Urutunga, a cidade do futuro.

URUTUNGA - PLANO DE URBANIZAÇÃO DO NOVO LOTEAMENTO

EST. DE GOIÁS

ESC. 1:2000.

— MALTEZ —

lação local ali se aglomerava, num entusiasmo incoerente de saudades vicinárias.

Várias vezes o pequeno aparelho da Vasp parou sobre as pequenas ruas, muito bem trapalhadas, obedecendo, como se deprende da planta que publicamos nesta edição, um plano bem estudado de urbanização moderna.

A volta do avião foi feita por outra rota, proporcionando a todos a ótima ocasião de conhecer os povoados de Veropolis e Aracati.

Com uma hora e 45 minutos de voo, foi um passeio magnífico que deu ao espírito de todos, queramos crer, essa impressão forte que nos causou os conhecimentos das possibilidades goianas, principalmente hoje ao visitarmos a foz do progresso que vai por todo o Estado.

Porque, na verdade, quem se der

assim ele se debruça na sua simplicidade, como o homem de laboratório, trabalhando de sol a sol, observando tão somente pelos múltiplos problemas de seu pequeno círculo de ação.

E é o que está acontecendo em Urutunga, neste Estado.

Povoação situada no centro de uma das zonas mais ricas do Estado, ela se desenvolve vertiginosamente, graças não só ao esforço dinâmico de seus laboriosos habitantes, como também pelo in-

O melhor gazogenio goiano

Fabricado por — HERCULES CARPANEDA

Sua capacidade é de 3.500 quilos em estradas acidentadas

4.000 em estradas planas, atestando-o várias experiências neste

Município e no de Goiânia

ENTREGA-SE EM 15 DIAS A CONTAR DA ENCOMENDA

— PREÇOS MODICOS —

Avenida Xavier de Almeida — ANAPOLIS — GOIÁS

Vende-se

Um lote comercial, Av. Anhanguera esquina com Av. Paranaíba, a tratar na CASA REIS Avenida Anhanguera.

Radio Clube de Goiânia

Vai voltar ao ar, por estes dias, a nossa estação radiofônica ZYG-3. Depois de um longo período de interrupção, motivado por falta de válvulas, estamos informados que o seu retorno vai dar ao público ouvinte do Estado, o encargo de ouvir e conhecer os nossos artistas de valor.

Sol: orientação social do Prof. Venerando de Freitas, comercial do sr. Antonio Lúcia Machado e artística do sr. Fionista Neto, a Rádio Clube de Goiânia irá inaugurar, dentro de breves dias, o teatro pelo ar, programa hoje mundialmente apreciado, apresentando peças originais de Fionista Neto.

Com um "cast" já apertadíssimo sob o comando dos locutores

ESGOTOS SANITARIOS

MANILHAS E CONEXÕES

Fabricadas e vendidas a sal de acordo com as exigências dos CODIGOS SANITARIOS, só se encontram na

Cerâmica Tocantins

Avenida Pernambuco, 154 — (CAMPINAS)

Culca Postal, 46 — Fone, 1-288

— GOIÂNIA —

Fazenda no Município de Goiânia

VENDE-SE uma fazenda no Distrito de Hidrolândia, toda cercada de arvoredo, com mudeira de lei, contendo 330 alqueires, na maior parte cultura virgem e gramada. Tem uma casa nova, gralhe, de residência, outra menor, para despejo e um paiol de grande capacidade; um engenho de cana com os seus pertences, inclusive duas tachas de capacidade para 1.000 litros. Conta a fazenda com 5 currais de arvoredo, 2 invernadas grandes e dois pastos menores.

Informações com o proprietário: EMILIO AUGUSTO DE MELLO em HIDROLÂNDIA — Preço: Cr \$220.000,00.

FONE 1-1788

CAFFÉ "SAO JORGE"

Da torrefação ao consumidor

O proprietário da torrefação de "CAFFÉ SAO JORGE" tem o prazer de comunicar à sua distinta freguesia que, a partir do dia 23 do corrente (segunda-feira), venderá diretamente do moedor ao consumidor, pelo preço de cinco cruzeiros — cr\$ 5,00 — (5000) o quilo de café moído de primeira qualidade, fazendo entrega rápida à domicílio.

De hoje mesmo sua preferência ao afamado "CAFFÉ SAO JORGE".

RUA "60", EM FRENTE AO ARMAZEM PROGRESSO

GOIÂNIA, 20 DE NOVEMBRO DE 1942.

"Padaria 3 Estrelas"

Encontra-se nesta Capital, desde o dia 4 do corrente, o sr. Antonio Garcia, técnico construtor de fornos, residente em São Paulo.

O sr. Antonio Garcia veio a Goiânia especialmente para montar um forno na Padaria "Três Estrelas", de propriedade do sr. Nene Itacarambi, Goiânia, portanto, vai ser dotada agora de uma

ótima padaria que, além de possuir forno contínuo, tocado a eletricidade, será dirigida por padarias especialistas, vindo de São Paulo, especialmente contratados.

Em suas novas instalações, voltará a funcionar até o dia 3 de dezembro, podendo atender a toda a sua freguesia.

(381)

Ateneu Dom Bosco

SEÇÕES: GINÁSIO DOM BOSCO E INSTITUTO TÉCNICO DE ENSINO COMERCIAL

EXAMES DE ADMISSÃO EM DEZEMBRO — A Diretoria do Ateneu Dom Bosco avisa aos interessados que já se acham abertas as inscrições para exames de admissão no curso ginasial a se realizarem, imprerivelmente, no dia 11 de dezembro vindouro.

CURSO DE FÉRIAS — Torna público, também, que, a partir de janeiro, funcionará no referido estabelecimento um curso de férias destinado aos candidatos ao curso ginasial e ao curso propedêutico do Instituto Técnico de Ensino Comercial que desejarem prestar exames de admissão em fevereiro do ano INFORMACOES — Diariamente, no edifício do Ateneu Dom Bosco, Alameda dos Buritis, nesta Capital.

Companhia Industrial e Agrícola Meia Ponte

Fica convocada a Assembleia da fundação da "COMPANHIA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA MEIA PONTE", para reunir-se no dia 5 de dezembro de 1942, às 14 horas, no escritório, à rua 68 esquina da rua 75, para deliberar sobre o seguinte: aprovação do projeto de estatuto; eleição dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal e fixação dos requisitos estabelecidos no artigo n.º 33 do decreto-lei n.º 2.627 de 26 de setembro de 1940 e mais assuntos de interesse social.

Goiania, 20 de novembro de 1942.

Rodrigo Duque Estrada, fundador

Reconheço firma supra de Rodrigo Duque Estrada, Diretor da Companhia, 20 de novembro de 1942.

Eu testemunho (testa o sr. público) da verdade.

Jólio Teixeira Alvares Neto

1.º Tabelião

(381)

edição de hoje, encerrará o autor uma perfeita teoria de motivos, relevantes que fornecerão a base para um conceito da orientação traçada pelo dirigente Municipal no sentido de corresponder à confiança do Governo e, ao mesmo tempo, servir a esse povo que sabe que o Interventor Pedro Ludovico não 1-ria confiar ao Professor Venerando de Freitas a direção de Goiás.

— "Estas coisas, diz-me, estão tecnicamente possíveis", lançados a venda para pagamento à vista em 24 prestações mensais e se chamam à disposição dos interessados na Agência do Banco Comercial e da Indústria de Minas Gerais em Goiânia, e no Esportivo Parelha também nesta Capital".

E com estas palavras, deu o título da obra. O Esportivo Técnico A. Pimentel é diretor superintendente da Comercial e Financeiro "PÍCSA" por encerrada a sua portuna televisiva.